

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA/2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa-TCU nº 154/2016.

BRASÍLIA/2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
VISÃO GERAL DA UNIDADE	6
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	6
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	7
NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.	8
BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE	9
AMBIENTE DE ATUAÇÃO	10
ORGANOGRAMA	11
Quadro – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	13
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	18
Quadro – Macroprocessos Finalísticos	18
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	20
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	20
Descrição sintética dos objetivos do exercício	24
Estágio de implementação do planejamento estratégico	28
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	30
FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	31
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	31
Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	31
Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	33
Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	33
Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	33
Quadro – Ações do Orçamento de Investimento	33
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	34
Demonstrativo da Execução das Despesas	34
Quadro – Despesas por modalidade de contratação	34
Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa	35
DESEMPENHO OPERACIONAL	36
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	38
Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	38
INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	38
GOVERNANÇA	44
DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	44
ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	47
ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	49
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	51
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	53
Canais de acesso do cidadão	53
AFERIÇÃO DO GRAU E SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	60
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	62
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações (Brasília e Rio de Janeiro)	63
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	64
Desempenho financeiro no exercício	64
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	65
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	65
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	66

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	73
GESTÃO DE PESSOAS	73
Estrutura de Pessoal da Unidade	73
Quadro – Força de Trabalho da UPC	74
Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva	74
Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UCP	74
Demonstrativo das Despesas com Pessoal	76
Quadro – Despesas do pessoal	76
Gestão de riscos relacionados ao pessoal	76
Quadro – Demonstrativo de Servidores por Diretoria/Cargo com Abono de Permanência	78
Quadro – Variação do quantitativo de servidores do Ipea entre 01/01/2004 e 31/12/2016	79
Quadro – Quantitativo de servidores do Ipea cedidos a outros órgãos em 31/12/2016	80
Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	80
Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – APOIO ADMINISTRATIVO – IPEA-RJ	80
Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – APOIO ADMINISTRATIVO – IPEA-BSB	81
Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO	81
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	82
Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	82
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	83
Informações sobre imóveis locados de terceiros no Rio de Janeiro	84
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	87
Descrição atividades do Comitê Gestor de TI	91
Descrição dos principais sistemas de informação da UPC	92
Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI	94
Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI	95
Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade	96
Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período	97
Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade	103
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	104
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	104
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	106
TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE	106
DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	106
INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	106
DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	107
Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores	107
Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac	107
Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP	108
Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis	108
Declaração Sobre Conformidade dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	108

APRESENTAÇÃO

Por meio do Relatório de Gestão, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) presta contas, aos órgãos responsáveis pelo controle externo e à sociedade brasileira, de suas ações no ano de 2016, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988. O presente instrumento, parte integrante do processo de prestação anual de contas do Tribunal de Contas da União¹ (TCU), reúne e sistematiza informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial com vistas a proporcionar uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão da entidade na utilização dos recursos colocados à sua disposição.

O relatório foi estruturado segundo as normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e de peças complementares integrantes dos processos de contas da Administração Pública Federal para julgamento pelo TCU, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. Nesse contexto, são observadas as disposições previstas na Instrução Normativa-TCU (IN-TCU) nº 63, de 1º de setembro de 2010, e a Decisão Normativa-TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016.

A próxima seção traz informações de identificação do Ipea, fornecendo uma visão geral sobre sua estrutura e ambiente de atuação. Na seção **Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário**, são apresentadas informações sobre como a entidade busca realizar sua missão institucional, objetivos e indicadores para o monitoramento dos resultados, além de uma demonstração sintética da execução orçamentária. Em **Governança**, dispõe-se sobre a estruturação do Instituto para o cumprimento de sua missão, envolvendo questões sobre processo decisório e articulação institucional e riscos à consecução dos objetivos estratégicos estabelecidos. A seção **Relacionamento com a Sociedade** busca trazer informações sobre a estratégia, estrutura, instrumentos e canais de comunicação do Ipea com os usuários de seus produtos e serviços ou cidadãos em geral. A seção **Desempenho Financeiro e Informações Contábeis** traz um conjunto de informações sobre a execução financeira, consideradas relevantes no contexto de atuação do Instituto, demonstrações contábeis e notas explicativas. Em **Áreas Especiais da Gestão**, objetiva-se reunir informações sobre áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o cumprimento da missão e dos objetivos do Instituto, tais como pessoas, tecnologia da informação, gestão patrimonial, fundos e programas não relacionados no PPA, entre outras. Por fim, a seção **Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle** tem o propósito de demonstrar a conformidade de ações relevantes da gestão do Ipea com princípios, leis e regulamentos, bem como informações sobre o atendimento das demandas dos órgãos de controle e fiscalizadores das atividades do Instituto.

Ao longo de sua existência, o Ipea tem elaborado planos e programas voltados ao planejamento estratégico para o desenvolvimento brasileiro e ao aprimoramento das políticas públicas, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado em suas decisões estratégicas. Nesse contexto, o Instituto estruturou suas ações em 2016, tendo como balizadores o cumprimento de sua missão institucional e a consecução dos objetivos estratégicos finalísticos e de gestão estabelecidos em seu Plano Estratégico para o decênio 2014-2023.

Importante *think tank*, o Ipea ficou conhecido como a entidade responsável por pensar o Brasil. Essa marca se deve, sobretudo, a excelência histórica dos seus quadros e à grandeza

¹ Art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

de sua contribuição ao Estado brasileiro que se inicia no âmbito dos planos de desenvolvimento econômico (PND I e II) produzidos na década de 1970.

As principais dificuldades enfrentadas pelo Instituto no ano de 2016 se relacionam com o contexto político vivido pelo país e suas consequências para a administração pública, especificamente para o Ipea, a gestão de três presidências diferentes ao longo do período, além do contingenciamento parcial ou integral de recursos, geraram descontinuidade de projetos e exigiram a revisão do planejamento de atividades e a priorização de projetos considerados estratégicos para a Instituição com a suspensão ou cancelamento de alguns estudos e pesquisas. No entanto, a despeito de todas as dificuldades, os resultados obtidos sob a ótica do desempenho em relação às metas institucionais estabelecidas para o período podem ser considerados excelentes, pois superaram o índice de 90% mantendo sua média histórica de resultados. Por fim, cumpre destacar que o Ipea vem sofrendo um processo de perda de quadros técnicos, em especial na área de gestão, em decorrência do crescente número de vacâncias geradas pela desestruturação do Plano de Cargos e Carreiras do Instituto advinda da vigência da Lei nº. 11.890/2008. Acrescenta-se também a perda de quadros por motivos de aposentadoria e falecimento. Tal processo se agrava com a falta de perspectiva para a reposição qualificada desses quadros por meio da aprovação e realização de novos concursos.

VISÃO GERAL DA UNIDADE

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Quadro – Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada			
Denominação Abreviada: IPEA			
Código SIORG: 000007	Código LOA: 47204	Código SIAFI: 113601	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação federal		CNPJ: 33.892.175/0001-00	
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 9999-9	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2026-5103	(061) 2026-5276	(061) 2026-1526
Endereço Eletrônico: presidencia@ipea.gov.br			
Página na Internet: http://www.ipea.gov.br			
Endereço Postal: SBS, Edifício do BNDES, 15º andar, CEP 70076-900, Brasília - DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Artigo 190 do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967; Artigo 15 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 8.923, de 30/11/2016 e Portaria n.º 112, de 17/12/2010			

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Portaria 257/2008 - Sistema de Gestão de Acordos de Coop. Técnica, Convênios e Contratos de Pesquisa SGAC.	
Portaria 433/2010 - Relatório de acompanhamento de Acordos de Cooperação Técnica, Convênios e Contratos.	
Portaria 496/2010 - Contratação de Serviços Técnicos Especializados no Âmbito de Projetos de Cooperação Técnica	
Firmados com Organismos Internacionais.	
Portaria 339/2010 - Programa de Cooperação Internacional - PROCIN	
Portaria 340/2010 - Programa de Apoio a Eventos Técnico-Científicos - PROEV	
Portaria 491/2010 - Programa de Mobilização da Competência Nac. para Estudos sobre o Desenvolvimento - PROMOB.	
Portaria 495/2010 - Programa de Incentivo às Novas Gerações – PROING.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
113601	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea/DF
113602	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea/RJ
113605	Contrato de Empréstimo BID-1841/OC-BR (Moeda 790 - Real)
113606	Contrato de Empréstimo BID-1841/OC-BR (Moeda 220 – Dólar Norte Americano)
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
11302	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
113601	11302
113602	11302
113605	11302 (Moeda 790 - Real)
113606	11302 (Moeda 220 – Dólar Norte Americano)

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Ipea realiza estudos e pesquisas pautados em metodologias diversas que visem o aprimoramento das políticas públicas e programas prioritários do governo e essenciais ao desenvolvimento do país; realiza assessoramento e cooperação com órgãos governamentais na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas; capta, organiza, produz e atualiza bases de dados, com intuito de ampliar a capacidade de desenvolvimento de pesquisas, monitoramento, avaliação e proposição de políticas públicas; dissemina informações e conhecimento por meio de seus portais e sistemas institucionais, publicações e eventos, programas de mestrado, orientações e bolsas de pesquisas; entre outras ações e atribuições.

Sendo assim, as competências do Ipea perpassam a realização de pesquisas, estudos, produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões, conforme pode ser observado no texto da norma.

Art. 3º Compete ao Ipea:

I - promover e realizar pesquisas destinadas ao conhecimento dos processos econômicos, sociais e de gestão pública brasileira;

II - analisar e diagnosticar os problemas estruturais e conjunturais da economia e da sociedade brasileira;

III - realizar estudos prospectivos de médio e longo prazo;

IV - disponibilizar sistemas de informação e disseminar conhecimentos atinentes às suas áreas de competência;

V - fomentar e incentivar a pesquisa socioeconômica aplicada e o estudo e gestão das políticas públicas e de organizações públicas, visando o desenvolvimento brasileiro sustentável; e

VI - realizar atividades de pesquisa, planejamento econômico

O Decreto nº 8.923, de 30 de novembro de 2016 altera o Decreto nº 7142, de 29 de março de 2010 que aprova o novo Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem suas origens no ano de 1964 quando da criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea), por meio da Portaria nº 81, de 10 de setembro de 1964. Publicada no Diário Oficial de 17 de setembro de 1964, página 8.318. Em decorrência da autorização contida no art. 190 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, coube ao Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967, instituir o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (Ipea), fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, tendo o acervo o Epea incorporado ao seu patrimônio. Com o Decreto nº 64.016, de 22 de janeiro de 1969, passa a denominar-se Instituto de Planejamento Econômico e Social. Posteriormente, por meio do Decreto nº 99.260, de 17 de maio de 1990, tem o seu nome alterado para Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, denominação que se mantém até os dias atuais. A última alteração em seu Estatuto se fez por meio do Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010. Em 2015, em decorrência da reforma administrativa² promovida no âmbito do Executivo federal, o Ipea volta a vincular-se ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Decreto nº 8.923, de 30 de novembro de 2016 altera o Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo FCPE.

Normas dispendo sobre o Estatuto do Ipea:

- Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967
- Decreto nº 61.054, de 24 de julho de 1967
- Decreto nº 96.704, de 15 de setembro de 1988

² Medida Provisória nº 696, de 2 de outubro de 2015, e Decreto nº 8.536, de 2 de outubro de 2015.

- Decreto nº 99.260, de 17 de maio de 1990
- Decreto nº 1.248, de 20 de setembro de 1994
- Decreto nº 1.993, de 2 de setembro de 1996
- Decreto nº 3.260, de 24 de novembro de 1999
- Decreto nº 4.745, de 16 de junho de 2003
- Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010
- Decreto nº 8.923, de 30 de novembro de 2016

Normas dispendo sobre o Regimento Interno do Ipea:

- Portaria nº 223, de 13 de dezembro de 1967
- Portaria nº 82, de 14 de agosto de 1969
- Portaria nº 90, de 14 de julho de 1970
- Portaria nº 004-B, de 9 de abril de 1974
- Portaria nº 021, de 5 de fevereiro de 1975
- Portaria nº 008, de 8 de novembro de 1988
- Portaria nº 407, de 23 de dezembro de 1994
- Portaria nº 76, de 5 de dezembro de 1996
- Portaria nº 112, de 3 de dezembro de 2010.

BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

As origens do Ipea remontam ao ano de 1964 quando da criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea)³. Em decorrência da autorização contida no art. 190 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, coube ao Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967, instituir o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (Ipea), fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, tendo o acervo o Epea incorporado ao seu patrimônio. Com o Decreto nº 64.016, de 22 de janeiro de 1969, passa a denominar-se Instituto de Planejamento Econômico e Social, tendo como atribuições principais e, posteriormente, por meio do Decreto nº 99.260, de 17 de maio de 1990, tem o seu nome alterado para Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, denominação que se mantém até os dias atuais. A última alteração em seu Estatuto se fez por meio do Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010.

Ao longo de sua existência o Ipea tem elaborado planos e programas voltados ao planejamento estratégico para o desenvolvimento brasileiro e ao aprimoramento das políticas públicas, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado em suas decisões estratégicas. Assim, busca contribuir, de maneira efetiva, para o melhor desenho e avaliação das políticas públicas, por meio da oferta de estudos e pesquisas de naturezas econômica social, desenvolvimento regional e setorial e do apoio técnico e institucional ao Estado brasileiro e, oferecendo, à sociedade, elementos para o conhecimento e a solução dos problemas e desafios ao desenvolvimento do país. Por sua relevância, passou a ser conhecido, ao longo de sua existência, como a entidade que tem a missão de “pensar o Brasil”.

³ Portaria nº 81, de 10 de setembro de 1964. Publicada no Diário Oficial de 17 de setembro de 1964, página 8.318.

AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Ipea é uma fundação vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

Os produtos e serviços do Ipea possuem como foco pesquisa aplicada, assessoria ao Estado, a produção de dados e disseminação de conhecimentos, concretizados em publicações, tais como textos para discussão, livros, artigos, relatórios e periódicos; organização e participação em eventos nacionais e internacionais; tratamento e disponibilização de bases de dados, plataformas e sistemas; capacitação via programas de mestrado e de bolsas, coordenação de redes de pesquisa e qualificação de pesquisadores e outros. Entre os parceiros-chave do Ipea no desenvolvimento das suas atividades são os ministérios, em especial o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

O público-alvo do Ipea é essencialmente o Poder Executivo da União (Governo federal), mas também a Sociedade e os Poderes Legislativo e Judiciário. Para o Poder Executivo, os principais benefícios gerados pelo Ipea são: subsídios para a elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento brasileiro, orientando ações do Estado estrategicamente voltadas para o longo prazo; decisões estratégicas bem fundamentadas e; formulação e avaliação políticas públicas sob o ponto de vista da efetividade, eficiência e eficácia.

Os benefícios para a sociedade são: conhecimento mais consistente e disseminado em relação ao desempenho do Estado e à dinâmica da sociedade; e debate público mais qualificado.

Já para os Poderes Legislativo e Judiciário, o benefício consiste no apoio à atuação mais efetiva, eficiente e eficaz.

Dentre as ameaças, destacam-se o ajuste fiscal, com redução orçamentária ao longo dos últimos anos e dificuldades na liberação de recursos financeiros; quadro de pessoal reduzido em função da rotatividade de servidores em especial da área de gestão; a não realização de concurso público para reposição qualificada dos quadros de pessoal e; a reforma administrativa, que demandou a redução do número de cargos de direção, chefia e assessoramento. Há também, ameaças externas que consistem no aumento da concorrência gerados pelo surgimento de novas estruturas, dentro e fora do governo, com atribuições similares ao estabelecido para o Instituto.

Além dessas ameaças, importantes pontos de melhoria nos instrumentos de comunicação interna e externa foram identificados, com destaque para o site do Ipea e redes sociais, que requerem gerenciamento mais eficiente e, ainda, a necessidade de atualização, internacionalização e disponibilizando os estudos, pesquisas e demais informações em língua estrangeira, e ampliando a interação nas redes internacionais de pesquisa.

O ambiente de atuação traz oportunidades tais como o fortalecimento das instâncias de governança; a incorporação e o uso de novas tecnologias e; o desenvolvimento e a utilização de novos formatos de pesquisa e disseminação de conhecimento.

Outras oportunidades decorrem da demanda por conhecimentos, ferramentas e métodos específicos de planejamento e gestão nos diversos níveis de governo; da baixa capacidade de formular, implantar e avaliar políticas públicas por parte de alguns Estados e Municípios e do próprio governo federal, este em menor grau; da carência de reflexão

sistêmica e prospectiva sobre o desenvolvimento e as questões nacionais na administração pública; e da demanda por estudos mais robustos e interdisciplinares em um cenário de fragmentação acadêmica. Nesse ponto, a multidisciplinaridade que está presente nos estudos e pesquisas do Ipea é um diferencial em relação a vários institutos de pesquisa acadêmicos.

Por fim, deve-se considerar que a produção e disseminação do conhecimento se fazem cada vez mais em rede. Assim, a sua facilidade de interação e de acesso à informação permite ao Ipea atuar como integrador e mediador de vários pontos dessa rede, de modo a articular Governo, *think tanks*, institutos de pesquisa, universidades e empresas.

ORGANOGRAMA

De acordo com o art. 2º da Portaria nº 112, de 3 de dezembro de 2010, que edita o Regimento Interno do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, e em consonância com o art. 5º do Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, alterado pelo Decreto nº 8.923, de 30 de novembro de 2016, a estrutura organizacional do Ipea se dá por:

- I. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete (GABIN)
- II. Órgãos seccionais:
 - a) Procuradoria Federal (PROFE)
 - b) Auditoria Interna (AUDIN)
 - c) Ouvidoria (OUVID)
 - d) Corregedoria
 - e) Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DIDES)
- III. Órgãos específicos singulares:
 - a) Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (DISET)
 - b) Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR)
 - c) Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC)
 - d) Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (DIMAC)
 - e) Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais (DINTE)
 - f) Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST)
- IV. Unidade Descentralizada: Unidade do Ipea no Rio de Janeiro; e
- V. Órgão Colegiado: Diretoria Colegiada

A figura 1 apresenta o organograma da estrutura organizacional anteriormente descrita:

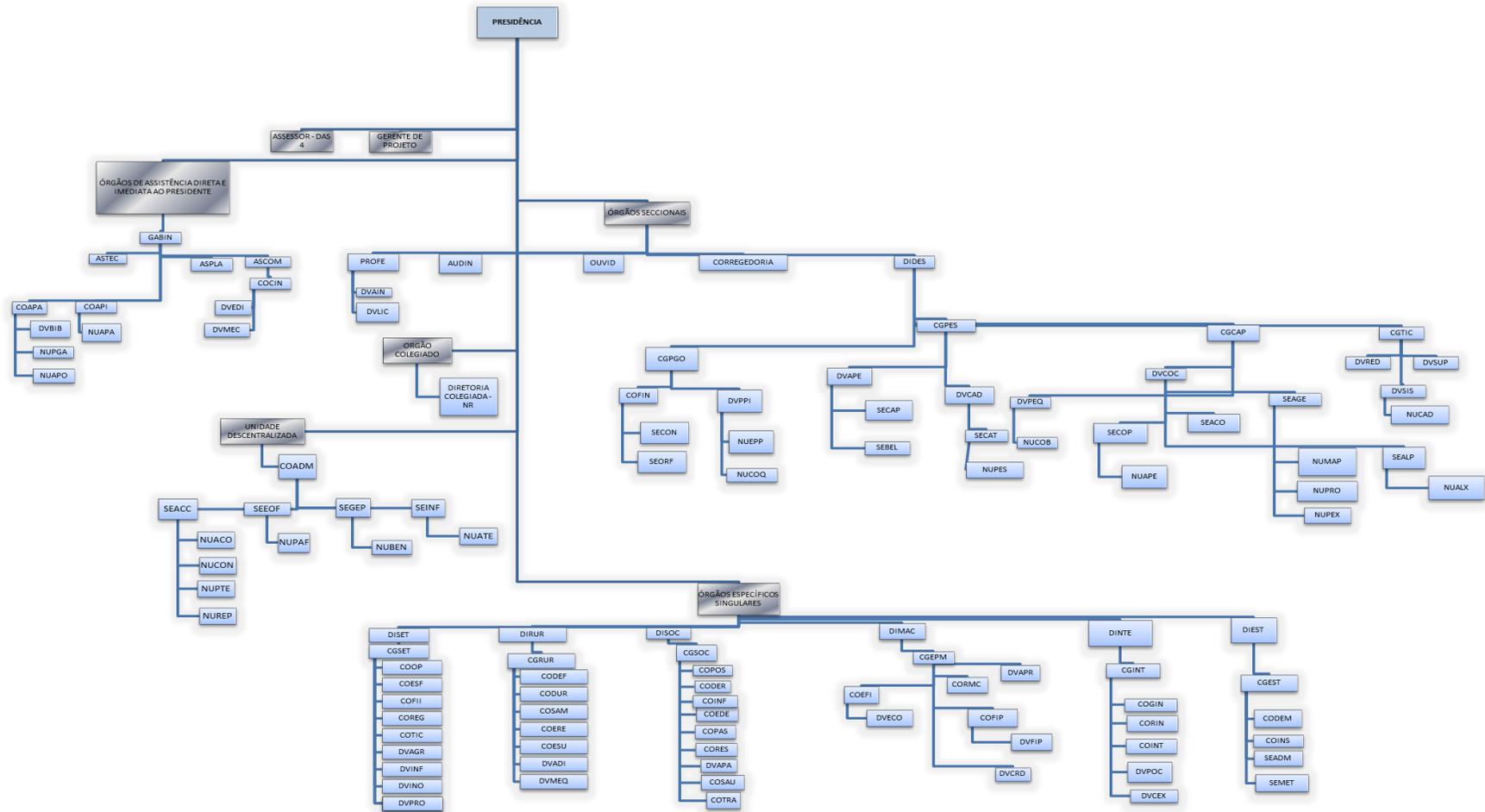


Figura 1: Organograma do Ipea.

Quadro – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
GABIN	<ul style="list-style-type: none"> - dirigir, planejar, coordenar e controlar as atividades do Ipea; - estabelecer as políticas e diretrizes de atuação do Ipea; - representar o Ipea; - buscar cooperação e assistência junto a órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, destinadas à promoção e desenvolvimento dos programas do Ipea; - aprovar o plano estratégico, o plano de trabalho e a proposta orçamentária, acompanhando e avaliando sua execução; - aprovar projetos e programas voltados ao incentivo e execução da pesquisa e dos estudos, bem como a cooperação com outras entidades; - praticar todos os atos relativos à administração patrimonial, financeira e de recursos humanos; e - solicitar ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República a requisição de servidores para ter exercício no Ipea, 	<p>Jessé José Freire de Souza</p> <hr/> <p>Manoel Carlos de Castro Pires</p> <hr/> <p>Ernesto Lozardo</p>	Presidente (DAS 101.6)	09/04/2015 a 17/05/2016
		<ul style="list-style-type: none"> - assessorar e assistir o Presidente do Ipea, inclusive em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas; - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ipea; - atuar como interface técnica e institucional junto aos demais órgãos da Presidência da República e demais autoridades da Administração Pública; - coordenar a agenda do Presidente do Ipea; - acompanhar as atividades desenvolvidas por servidores do Ipea no tocante à participação destes em Conselhos, Comissões, Grupos Técnicos e outros órgãos colegiados instituídos no âmbito da Administração Pública; e - Organizar a pauta e secretariar as reuniões do Presidente e do Conselho de Orientação do Ipea. 		<p>José Eduardo Elias Romão</p> <hr/> <p>Fabio Costa Moraes de Sa e Silva</p> <hr/> <p>Cinara Maria Fonseca de Lima</p> <hr/> <p>Márcio Simão</p>
		05/02/2016 a 01/06/2016		
				02/06/2016 a 20/06/2016 (Substituto)
				21/06/2016 a 06/10/2016 (Substituto)

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
				07/10/2016 a 31/12/2016
ASCOM	<ul style="list-style-type: none"> - planejar e executar a disseminação do conhecimento produzido no Ipea, interna e externamente, em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo; e - intermediar o contato institucional com veículos de comunicação e com a sociedade 	João Cláudio Garcia <hr/> Paulo Kliass <hr/> Maria Regina Costa Alvarez	Chefe da Assessoria de Imprensa e Comunicação (DAS 101.4)	24/10/2012 a 02/02/2016 <hr/> 03/02/2016 a 16/05/2016 <hr/> 10/08/2016 a 31/12/2016
ASPLA	<ul style="list-style-type: none"> - coordenar a elaboração do Plano de Trabalho Estratégico do Ipea; - promover Ciclos de Planejamento Estratégico do Ipea; - coordenar o processo de definição e avaliação das Metas Institucionais Anuais do Ipea; - acompanhar o Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Ipea, e realizar ajustes necessários impostos por mudanças nos ambientes externo e interno; e - promover a inovação institucional. 	Patrícia Morita Sakowski <hr/> Fabio Schiavinatto	Chefe da Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisas (DAS 101.4)	30/04/2015 a 29/08/2016 <hr/> 30/08/2016 a 30/11/2016 (Substituto) 01/12/2016 a 31/12/2016
ASTECC	<ul style="list-style-type: none"> - coordenar a realização de estudos e projetos prioritários; - propor medidas e soluções que visem o aperfeiçoamento da produção 	Alexandre de Ávila Gomide	Chefe da Assessoria Técnica (DAS	26/06/2015 a 31/12/2016

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
	técnica e científica do instituto; - gerenciar os acordos de cooperação técnica e instrumentos similares que tenham como objeto o fornecimento e a internalização de bases de dados estatísticas, observadas as diretrizes definidas pelo Comitê de Tecnologia da Informação; -promover capacitação via programa de Mestrado; - gerenciar o sistema informatizado que controla o acesso às bases de dados estatísticas; e - Definir as políticas e os procedimentos de acesso às bases de dados estatísticas, segundo os termos acordados com a fonte produtora dos dados.		101.4)	
DIDES	- planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relativas à/ao (i) programação e execução orçamentária e financeira, (ii) processo de acompanhamento e avaliação do PPA; (iii) gestão de pessoas, (iv) disseminação de práticas de gestão do conhecimento, (v) uso de tecnologia de informação e comunicação; (vi) concessão de bolsas, e (vii) celebração e execução de contratos, convênios e demais instrumentos.	Alexandre dos Santos Cunha <hr/> Juliano Cardoso Eleutério <hr/> Carlos Roberto Paiva da Silva	Diretor (DAS 101.5)	18/06/2015 a 05/07/2016 <hr/> 06/07/2016 a 27/09/2016 <hr/> 28/09/2016 a 31/12/2016 (Substituto)
DIEST	Compete a promoção e a realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea, em questões ligadas: I - à estrutura, organização e funcionamento do Estado brasileiro e de seus aparatos institucionais; e II - aos modos de relação entre o Estado, a sociedade e o mercado nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de	Roberto Dutra <hr/> Antonio Ernesto Lassance de Albuquerque Junior	Diretor (DAS 101.5)	03/08/2015 a 20/05/2016 <hr/> 21/05/2016 a 05/07/2016 (Substituto)

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
	políticas públicas para o desenvolvimento nacional.	João Alberto de Negri		06/07/2016 a 31/12/2016
DIMAC	Compete a promoção e a realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões relacionadas às áreas de acompanhamento e análise conjuntural, comércio exterior, finanças públicas, condução da política monetária, economia financeira, articulação entre o regime cambial e monetário e questões relacionadas à trajetória de crescimento e desenvolvimento econômico.	Cláudio Hamilton Mathias Jourdain de Alencastro Cláudio Hamilton	Diretor (DAS 101.5)	07/03/2013 a 31/03/2016 01/04/2016 a 06/07/2016 07/07/2016 a 31/12/2016
DINTE	Compete a promoção e a realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões pertinentes às áreas de acompanhamento e análise conjuntural dos fluxos de comércio e de capitais internacionais, a lógica de operação das corporações transnacionais, a dinâmica das cadeias produtivas globais, as instituições multilaterais, a integração regional, a cooperação para o desenvolvimento socioeconômico, a segurança energética e territorial, a condução da política externa, bem como o acompanhamento dos acordos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas internacionais de planejamento e pesquisa.	Brand Arenari Jose Eduardo Elias Romão Alice Pessoa de Abreu Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho	Diretor (DAS 101.5)	10/06/2015 a 02/02/2016 04/02/2016 a 04/05/2016 05/07/2016 a 02/11/2016 03/11/2016 a 31/12/2016

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
DIRUR	Compete a promoção e a realização de estudos, pesquisas, avaliações e demais ações necessárias ao cumprimento da missão do Ipea em questões relacionadas às políticas regional, urbana, federativa e ambiental com vistas à atenuação das desigualdades regionais, à superação dos problemas urbanos e ao fomento do crescimento e desenvolvimento regional e urbano.	Marco Aurélio Costa <hr/> Alexandre Xavier Ywata de Carvalho	Diretor (DAS 101.5)	10/06/2015 a 04/07/2016 <hr/> 05/07/2016 a 31/12/2016
DISET	Compete a promoção e a realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões relacionadas à acumulação de conhecimento e sua incorporação ao sistema econômico-social e à diversificação e eficiência da estrutura produtiva nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, produção, serviços, regulação e infraestrutura.	Fernanda de Negri	Diretora (DAS 101.5)	26/09/2012 a 31/12/2016
DISOC	Compete a promoção e realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões relacionadas às condições sociais e econômicas da população brasileira e ao acompanhamento e análise das políticas sociais, por meio de estudos sobre o funcionamento do mercado de trabalho, da estrutura demográfica da população e sobre a provisão de serviços sociais básicos.	André Bojikian Calixtre <hr/> José Aparecido Carlos Ribeiro <hr/> Lenita Maria Turchi	Diretor (DAS 101.5)	19/06/2015 a 29/02/2016 <hr/> 01/03/2016 a 04/07/2016 (Substituto) <hr/> 05/07/2016 a 31/12/2016

* O cargo de diretor ficou vago nos meses de 2016 não contemplados na tabela.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Tendo como missão o aprimoramento de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas, e em consonância com os seus objetivos estratégicos, o Ipea conta com os seguintes macroprocessos finalísticos:

Quadro – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Realização de estudos e pesquisas	Com o objetivo de aprimorar as políticas públicas e os programas prioritários do governo e essenciais ao desenvolvimento do país, o Ipea desenvolve estudos e pesquisas nas mais diversas áreas temáticas, muitas vezes em parceria com outras instituições, nacionais e internacionais	-Textos para Discussão; - <i>Discussion Paper</i> ; -Textos para Discussão CEPAL- Ipea; - Livros; -Relatórios de Pesquisa;	Poder executivo federal; sociedade; e poderes legislativo e judiciário.	Diretorias finalísticas; Aspla e Astec.
Assessoramento governamental	O Ipea realiza assessoramento e cooperação com órgãos governamentais por meio na formulação, monitoramento e avaliação, de políticas públicas, planos e programas. O Ipea também fornece apoio às atividades governamentais por meio da participação ou representação em comitês, reuniões, missões, seminários e outros eventos, nacionais ou internacionais.	-Notas técnicas; -Boletim de Mercado de Trabalho – conjuntura e análise; -Boletim Políticas Sociais – acompanhamento e análise; -Boletim de Análise Político-Institucional; -Boletim de Economia e Política Internacional; -Boletim Regional, Urbano e Ambiental; Carta de Conjuntura;	Poder executivo federal.	Diretorias finalísticas; Aspla e Astec.
Disseminação do conhecimento	O Ipea realiza a disseminação de conhecimentos resultantes de seus estudos e pesquisas por meio da publicação de textos para discussão, livros, artigos em revistas próprias ou não, e periódicos especializados e científicos. O Ipea utiliza também como meio de disseminação de conhecimentos a mídia em geral (televisão, rádio, artigos em jornais, etc.), a internet, e seminários e eventos próprios e de outras instituições, eventos científicos, reuniões e missões, nacionais e internacionais.	-RADAR – Tecnologia, produção e comércio exterior; -Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE); -Revista de Planejamento e Políticas Públicas (PPP); -Revista Tempo do Mundo (RTM); -Revista Desafios do Desenvolvimento; -Eventos e oficinas; -Apresentações de artigos em	Poderes executivo federal, legislativo, judiciário, sociedade.	Diretorias finalísticas, Aspla; Astec e Ascom.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
		eventos ou seminários; -Repositório do Conhecimento		
Acesso a bases de dados	O Ipea produz, capta, organiza e disponibiliza bases de dados para a realização de pesquisas, monitoramento e avaliação de políticas públicas.	- IpeaData; - Extrator de Dados; - Sala de Sigilo; - Ipea Mapas; - IpeaGEO; - Portal IDH; - Portal IVS	Poder executivo federal; sociedade; e poderes legislativo e judiciário.	Astec e Aspla.
Capacitação	O Ipea fornece capacitação via Programa de Mestrado, orientações, apoio técnico, bolsas, auxílios à pesquisa, incentivos a eventos e incentivos a publicações para estudos e pesquisas relevantes para o desenvolvimento econômico e social brasileiro e que contribuam para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição, bem como realiza o acompanhamento e monitoramento desses projetos.	-Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento (Ipea -ENAP); - Bolsas e auxílios à pesquisa	Poder executivo federal; poderes legislativo e judiciário.	Dides e Astec.
Intercâmbio e cooperação técnica	O Ipea promove o intercâmbio e cooperação técnica com outras instituições, nacionais e internacionais, e com governos estrangeiros, com objetivos de aprimoramento mútuo das atividades e do enriquecimento do conhecimento mútuo sobre a realidade econômico e social, regional, nacional e internacional.	- Acordos de Cooperação; - Termos de Cooperação; - Memorandos de Entendimentos; - Protocolos de Intenções; - Convênios; - Programa Executivo	Ipea; Poder executivo federal.	Diretorias Aspla e Astec.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Ao longo de 2013, o processo de planejamento estratégico no Ipea envolveu a realização de pesquisas, análises, workshops e reuniões de trabalho que mobilizaram os servidores da casa. Com o auxílio de consultoria contratada para o trabalho, todas as atividades desenvolvidas buscaram respostas consistentes a três questões que fundamentaram a metodologia adotada: Onde estamos? Aonde queremos chegar? Como chegaremos lá?

O resultado está formulado no conjunto visão, missão, valores, públicos-alvo e objetivos estratégicos que compõem o núcleo da estratégia de longo prazo do Ipea, em um horizonte de 10 anos (2014-2023).

O plano inicial, conforme figura 2, previa oito objetivos de longo prazo, sendo quatro ligados à atividade-fim do Instituto e outros quatro à gestão.

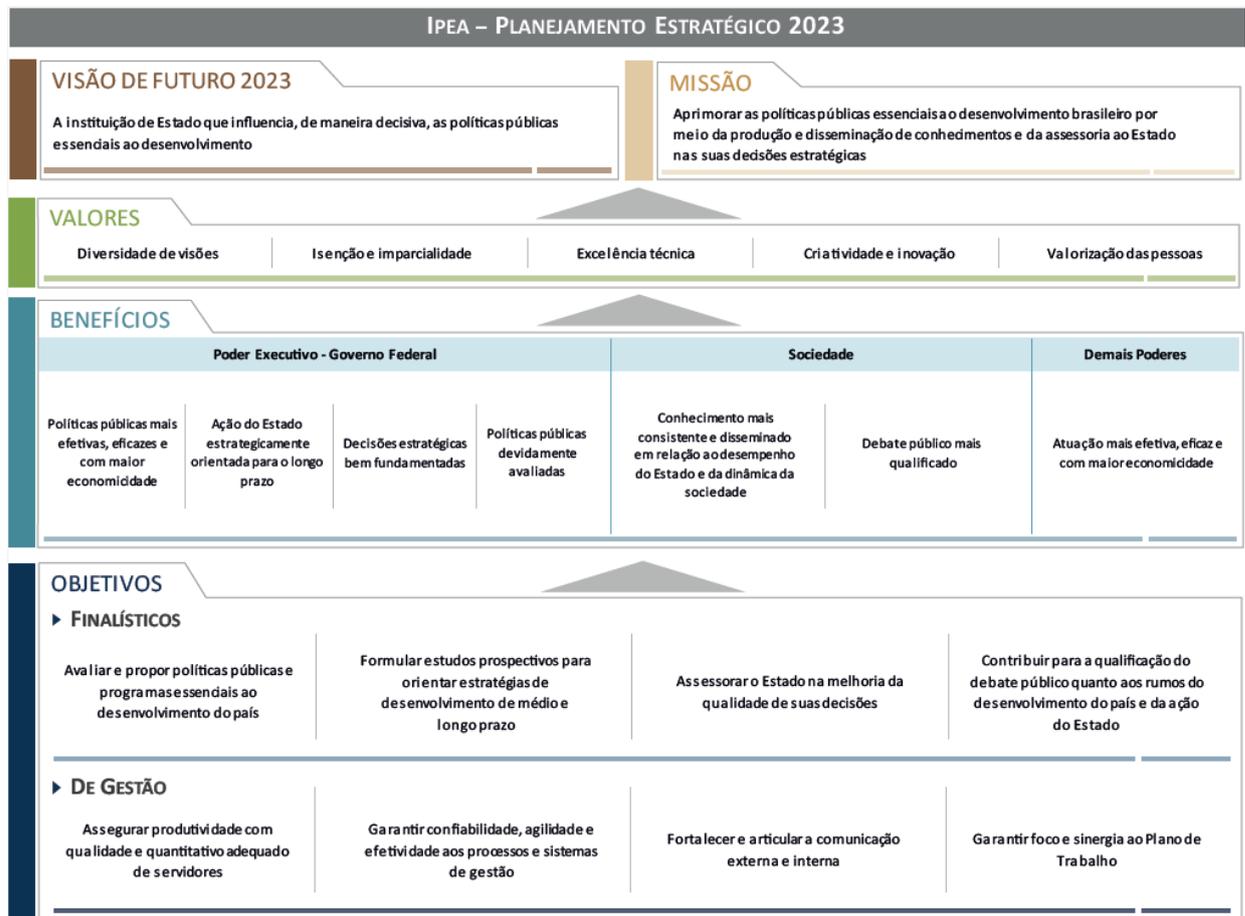


Figura 2: Núcleo da Estratégia de Longo Prazo do Ipea (2014-2023).

Todavia, com a inserção do Ipea no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) fez-se necessária a revisão dos objetivos estratégicos, para alinhá-los aos do Ministério Público. Esses objetivos podem ser resumidos na Figura 3, que acrescenta os orientadores temáticos para atuação do Ipea: Plano Plurianual (PPA), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda Estratégica Ipea e áreas temáticas prioritárias

do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Além disso, no trabalho realizado por meio de oficinas realizadas na Enap em novembro de 2015, foram delineados os indicadores de desempenho do Ipea, detalhados e implementados em 2016.



Figura 3: Orientadores estratégicos Ipea.

O produto final, ainda em fase de aprovação no MPDG, pode ser visualizado na figura 4.

Figura 4: Objetivos estratégicos do Ipea e indicadores de desempenho.



No que tange ao Plano de Trabalho 2016, que retrata os esforços da instituição para concretizar sua missão de aprimorar as políticas públicas por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões, e para impulsionar novas ações para a consecução dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico 2014-2023, foram destaques os seguintes projetos (definidos no início do ano):

- a) *Radiografia do Brasil Contemporâneo*: tem como objetivo aumentar a compreensão dos obstáculos para o desenvolvimento do País e apontar alternativas para sua superação, mediante mapeamento das classes sociais e das instituições brasileiras. Espera-se obter um melhor entendimento do encadeamento institucional que une Estado, mercado e sociedade em uma sociedade complexa, moderna e dinâmica, como a sociedade brasileira atual.

Descontinuado nas gestões seguintes dentro do período abrangido (2016).

- b) Projeto *Ipea +50*: dada a necessidade de concretização da missão e visão do Ipea, visa definir um horizonte de futuro para o Ipea, fortalecer institucionalmente o Instituto e enraizá-lo no ciclo de gestão das políticas públicas, por meio de iniciativas que mobilizem energias, estimulem o debate público, e construam caminhos para o futuro da instituição.

Descontinuado nas gestões seguintes dentro do período abrangido (2016).

- c) Agenda Estratégica para o Brasil: contempla a realização de debates com parlamentares, autoridades governamentais, especialistas e lideranças da sociedade civil sobre os desafios presentes e propostas para a formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento para o país.

Descontinuado nas gestões seguintes dentro do período abrangido (2016).

O Plano de Trabalho 2016 perpassou esses projetos, mas não se resumiu a eles. As metas institucionais correspondentes - ligadas aos objetivos estratégicos e aos macroprocessos finalísticos - foram publicadas no Diário Oficial da União, Seção I, nº 24, de 04/02/2016, mediante Portaria nº 2, de 2 de fevereiro de 2016 file:///C:/Users/t828989/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/ECJX1QAB/metas_institucionais_ipea_2016.pdf

O acompanhamento das metas foi realizado por meio de consulta às fontes primárias e pelo sistema interno – IpeaProjetos - e o resultado do alcance foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, nº 17 de 24 de janeiro de 2017 por meio da Portaria Ipea nº 27, de 19 de janeiro de 2017.

METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DAS METAS de 2016 (%)
METAS GLOBAIS	90,7
METAS INTERMEDIÁRIAS (Média)	81,2
DIEST	58,3
DIMAC	68,3
DINTE	60,3
DIRUR	86,4
DISET	98,4
DISOC	92,6
Assessorias da Presidência	85,7
Metas de Gestão	100
RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	88,8%

Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os programas do Ipea previstos no PPA 2016-2019 podem ser visualizados nos anexos I, II, III e IV da Lei nº 13.249, de 13/01/2016, caracterizados por ações finalísticas e administrativas, que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do Instituto. Ligado a isso, o Ipea estabeleceu internamente em 2016, por meio da Portaria nº 2, de 2 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, o seu plano de metas institucionais, conforme explicitado na subseção “Planejamento organizacional”. Pode-se observar que o Ipea acompanha a produção por meio de metas quantitativas, relacionadas aos seus objetivos estratégicos.

O desempenho alcançado pelo Ipea está demonstrado no quadro a seguir.

Metas Globais			
	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	42	71	100,0
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	74	121	100,0
Desenvolvimento de capítulo de livros	125	510	100,0
Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	48	36	75,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	22	25	100,0
Organização de eventos ou oficinas	104	264	100,0
Organização ou edição de livro	28	51	100,0
Organização ou edição de periódico do Ipea	17	36	100,0
Realização de relatórios de pesquisas	128	41	32,0
Desenvolvimento de textos para discussão	132	163	100,0
Resultado das metas globais			90,7

Metas Intermediárias			
Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia - Diest	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	9	2	22,2
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	14	8	57,1
Desenvolvimento de capítulo de livros	4	40	100,0
Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	18	0	0,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	3	4	100,0
Organização de eventos ou oficinas	33	49	100,0

Organização ou edição de livro	6	4	66,7
Organização ou edição de periódico do Ipea	5	4	80,0
Realização de relatórios de pesquisas	29	2	6,9
Desenvolvimento de textos para discussão	22	11	50,0
Resultado			58,3
Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas - Dimac	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	5	3	60,0
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	14	41	100,0
Desenvolvimento de capítulo de livros	11	10	90,9
Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	14	0	0,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	1	2	100,0
Organização de eventos ou oficinas	11	9	81,8
Organização ou edição de livro	2	1	50,0
Organização ou edição de periódico do Ipea	1	7	100,0
Realização de relatórios de pesquisas	7	0	0,0
Desenvolvimento de textos para discussão	22	31	100,0
Resultado			68,3
Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais - Dinte	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	2	1	50,0
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	17	4	23,5
Desenvolvimento de capítulo de livros	3	30	100,0
Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	2	1	50,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	2	0	0,0
Organização de eventos ou oficinas	3	8	100,0
Organização ou edição de livro	2	3	100,0
Organização ou edição de periódico do Ipea	3	5	100,0
Realização de relatórios de pesquisas	7	0	0,0
Desenvolvimento de textos para discussão	24	19	79,2
Resultado			60,3

Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais - Dirur	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	16	22	100,0
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	12	12	100,0
Desenvolvimento de capítulo de livros	56	240	100,0
Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	3	4	100,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	7	3	42,9
Organização de eventos ou oficinas	12	44	100,0
Organização ou edição de livro	8	24	100,0
Organização ou edição de periódico do Ipea	1	7	100,0
Realização de relatórios de pesquisas	29	6	20,7
Desenvolvimento de textos para discussão	33	36	100,0
Resultado			86,4
Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura - Diset	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	6	12	100,0
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	5	26	100,0
Desenvolvimento de capítulo de livros	30	50	100,0
Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	2	4	100,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	0	7	-
Organização de eventos ou oficinas	10	14	100,0
Organização ou edição de livro	4	5	100,0
Organização ou edição de periódico do Ipea	7	6	85,7
Realização de relatórios de pesquisas	11	13	100,0
Desenvolvimento de textos para discussão	12	18	100,0
Resultado			98,4
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Disoc	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	4	17	100,0
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	7	16	100,0
Desenvolvimento de capítulo de livros	13	70	100,0

Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	3	11	100,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	8	9	100,0
Organização de eventos ou oficinas	31	80	100,0
Organização ou edição de livro	4	7	100,0
Organização ou edição de periódico do Ipea	0	3	-
Realização de relatórios de pesquisas	42	14	33,3
Desenvolvimento de textos para discussão	10	32	100,0
Resultado			92,6
Assessorias	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Apresentação de artigo ou <i>paper</i> em eventos ou seminários	0	13	-
Publicação de artigos em boletim do Ipea ou outros periódicos	0	13	-
Desenvolvimento de capítulo de livros	3	40	100,0
Desenvolvimento de bases de dados (primárias ou secundárias)	6	10	100,0
Produção de comunicados, notas técnicas ou <i>position paper</i>	1	0	0,0
Organização de eventos ou oficinas	4	26	100,0
Organização ou edição de livro	2	4	100,0
Organização ou edição de periódico do Ipea	0	4	-
Realização de relatórios de pesquisas	3	7	100,0
Desenvolvimento de textos para discussão	9	15	100,0
Resultado			85,7
<u>Metas de Gestão</u>	Meta prevista	Meta atingida	Percentual de cumprimento da meta
Realizar pesquisa de satisfação com parceiros institucionais (ASPLA)	100%	100%	100,0
Criar sistemática de acompanhamento de indicadores de desempenho institucional (ASPLA)	100%	100%	100,0
Implantar o Centro de Altos Estudos e Formação em Governo (ASTECC)	100%	0%	-
Elaborar a publicação Brasil em Desenvolvimento 2016: Agenda Estratégica para o Brasil (ASTECC)	100%	0%	-
Criar mecanismos de distribuição seletiva de publicações eletrônicas para gestores públicos (ASCOM)	100%	100%	100,00
Cumprir no prazo o cronograma do Plano de Trabalho 2016, previsto no Ipea Projetos (DIDES)	80%	89%	100%

Executar o Plano Anual de Atividade de Auditoria 2016 aprovado pela Controladoria Geral da União (AUDIN)	100%	100%	100,0
Produzir estudo sobre mediação em Ouvidorias (OUVID)	100%	100%	100,0
Cumprir os prazos estabelecidos para o atendimento a manifestações estabelecidos pela IN OGU/CGU n.º. 1, de 5 de novembro de 2014 (OUVID)	90%	100%	100,0
Resultado			100%

Estágio de implementação do planejamento estratégico

Conforme anteriormente mencionado, o Ipea possui Plano Estratégico, formulado em 2013. No entanto, no final do ano de 2016 por ordem da reforma administrativa, o Ipea realizou uma revisão dos objetivos estratégicos, subsidiado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), a fim de alinhar os seus objetivos estratégicos e respectivos indicadores aos objetivos estratégicos do Ministério. Além disso, foram delineadas iniciativas e entregas para o alcance dos objetivos do Ipea, conforme descrição a seguir¹:

Objetivo estratégico: Realizar pesquisa aplicada de excelência para aprimorar as políticas públicas e os programas prioritários do governo e essenciais ao desenvolvimento

INICIATIVA		Cooperação técnica internacional
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer a cooperação técnica internacional ▪ Aumentar o intercâmbio de conhecimento que propicie desenvolvimento do país 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intercâmbio de servidores ▪ Estudos ▪ Eventos ▪ Capacitação institucional 	
INICIATIVA		Capacitação para avaliação
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar avaliação de políticas públicas e programas prioritários do governo com excelência e metodologias diversas 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Servidores capacitados 	
INICIATIVA		Integração no ciclo de gestão
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer a inserção do Ipea no ciclo de gestão 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agenda de pesquisa alinhada e articulada com os demais órgãos de gestão 	

Objetivo estratégico: Realizar assessoramento e cooperação com órgãos governamentais na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas

INICIATIVA		Gestão do assessoramento e da cooperação
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a organização e registro dos assessoramentos e das cooperações 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arranjo institucional de coordenação do assessoramento ▪ Mapeamento de demandas ▪ Mapeamento das capacidades internas ▪ Processo de acompanhamento das assessorias 	

Objetivo estratégico: Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo

¹ Iniciativas, motivações e entregas em fase de aprovação pelo MP.

INICIATIVA		Consolidação dos estudos prospectivos
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar o desenvolvimento de estudos prospectivos no Ipea ▪ Promover a transversalidade de estudos prospectivos dentro do Instituto ▪ Desenvolver a capacidade de contribuir com a formulação de estratégias de médio e longo prazo e com o aprimoramento de políticas públicas em ambientes turbulentos e de grande incerteza 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arranjo institucional para consolidação da competência prospectiva do Ipea ▪ Capacitação ▪ Protocolos metodológicos básicos ▪ Macrotendências 	

Objetivo estratégico: Ampliar o acesso e uso de base de dados necessárias à avaliação e à proposição de políticas públicas

INICIATIVA		Obtenção de bases de dados
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão da captação, organização e atualização de bases de dados ▪ Ampliar a capacidade de realização de pesquisas, monitoramento e avaliação de políticas públicas consistentes com base na análise de dados, inclusive identificados 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapeamento das bases de dados necessárias ▪ Protocolos de segurança e gestão da informação ▪ Arranjo institucional para coordenar a captação, organização e atualização de bases de dados 	

Objetivo estratégico: Disseminar as informações e conhecimentos produzidos em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo

INICIATIVA		Centro de Altos Estudos em Governo
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitar servidores públicos federais com interesse e aptidão para o planejamento estratégico, assessoramento técnico-político e direção superior 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de curta e média duração ▪ Pesquisas relacionadas a políticas públicas 	
INICIATIVA		Programas de Mestrado
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitar gestores e técnicos da Administração Pública Federal para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de servidores no nível mestre 	
INICIATIVA		Sala de Sigilo
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a gestão de captação, guarda e disponibilização de bases de dados identificados ▪ Ampliar a capacidade de realização de pesquisa e avaliação de políticas públicas por meio do uso seguro/protegido de dados identificados 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arranjo institucional para disponibilização de bases de dados identificados ▪ Captação, guarda e gestão protegida de bases de dados 	
INICIATIVA		Portais e Sistemas Institucionais
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a disponibilização de dados não identificados ▪ Melhor adequar a disseminação do conhecimento e informações aos diferentes públicos-alvo do Ipea. 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arranjo institucional para disponibilização de dados não identificados ▪ Disponibilização de software para pesquisa social aplicada ▪ Sistemas de BI ▪ Disponibilização de conhecimento em novos formatos 	
INICIATIVA		Publicação e eventos institucionais
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor adequar a disseminação do conhecimento e informações aos diferentes públicos-alvo do Ipea, em especial os Ministérios, os gestores e tomadores de decisões ▪ Ampliar a divulgação da produção do Ipea internacionalmente 	
ENTREGAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização dos formatos de disponibilização do conhecimento ▪ Divulgação em idiomas estrangeiros 	

A próxima etapa é a de aprimorar o acompanhamento do desempenho institucional do Ipea, por meio do detalhamento de cada indicador e implementação de sistemática de acompanhamento².

Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme descrito no item “Visão geral da unidade prestadora de contas”, extraído do Estatuto do Ipea (Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010), o Instituto tem como finalidade promover e realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos e disseminar o conhecimento resultante, dar apoio técnico e institucional ao Governo na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento e oferecer à sociedade elementos para o conhecimento e solução de problemas e dos desafios do desenvolvimento brasileiro.

A missão de aprimoramento de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas explicita o seu compromisso primeiro, que é o de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento do país, e indica que isso será feito mediante duas grandes linhas de atuação: de um lado a produção e disseminação de conhecimentos e, de outro, a prestação de serviços de assessoria estratégica ao Estado.

Estas duas linhas estão estreitamente conectadas: é a partir do conhecimento produzido nos estudos e pesquisas que o Ipea se capacita e se habilita a assessorar órgãos do Estado brasileiro na tomada de decisões estratégicas.

Objetivos estratégicos do Ipea alinhados aos objetivos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

- Realizar pesquisa aplicada de excelência para aprimorar as políticas públicas e os programas prioritários do governo e essenciais ao desenvolvimento
- Realizar assessoramento e cooperação com órgãos governamentais na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas
- Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo
- Ampliar o acesso e uso de bases de dados necessárias à avaliação e à proposição de políticas públicas
- Disseminar as informações e conhecimentos produzidos em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo

Portanto, observa-se que as competências do Ipea descritas no item “Visão geral da unidade prestadora de contas” tem estreita relação com a missão do Ipea e com os objetivos estratégicos.

² Mais informações sobre indicadores serão explicitadas no item “Apresentação e análise de indicadores de desempenho” deste relatório.

FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

No que tange ao acompanhamento da execução do Plano de Trabalho do Ipea, o Instituto utiliza o sistema eletrônico interno denominado como IpeaProjetos – uma plataforma desenvolvida internamente de cadastramento e monitoramento dos projetos assumidos por cada unidade do instituto adaptada à sua estrutura. Na ferramenta, permanentemente otimizada e acrescida de novas funcionalidades, é possível acompanhar os produtos previstos (alinhados aos objetivos estratégicos), os coordenadores de cada projeto/atividade, os prazos de execução e os custos estimados. O objetivo do sistema é que o Ipea possa contar com mais subsídios para avaliar se o Plano Estratégico 2014-2023 está se concretizando no decorrer dos anos. É possível extrair o atingimento das metas institucionais pelo sistema, conforme explicitado nos tópicos anteriores dessa seção.

O Ipea também realiza acompanhamento da produção administrativa por meio de relatórios de gestão. Os dados apresentados possibilitam uma visão geral do trabalho desenvolvido no âmbito administrativo e financeiro do Ipea. O respectivo relatório possibilita a comparação e análise evolutiva dos dados. Vale ressaltar que a elaboração desses relatórios representa o cumprimento de uma das metas intermediárias da DIDES para o ano de 2016, que compõem as Metas Institucionais do Ipea.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A execução das ações 4727 - Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro e 00M6 – Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica, no âmbito do Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, do PPA 2012-2015, ocorreu de forma regular, em consonância com os parâmetros definidos nos decretos de programação orçamentária e financeira de cada exercício.

Programas do PPA

Programa: **2038 – Democracia e aperfeiçoamento da gestão pública**

Ação: 4727 - Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro.

Objetivo: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Produto: estudo realizado

Unidade de medida: unidade

Metas e Resultados

Execução Física		
Prevista	Reprogramada	Realizada
3	3	3

Execução Orçamentária e Financeira				
Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
42.874.769,00	43.282.014,00	42.031.142,60	35.180.914,81	34.796.158,11

Ação: 00M6 – Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica.

Objetivo: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Produto: bolsa concedida

Unidade de medida: unidade

Metas e Resultados

Execução Física			
Prevista	Reprogramada	Realizada	
275	322	322	

Execução Orçamentária e Financeira				
Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
8.605.081,00	8.605.081,00	8.604.531,31	6.959.389,39	6.959.389,39

A alocação dos recursos previstos no PPA 2016-2019 ocorreu de forma divergente da programação, em face dos problemas advindos da redução da atividade econômica do país que resultou em queda da receita fiscal. Assim, comprometeu-se a execução do conjunto das ações sob a responsabilidade do Ipea, na medida em que, menos recursos foram disponibilizados à entidade no período, já que a execução ocorreu de forma a obedecer aos limites estabelecidos pelos decretos de programação orçamentária de cada exercício.

Não obstante ainda não terem sido estabelecidos indicadores relacionados ao programa, o Ipea, no âmbito do processo de planejamento estratégico, busca desenvolver um sistema de mensuração de indicadores de gestão que, certamente, alcançará os programas e ações direcionados à sua atuação finalística.

A influência dos restos a pagar nos resultados do programa ocorre na medida em que a liquidação dos compromissos de exercícios anteriores inscritos nessa rubrica consome parte das disponibilidades financeiras do exercício em curso. Assim, comprometem-se a execução e o pagamento integral das ações previstas para o exercício, conforme evidenciado no **Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**.

Objetivos dos Programas do PPA

O contingenciamento é um fator interveniente que compromete o planejamento. A adequação aos limites estabelecidos pelos decretos de programação orçamentária e financeira, diminuindo a capacidade da Instituição de produzir mais e melhor.

Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4727			Tipo: Temático		
Título	DIAGNOSTICOS, PROSPECCÕES E ESTRATEGIAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.					
Iniciativa	0290 – Regularização da cessão e a destinação de área da União ao MPA em apoio à pesca artesanal, em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU.					
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado Código: 0579					
Programa	Democracia de Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código: 2038 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	61201 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
42.874.769,00	43.282.014,00	42.031.142,60	35.180.914,81	34.796.158,11		6.850.227,79
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudo Realizado		un	3	3	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.850.227,79			Estudo Realizado	un	1	

Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Não se aplica – Não houve inscrição em Restos a Pagar de despesas não previstas na LOA.

Quadro – Ações do Orçamento de Investimento

Não se aplica.

Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário no Ipea, da mesma forma observada nos demais órgãos da Administração Pública Federal, tem sido afetado pela edição de reiteradas medidas de restrição fiscal por parte do Governo Federal, que tem contingenciado e limitado o dispêndio dos recursos aprovados na LOA. Como exemplo dessas medidas citam-se os Decretos de Programação Financeira nº Decreto nº 8.670, de 12/02/2016 e suas alterações. Tais mudanças nas disponibilidades de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício têm causado imprevisibilidade à programação do Instituto.

Demonstrativo da Execução das Despesas

Quadro – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	23.723.268,34	18.682.266,21	23.395.507,62	15.998.109,33
a) Convite				
b) Tomada de Preços	47.163,00	48.990,00	47.163,00	48.990,00
c) Concorrência				
d) Pregão	23.676.105,34	18.633.276,21	23.348.344,62	15.949.119,33
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	4.063.619,26	907.604,37	4.006.623,28	715.580,47
h) Dispensa	3.573.451,92	427.218,03	3.516.455,94	324.285,99
i) Inexigibilidade	490.167,34	480.386,34	490.167,34	391.294,48
3. Regime de Execução Especial	12.459,91		12.459,91	
j) Suprimento de Fundos	12.459,91		12.459,91	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	283.797.403,23	277.059.407,18	283.797.403,23	277.049.407,18
k) Pagamento em Folha	283.454.839,65	276.661.044,93	283.454.839,65	276.651.044,93
l) Diárias	342.563,58	398.362,25	342.563,58	398.362,25
5. Outros	18.829.334,48	17.321.791,06	18.829.334,48	16.260.189,21
6. Total (1+2+3+4+5)	330.426.085,22	313.971.068,82	330.041.328,52	310.023.286,19

Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES							valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	145.701.710,79	137.663.056,74	145.701.710,79	137.663.056,74			145.701.710,79	137.663.056,74
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	98.135.861,54	101.414.937,30	98.135.861,54	101.414.937,30			98.135.861,54	101.404.937,30
OBRIGACOES PATRONAIS	19.845.229,80	20.144.203,86	19.845.229,80	20.144.203,86			19.845.229,80	20.144.203,86
Demais elementos do grupo	19.542.291,85	17.475.803,12	19.461.865,45	17.438.847,03	80.426,40	36.956,09	19.461.865,45	17.438.847,03
2. Juros e Encargos da Dívida								
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12		159.744,90		159.744,90				159.744,90
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO		28.620,73		28.620,73				28.620,73
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
LOCAÇAO DE MAO-DE-OBRA	23.278.034,34	21.533.123,36	21.555.300,86	19.306.155,69	1.722.733,48	2.226.967,67	21.211.503,07	16.748.020,39
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	10.387.980,87	8.422.526,14	8.988.709,81	7.464.761,58	1.399.271,06	957.764,56	8.983.750,90	6.747.463,45
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	8.372.831,00	6.807.999,51	6.786.939,08	6.807.999,51	1.585.891,92		6.786.939,08	6.181.914,89
Demais elementos do grupo	9.903.776,60	15.843.478,91	9.537.900,80	10.125.530,29	366.875,80	5.717.948,62	9.537.900,80	8.868.232,81
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.541,98	953.327,00	2.541,98	775.763,59		177.563,41	2.541,98	443.293,48
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.489.490,45	119.405,00	67.893,00	94.175,00	3.241.597,45	25.230,00	31.893,00	94.175,00
Auxilio financeiro a estudantes								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG		1.003.672,31		1.003.672,31				1.003.672,31
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica

Seguindo a orientação da norma do TCU no tocante a este aspecto do Relatório de Gestão de 2016, informamos que não houve alterações substanciais na realização das despesas, considerando os montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.

Na questão relacionada com concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade de licitação, entendemos que no âmbito do IPEA, estas despesas não representam montante substancial, passível de justificativa para sua aplicabilidade.

Na relação Contingenciamento no exercício, afirmamos que o LIMITE atribuído ao IPEA pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Exercício de 2016, ficou no Limite da LOA 2016, com alterações para baixo.

No tocante a Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária, não tivemos nenhum obstáculo para execução orçamentária e financeira do IPEA no Exercício de 2016, onde podemos afirmar sua regularidade neste aspecto.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Ipea realizou planejamento estratégico em 2013 para um horizonte de 10 anos (2014-2023), conforme explicitado no item “Planejamento organizacional”. No trabalho realizado, foram delineados 04 (quatro) objetivos estratégicos finalísticos e 04 (quatro) objetivos de gestão¹.

Para o atingimento do Plano Estratégico, os objetivos foram desmembrados em ações e projetos de curto e médio prazo e foram inseridos no sistema interno IpeaProjetos. Para isso, as diretorias delinearam os projetos a serem entregues e delimitaram prazos de entrega dos seus respectivos produtos.

Dentre os diferentes instrumentos e abordagens que embasam os estudos desenvolvidos no instituto, cabe ressaltar o desenvolvimento e utilização de modelos, tais como modelos econométricos para previsões da arrecadação tributária federal; modelos macroeconômicos de médio e grande porte para análise sistêmica da dinâmica econômica brasileira; construção de uma matriz insumo-produto para os países da América do Sul para analisar a lógica e a dinâmica de funcionamento das corporações transnacionais nas cadeias produtivas globais; modelos de uso do solo; investigação de novas metodologias para prospectiva tecnológica e uso de métodos de simulação para pesquisa em infraestrutura; além da construção de cenários prospectivos com a utilização de abordagens qualitativas.

O esforço de compreensão e superação dos desafios ao desenvolvimento do País só é completo se alinhado à "ponta da política pública". Assim, nas suas diferentes linhas de pesquisa, o Ipea trabalhou em cooperação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPDG), do Trabalho e Previdência Social (MTPS), da Integração Nacional (MI); das Cidades (MCidades); do Meio Ambiente (MA); das Relações Exteriores (MRE), da Justiça (MJ), da Fazenda (MF); do Desenvolvimento Social (MDS); da Educação (ME), da Cultura (Minc); de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); do Turismo (MTUR); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Agropecuária, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Secretaria Geral da Presidência da

¹ Os Objetivos Estratégicos foram redefinidos em novembro de 2015, conforme explicitado na seção “Planejamento organizacional” deste relatório.

República (SGPR); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); além de participar em Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho, tal como o Fórum de Debates sobre Trabalho e Previdência, e em discussões na Câmara e Senado.

Cabe também destacar o esforço de articulação com atores importantes no processo de discussão de políticas públicas e de aspectos relacionados ao desenvolvimento estratégico do país por meio do sistema identificado como RedeIpea.

No âmbito da cooperação internacional, destacam-se Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ Brasil, Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Banco Mundial; além do papel do Ipea como representante oficial brasileiro no conjunto de *think tanks* dos BRICS.

A disseminação do conhecimento gerado dentro do instituto é parte crucial da missão do Ipea. Para isso, foram publicados diferentes periódicos, tais como a "Carta de Conjuntura"; "Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise"; "Situação Social: condições de vida"; "Situação Social nos Estados"; "Boletim Regional, Urbano e Ambiental"; e "Revista de Planejamento e Políticas Públicas". Com foco na disseminação mais ampla do conhecimento para a sociedade, destacam-se a “Revista Desafios”, o programa “Panorama Ipea”, e o “Repositório do Conhecimento”, além de diferentes seminários que discutiram temas de grande interesse nacional, tais como a redução da maioria penal, funcionalismo público, acidentes de trânsito, direito à água e megatendências mundiais 2030. Finalmente, o ano de 2016 também foi marcado pela criação do Centro de Altos Estudos e Formação em Governo, que transborda e multiplica o conhecimento gerado na instituição.

No tocante ao quantitativo total, foram executados 515² projetos no ano de 2016, dos quais 73 foram descontinuados (cancelados, suspensos ou não iniciados), restando 442 projetos. Dentre os projetos não descontinuados, 31 projetos concluídos/finalizados em 2016 e 411 serão concluídos nos próximos exercícios.

Pode-se observar a seguinte consonância dos projetos com os objetivos estratégicos:

Objetivos Estratégicos Finalísticos	Número de projetos³ concluídos/finalizados em 2016 que contribuíram para o atingimento dos objetivos estratégicos	Número de projetos em andamento em 2016⁴ que contribuem para o atingimento dos objetivos estratégicos
Avaliar e propor políticas públicas e programas essenciais ao desenvolvimento do país	17	298

² Desses, 156 tiveram início em 2016 e 359 tiveram início em anos anteriores.

³ Um mesmo projeto pode estar relacionado a mais de um objetivo estratégico.

⁴ Um mesmo projeto pode estar relacionado a mais de um objetivo estratégico.

Objetivos Estratégicos Finalísticos	Número de projetos³ concluídos/finalizados em 2016 que contribuíram para o atingimento dos objetivos estratégicos	Número de projetos em andamento em 2016⁴ que contribuem para o atingimento dos objetivos estratégicos
Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo	11	122
Assessorar o Estado na melhoria da qualidade de suas decisões	19	274
Contribuir para a qualificação do debate público quanto aos rumos do desenvolvimento do país e da ação do Estado	17	238
Objetivos Estratégicos de Gestão		
Assegurar produtividade com qualidade e quantitativo adequado de servidores	3	53
Garantir confiabilidade, agilidade e efetividade aos processos e sistemas de gestão	1	45
Fornecer e articular a comunicação interna e externa	7	93
Garantir foco e sinergia ao plano de trabalho	2	60

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

O Ipea possui essencialmente metas quantitativas que, anualmente, são aferidas por meio do grau de alcance das metas programadas. Em 2016, o Ipea definiu metas institucionais para serem cumpridas no ciclo avaliativo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, relacionadas aos objetivos estratégicos e aos macroprocessos finalísticos, conforme anexo da Portaria nº 2, de 2 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial.

Paralelo a isso, o Ipea iniciou em 2014 a discussão sobre os indicadores de desempenho institucional. No entanto, as constantes mudanças de gestão desde então, foram cinco presidências distintas neste período, têm dificultado uma definição adequada para um conjunto de indicadores de desempenho que atenda qualitativamente a necessidade de apuração dos resultados. Uma nova proposta de indicadores será experimentada neste ano (2017) para avaliar o desempenho no atingimento das metas institucionais definidas para o período de 2016.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

- a) **Visão geral do contrato, com informações sobre prazos, contrapartidas, identificação da área interna da UCP responsável pela gestão, unidades gestoras do SIAFI onde**

foram feitos os registros contábeis, estrutura de controles internos para mitigar riscos relacionados às operações e aos objetivos dos projetos;

Nº do Projeto: BR-L1060

Título: Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil

Mutuário: República Federativa do Brasil

Agência Executora (AE): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa IPEA Pesquisa

Empréstimo: 1841/OC-BR

Setor: Reforma/ Modernização do Estado (RM)

Instrumento de Empréstimo: Projeto Específico

Data de Aprovação pelo Diretório: 30/01/2007

Data de Assinatura do Contrato: 15/09/2009

Data de Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 26/02/2010

Data Original do Último Desembolso: 15/03/2014

Data atual do Último Desembolso: 15/03/2016

Data de término da vigência: 15/09/2016

SIAFI: UG 113605

COMPONENTES	ORÇAMENTO ORIGINAL			ORÇAMENTO FINAL (após remanejamento e renúncia parcial de recursos)		
	BID (US\$)	LOCAL (US\$)	TOTAL (US\$)	BID (US\$)	LOCAL (US\$)	TOTAL (US\$)
I. Administração	200.000,00	69.000,00	269.000,00	63.158,21	69.000,00	132.158,21
1. Unidade de Coordenação	63.000,00	69.000,00	132.000,00	45.516,20	69.000,00	114.516,20
2. Monitoramento e Avaliação	137.000,00	-	137.000,00	17.642,01	-	17.642,01
II. Custos Diretos	6.750.000,00	1.106.000,00	7.856.000,00	4.617.515,60	814.607,64	5.432.123,24
1. Desenvolvimento dos projetos estruturadores	4.213.000,00	797.000,00	5.010.000,00	2.059.032,38	378.161,23	2.437.193,61
2. Cooperação e intercâmbio nacional e internacional	1.242.000,00	84.000,00	1.326.000,00	1.357.643,07	115.334,86	1.472.977,93
3. Desenvolvimento institucional	1.295.000,00	225.000,00	1.520.000,00	1.200.840,15	321.111,55	1.521.951,70
Subtotal	6.950.000,00	1.175.000,00	8.125.000,00	4.680.673,81	883.607,64	5.564.281,45
III. Sem designação específica (imprevistos)	200.000,00	47.000,00	247.000,00	-	-	-
IV. Custos financeiros	-	428.000,00	428.000,00	-	428.000,00	428.000,00
TOTAL	7.150.000,00	1.650.000,00	8.800.000,00	4.680.673,81	1.311.607,64	5.992.281,45
%	81,25%	18,75%	100%	78,11%	21,89%	100,00%

b) informações sobre eventuais contrapartidas;

O Programa IPEA pesquisa é executado, com duas fontes de recursos:

- 0148 – recursos externos; e
- 2100 – recursos da união – contrapartida.

Alguns gastos realizados com recursos próprios do órgão, fonte 0100, também poderão ser considerados como contrapartida caso haja anuência do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A vigência do contrato encerrou-se em 15/09/2016. Até essa data, foram utilizados USD 4.557.840,20 em recursos de empréstimo e USD 1.141.576,11 em recursos de contrapartida local, totalizando USD 5.669.416,31. O saldo de recursos foi devolvido ao banco.

c) demonstração dos fluxos financeiros dos projetos ou programas;

Para demonstrar a situação atual do projeto, optamos por usar o fluxo de caixa, que é um dos demonstrativos utilizados na última auditoria da CGU referente ao exercício de 2016.

Quadro 1 - Fluxo de Caixa

	Período findo em 2016			Período findo em 2015		
	BID	Contrapartida	TOTAL	BID	Contrapartida	TOTAL
VALOR RECEBIDO	-	-	-	-	-	-
Acumulado no início do período	4.480.185,65	1.005.525,67	5.485.711,32	3.876.000,04	614.052,56	4.490.052,60
Ajustes		28.731,59	28.731,59		150.969,85	150.969,85
Durante o período	200.488,61	107.318,86	307.807,47	604.185,61	240.503,26	844.688,87
• Desembolsos (Antecipações, reembolsos, pagamentos diretos e reembolso contra garantia de carta de crédito e FIV)	200.488,61	62.010,29	262.498,90	604.185,61	240.503,26	844.688,87
• Adiantamentos da STN	-	-	-	-	-	-
• Juros e Comissões Pagos	-	45.308,57	45.308,57	-	-	-
• Outros	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS	4.680.674,26	1.141.576,12	5.822.250,38	4.480.185,65	1.005.525,67	5.485.711,32
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	3.989.628,60	1.005.525,67	4.995.154,27	3.262.967,64	614.052,56	3.877.020,20
Ajustes		28.731,59	28.731,59		150.969,85	150.969,85
Durante o período	568.211,76	107.318,86	675.530,62	726.660,96	240.503,26	967.164,22

	Período findo em 2016			Período findo em 2015		
	BID	Contrapartida	TOTAL	BID	Contrapartida	TOTAL
• Pagamentos por Bens e Serviços	539.035,09	62.010,29	601.045,38	726.660,96	240.503,26	967.164,22
• FIV		-	-			-
• Juros e Comissões Pagos	-	45.308,57	45.308,57			-
• Outros (apropriação das perdas com variações cambiais e arredondamentos)	29.176,67	-	29.176,67			-
TOTAL DE RECURSOS DE DESEMBOLSOS	4.557.840,36	1.141.576,12	5.699.416,48	3.989.628,60	1.005.525,67	4.995.154,27
RECURSOS DISPONÍVEIS NO FINAL DO PERÍODO (Devolvido ao BID)	122.833,90			490.557,05		

d) os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais, etc.;

Do exercício de 2013 até atual foram efetuados pagamentos para aquisição de acesso a base de dados e consultores individuais do exterior, cujos contratos são fixados em dólares americanos. Em virtude desses pagamentos houve variações cambiais que resultaram em perdas no valor de US\$ 29.176,51.

e) visão gerencial e sucinta sobre os bens e serviços desenvolvidos com os recursos dos projetos ou programas financiados.

O objetivo geral do Programa é contribuir para uma melhor formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas brasileiras. Para esse efeito, fortalecer-se-á a capacidade do IPEA para melhorar a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os desafios do desenvolvimento do país com indicação de alternativas de solução.

O Programa está estruturado em três (3) componentes, quais sejam: 1) desenvolvimento de projetos estruturadores; 2) cooperação e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais; e 3) desenvolvimento institucional.

- **Componente 1. Desenvolvimento de projetos estruturadores.**

OBJETIVO: desenvolver projetos que fortaleçam a capacidade de pesquisa, a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas e financiar as seguintes atividades: (i) ampliação do projeto “Brasil: o estado de uma nação”; e (ii) concepção e implantação de outros projetos estruturadores.

- **Componente 2. Cooperação e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais.**

OBJETIVO: Fortalecer os laços de cooperação com pesquisadores e entidades nacionais e internacionais e apoiar a realização das seguintes atividades: (i) intercâmbio de pesquisadores visitantes e especialistas; (ii) participação de técnicos em congressos científicos internacionais; e (iii) apoio à execução do Fórum Nacional.

• **Componente 3. Desenvolvimento Institucional.**

OBJETIVO: Financiar as seguintes atividades: (i) desenvolvimento de um modelo e implantação de um projeto piloto de avaliação da produção institucional; (ii) formulação e implantação de um programa de desenvolvimento de competências, em conformidade com o planejamento estratégico do IPEA; (iii) aperfeiçoamento do processo de gestão de projetos de conhecimento; (iv) aperfeiçoamento do processo de gestão de projetos de pesquisa; (v) desenvolvimento e implantação de um plano de gestão de tecnologia de informação e aquisição de equipamentos e software para a modernização do parque tecnológico; e (vi) ampliação e implantação do plano de comunicação e disseminação da produção para o grande público.

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO		
Componentes (“Outputs”):	Indicadores Chaves de Produto:	
1) Componente 1. Desenvolver projetos que fortaleçam a capacidade de investigação, formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.	<u>Produtos Planejados</u> <u>Linha de Base:</u> Indicadas abaixo - indicado-relacionadas a cada indicador.	<u>Produtos Obtidos</u> <u>Data dos Dados:</u> 01/07/2016 a 15/09/2016
	(i) projetos estruturadores realizados e publicados por ano.	No segundo semestre de 2016 foram finalizados 5 projetos: - Aperfeiçoamento do banco de dados socioeconômicos e regionais ipeadata; - Acompanhamento e análise de políticas de saúde; - Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia; - Desenvolvimento regional no Brasil: formulação de agenda e proposição de políticas territoriais; e - Agenda de controle, reforma política, mídia e sistema financeiro.
		Desde o início do Programa, até 30/06/2016 o Ipea utilizou recursos do Programa para financiar 27 projetos, sendo 5 publicações Brasil em Desenvolvimento e 22 outros projetos estruturadores: <u>Finalizados:</u> Atividade Ampliação do Projeto Brasil o Estado de uma Nação 1- Brasil em Desenvolvimento 2010; 2- Brasil em Desenvolvimento 2012; 3- Brasil em Desenvolvimento 2013; 4- Brasil em Desenvolvimento 2014; 5- Brasil em Desenvolvimento 2015; Atividade Concepção e execução de outros projetos estruturadores 1- Diálogos para o Desenvolvimento; 2- Infraestrutura e Planejamento Econômico no Brasil; 3- Estruturação do Núcleo de Metodologia de Pesquisa da DIEST; 4- O preenchimento de cargos da burocracia;

		<p>5- Mercado de Trabalho, Estruturas de Emprego e Educação; 6- Oportunidades e desafios para a Infraestrutura; 7- Proposições de políticas estratégicas; 8- Dinâmica do Sistema Produtivo; 9- Inquérito Brasileiro Sobre a Concorrência Do Setor Farmacêutico; 10- Sistema de Indicadores Econômico Sociais; 11- BRIC's e seus vizinhos; 12- Sala de Sigilo; 13- Cadeias Globais de Valor; 14- Reforma Tributária e Federalismo no Brasil; 15- Política Nacional do Idoso; 16- Acompanhamento e Análise das Finanças Públicas; 17- Modelagem Macroeconômica da Economia Brasileira em Moldes Estruturalistas; 18- Aperfeiçoamento do banco de dados socioeconômicos e regionais IpeaData; 19- Acompanhamento e análise de políticas de saúde; 20- Observatório da função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia; 21- Desenvolvimento regional no Brasil: formulação de agenda e proposição de políticas territoriais; e 22- Agenda de controle, reforma política, mídia e sistema financeiro.</p>
<p>2) Componente 2. Cooperação e intercâmbio nacional e internacional</p>	<p><u>Produtos Planejados</u> <u>Linha de Base:</u> Indicadas abaixo - indicadas/ relacionadas a cada indicador.</p> <p>(i) 2 planos de trabalho por ano em associação com pesquisadores visitantes.</p>	<p><u>Produtos Obtidos</u> <u>Data dos Dados:</u> 01/07/2016 a 15/09/2016</p> <p>No segundo semestre de 2016 foram concluídas as atividades de intercâmbio de 3 especialistas: Jose Luis Guasch Asmarats, Kathryn Hochstetler, Aline dos Santos Neutzling.</p> <p>Ao todo foram executados 25 contratos de consultoria para intercâmbio de pesquisadores no período de vigência do contrato de empréstimo.</p>
<p>3) Componente 3. Desenvolvimento Institucional.</p>	<p><u>Produtos Planejados</u> <u>Linha de Base:</u> Indicadas abaixo - indicadas/ relacionadas a cada indicador.</p>	<p><u>Produtos Obtidos</u> <u>Data dos Dados:</u> 01/07/2016 a 15/09/2016</p> <p>Até 15/09/2016 foram efetivamente desembolsados pelo BID US\$ 4.680.673,81, sendo que US\$ 122.833,91 foram posteriormente devolvidos, restando US\$ 4.557.839,90 (97,37% do montante do empréstimo).</p> <p>Em conformidade com as informações reportadas no relatório PROGRESS MONITORING REPORT (PMR) e RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL (PCR), informamos a seguir os produtos obtidos:</p> <p>- Programa de Desenvolvimento de Competências (Modelo de Gestão de Pessoas);</p>

	<p>(i) 60% de cumprimento do cronograma financeiro do POA até 40 meses após a elegibilidade do Programa⁵;</p> <p>(ii) 100% de cumprimento do cronograma financeiro do POA até 60 meses após a elegibilidade do programa; e,</p> <p>(iii) Redução de 20% por ano do índice de reprogramação dos projetos do Ipea Pesquisa depois do primeiro ano de execução do Programa.</p>	<p>- Novo modelo de gestão de projetos de pesquisa (Escritório de Projetos).</p> <p>- Plano de Desenvolvimento Institucional implantado (Planejamento Estratégico 2013-2023);</p> <p>- Novo modelo de gestão de Tecnologia da Informação;</p> <p>- Novo Modelo de Gestão do Conhecimento; e</p> <p>- Modelo de Comunicação e Disseminação da Produção para o grande público.</p>
--	---	--

GOVERNANÇA

DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Portaria Ipea nº443, de 14 de dezembro de 2016, instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controle do Ipea, estabeleceu procedimentos e critérios para a implementação da gestão de riscos, controles internos e de governança no Instituto e deu outras providências, em plena conformidade com a Instrução Normativa Conjunta nº01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da Controladoria-Geral da União, de 10 de maio de 2016.

O Sistema é constituído por uma instância caráter deliberativo – o **Comitê de Governança, Riscos e Controle** – constituído pelo Presidente e pelos diretores do Ipea, a quem caberá a aprovação da política de gestão de riscos, controles internos e governança; e por uma instância de caráter executivo – o **Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles** – a quem competirá assegurar a implementação das diretrizes e medidas aprovadas pelo Comitê supracitado. Este grupo será composto por Chefe de Gabinete do Ipea; Chefe da Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisa (ASPLA); Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DIDES); e Gerente de Riscos. Representantes da Ouvidoria, da Comissão de Ética, da Corregedoria, da Auditoria Interna e da Procuradoria Federal prestarão apoio ao Comitê e Grupo Executivo.

O Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, que, entre outras providências, aprova o Estatuto Ipea, estabelece as competências da Ouvidoria, da Auditoria Interna e da Procuradoria Federal. Nesse contexto, compete à Ouvidoria: (i) receber, apurar e dar encaminhamento a pedidos de informações, reclamações, denúncias, críticas, sugestões e elogios feitos por cidadãos e servidores; (ii) assegurar direito de resposta às demandas interpostas, informando seus autores sobre as providências adotadas; e (iii) - propor a edição, alteração ou revogação de ato normativo, objetivando o aprimoramento técnico ou

⁵ O programa se torna elegível no momento em que é autorizado a realizar gastos.

administrativo e o bom funcionamento da instituição. A Auditoria Interna compete observar o disposto nos arts. 14 e 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e: (i) examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, demais sistemas administrativos e operacionais; (ii) verificar a regularidade dos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pelo Ipea; (iii) examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância; (iv) promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente; (v) examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomada de contas especiais; (vi) propor ações de forma a garantir a legalidade dos atos e o alcance dos resultados, contribuindo para a melhoria da gestão; e (vii) atender e formular respostas aos órgãos de auditoria do Governo Federal e do Tribunal de Contas da União. Finalmente, à Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete: (i) exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Ipea, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; (ii) assistir ao Presidente no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados; (iii) propor medidas acauteladoras dos interesses do Ipea; (iv) representar judicial e extrajudicialmente o Ipea; e (v) apurar a liquidez e a certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades do Ipea, inscrevendo-os em dívida ativa para fins de cobrança amigável ou judicial.

Foi publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2016, o Decreto nº 8.923, de 30 de novembro de 2016, que aprova o novo Estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ipea, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).

O decreto, assinado pelo presidente Michel Temer, estabelece a nova estrutura organizacional do Instituto. Entre as novidades, estão a criação da Corregedoria e apresentação das competências da Procuradoria Federal junto ao Ipea. Outra conquista é o fato de a Unidade Descentralizada do Ipea no Rio de Janeiro constar no Estatuto. A ela "compete a promoção e realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão do Ipea".

O decreto descreve a Diretoria Colegiada como órgão colegiado. O texto explicita a composição da Diretoria, que passa a ter as funções de "deliberar sobre o plano estratégico, o plano de trabalho e a proposta orçamentária do Ipea" e "opinar sobre assuntos que lhe forem submetidos por quaisquer de seus membros". O texto também aponta as competências da Diset e altera o nome deste órgão específico para Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura.

A Portaria nº 419, de 21 de novembro de 2008, que criou a Comissão de Ética do Ipea, e tem como objetivo cooperar para o desenvolvimento harmônico do bem comum nas políticas públicas; e Portaria nº 458 de 06 de dezembro de 2010, que instituiu o Código de Ética do Ipea, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a adoção de padrões de conduta e o aprimoramento ético das pessoas atuantes no âmbito do Ipea, em complementação aos dispositivos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo.

Ainda no âmbito de sua estrutura de governança, o Comitê Técnico de Suporte ao Planejamento Estratégico, instituído pela Portaria nº 70, de 7 de maio de 2014, e regulamentado pela Portaria Ipea nº 229, de 17 de setembro de 2015, tem se destacado no auxílio à implementação e revisão do Planejamento Estratégico da Instituição, no apoio ao

processo de definição e avaliação de metas institucionais, no suporte à elaboração e acompanhamento do plano de trabalho, e no suporte à definição de indicadores de desempenho.

O Ipea também dispõe do Sistema de Gestão de Pessoas, institucionalizado por meio da Portaria Ipea nº 242, de 28 de setembro de 2015, que atua como instância consultiva e auxilia a presidência do Ipea em questões administrativas, tendo como atribuições: (i) promover articulação entre as ações, processos e estruturas do sistema de gestão de pessoas, as unidades administrativas e o corpo de servidores do Ipea; (ii) acompanhar as ações relacionadas à gestão de pessoas no Ipea; (iii) desenvolver mecanismos de captação e de análise de percepções e expectativas dos servidores em relação às matérias de gestão de pessoas; (iv) apresentar ao Presidente do Ipea as propostas e requerimentos que entender pertinentes, visando à melhoria das normas, processos e estruturas relacionados à gestão de pessoas; (v) responder às eventuais consultas sobre assuntos administrativos, visando instruir as decisões do Presidente do Ipea; (vi) propor o plano de capacitação de maneira articulada ao ciclo de planejamento estratégico e ao plano de trabalho do órgão; e (vii) propor a política e o programa de qualidade de vida no trabalho do Ipea, com base nas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Comitê de Tecnologia da Informação instituído pela Portaria nº 373, de 23 de dezembro de 2009, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2009, objetiva assegurar a observância da Instrução Normativa nº 04, de 19 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPDG, bem como aprimorar o processo de coordenação e de execução das ações relacionadas ao Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática da Administração Pública Federal - SISP, nos termos do Decreto n.º 1.048, de 21 de janeiro de 1994. Ao Comitê compete: (i) estabelecer a política e as diretrizes de Tecnologia da Informação para a melhoria contínua da gestão das pesquisas, estudos e serviços, em alinhamento à missão, às estratégias e às metas do Instituto; (ii) propor ao Presidente do Ipea o plano de metas de Tecnologia da Informação de forma alinhada ao planejamento estratégico do Ipea; (iii) analisar e acompanhar a execução do plano de metas de Tecnologia da Informação; (iv) analisar e aprovar o plano de ações e de investimentos em Tecnologia da Informação; (v) acompanhar, supervisionar e priorizar a contratação de bens e de serviços de Tecnologia da Informação; (vi) propor ao Presidente do Ipea o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observadas as diretrizes estabelecidas na Política de Tecnologia da Informação definidas pela SLTI no âmbito do SISP e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do Ipea; (vii) elaborar o Regimento Interno do Comitê de Tecnologia da Informação; e (viii) propor ao Presidente do Ipea a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso.

Por fim, cumpre mencionar o Conselho de Orientação do Ipea, criado em 2007, porém não instituído formalmente. Originalmente, foi composto por vinte personalidades da vida pública nacional, cujas trajetórias acadêmicas e profissionais pautaram-se pela relevância intelectual dos trabalhos escritos e/ou pela enorme contribuição cívica de suas passagens por diversos órgãos e instâncias de governo e de organizações internacionais. O Conselho se reuniu uma vez em 2015 para discutir a situação social e econômica do país e possíveis contribuições do Ipea neste momento de debates sobre a agenda pós-crise.

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna do Ipea – AUDIN, localizada na sede do Instituto em Brasília (DF), tem orientado as suas ações observando a sua programação anual de trabalho, elaborada consoante critérios de priorização baseados nos aspectos de relevância, materialidade e criticidade, constantes do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAINT, proposto e aprovado pelo Presidente do Instituto e submetido posteriormente à apreciação da Controladoria-Geral da União – CGU.

No ano de 2016, a equipe da AUDIN atendeu integralmente aos itens constantes no PAAINT/2016, tendo atuado no exame de processos de gestão, a saber: execução orçamentária e financeira, gestão de contratos e da concessão de diárias e passagens.

Por recomendação da Procuradoria Geral junto ao Ipea – PROFE (Despacho nº 00238/2016/GABIN/PFIPEA/PGF/AGU, de 20/09/2016, as fls. 41 e 42 dos autos do Processo Ipea nº 03015.000021/2016-20), a AUDIN também procedeu a análise de documentação interna relacionada exames na aplicação de recursos disponibilizados pelo Ipea, nos exercícios de 2011 a 2013, para realização de projeto de pesquisa no âmbito do Sistema de Apoio a Pesquisa – SAP/Ipea à Universidade Federal de Maringá. Essa ação veio a complementar diligência realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em processo de julgamento de contas daquela instituição estadual de ensino. Ao final dos trabalhos, a AUDIN concluiu pela ausência de irregularidades na aplicação dos recursos do Ipea, tendo informado ao Gabinete (GABIN) e a CGU, por meio da Nota Técnica nº 004/AUDIN/Ipea, em 29/09/2016.

A Unidade de Auditoria Interna também assessorou os auditores da CGU nos procedimentos de auditoria anual da aplicação no Ipea de recursos oriundos do Contrato de Empréstimo BID 1841/OC-BR firmado entre União e o Banco Interamericano e Desenvolvimento – BID, tendo aquela equipe concluído pela adequabilidade dos controles internos realizados considerando os aspectos mais relevantes das atividades desenvolvidos no Projeto.

Em relação ao monitoramento (follow-up) realizado pela AUDIN junto à gestão, no sentido de assegurar o cumprimento das recomendações exaradas pelo Controle, cabe destacar que foram expedidos 4 (quatro) memorandos internos (Memorando nº 18/AUDIN/Ipea, de 22/03/2016, Memorando, de nº 23/AUDIN/IPEA, 14/06/2016; Memorando nº 27/AUDIN/Ipea, de 21/09/2016, e o Memorando nº 31/AUDIN/Ipea, de 1º/11/2016).

Relativamente à realização das auditorias programadas no PAAINT/2016, destacam-se quatro procedimentos específicos, a saber: (1) Avaliação de controles internos relativos a processos de empenho, pagamento e controles orçamentários e financeiros, conforme Item 03 do PAAINT/2016; (2) Avaliação de controles internos empregados na gestão de contratos administrativos, contemplando ferramentas de acompanhamento e controle da execução de contratos de prestação de serviços utilizados, nos termos do Item 02 do PAAINT/2016; (3) Avaliação dos controles internos incidentes no processo de concessão de diárias e passagens, em atendimento ao Item 04 do PAAINT/2016; e (4) Auditoria específica em contrato firmado com terceiros, correspondendo ao exame de situação concreta (Contrato nº 10/2012, firmado entre o Ipea e a WR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda. e do Contrato de nº 15/2016 do IPEA com a empresa Logos Life Gestão Patrimonial Ltda. - Processo nº 03019.000220/2016-06); relativamente à substituição de empresa na prestação de serviço de garçomete na Sede do Ipea.

A respeito das principais constatações levantadas pela AUDIN, citam-se:

I - Relatório de Auditoria nº 001, de 28/03/2016: a) ausência de compartilhamento de informações pertinentes à execução orçamentária e financeira de bens e serviços prestados por terceiros junto à área de gestão de contratos; b) falhas nas ferramentas de controles orçamentários, carecendo de coluna que dispusesse sobre informações pertinentes a limitação de empenhos para itens específicos (passagens, diárias e contratos etc.); c) existência de títulos comuns para alguns demonstrativos de controles diferenciados, o que confunde ou retarda tarefas de acesso, consulta ou atualização de dados e; d) inexistência de demonstrativo do tipo “Fluxo Financeiro Recebido” para o controle dos recursos provenientes de ACT.

Em vista dessas deficiências, foram recomendadas as seguintes providências: a) Melhor indicação e detalhamento da legislação aplicada a cada demonstrativo/ferramenta; b) Inserção de campos em demonstrativos relativos a controle de limites de empenhos para itens de despesas discricionárias, de tal forma que refletisse os valores de portaria fixando subtotos para gastos discricionários; b) Alteração de nomenclaturas de demonstrativos com denominação genérica ou comum, visando que o título reflita a função de controle mais adequada a cada ferramenta e; c) Instituição, se possível, de novo demonstrativo para acompanhamento de fluxos financeiros de recursos provenientes de acordos de cooperação técnica firmados pelo Ipea.

II – Relatório de Auditoria nº 002, de 02/06/2016: a) integração insuficiente de ferramentas de controles da execução dos contratos junto à área de gestão dos recursos orçamentários e financeiros; b) inexistência de procedimentos padronizados aplicáveis a fiscais e gestores de contratos, em especial aqueles necessários ao monitoramento dos recolhimentos pelas empresas contratadas dos encargos sociais e outras obrigações previstas nos instrumentos e; c) não compartilhamento entre as áreas envolvidas de dados atinentes à situação de adimplência em obrigações fiscais e trabalhistas das empresas contratadas.

Para sanar tais constatações, foram recomendadas as seguintes medidas: a) Elaboração de mecanismos de integração, se possível em tempo real, de dados acerca da execução do objeto contratual (prestação dos serviços ou fornecimentos de produtos) com as de natureza orçamentária e financeira para uso tanto do setor de gestão de contratos (DVCOC) quanto da área orçamentária e financeira (COFIN) e; b) Adoção de rotina ou procedimento que possibilite o compartilhamento entre a SEAGE/DVCOC e os gestores (fiscais) de contrato de dados relativos à situação de adimplência das empresas junto ao FGTS e INSS no tocante aos empregados terceirizados no IPEA.

III – Relatório de Auditoria nº 003, de 22/08/2016: Principais apontamentos: a) ausência de identificação de nome do beneficiário e do período do evento nas planilhas de acompanhamento dos deslocamentos dos servidores; b) pouca transparência na divulgação de critérios para rateio de recursos destinados a cada unidade na concessão de passagens e diárias e c) necessidade de melhor fundamentação do beneficiário para justificar eventuais desistências em deslocamentos, com risco de devoluções de recursos ao Ipea pela empresa aérea em valores inferiores ao desembolsado originalmente.

Nessa direção foi sugerido pela AUDIN: a) aprimorar as ferramentas de acompanhamento, acrescentando colunas e campos com os nomes e períodos do evento na planilha “base de dados”; b) divulgação no âmbito do Ipea de critérios utilizados no rateio dos recursos disponibilizados a cada unidade; c) definição de procedimentos para orientar na fundamentação pelo beneficiário do cancelamento de bilhetes de passagens, sendo que para os casos que a Administração considerar insatisfatória a justificativa, solicitar a sua complementação e, persistindo o problema, adotar providências no sentido de ressarcimento ao Erário de eventuais diferenças.

IV – Relatório de Auditoria nº 004, de 30/09/2016: Além de levantadas algumas deficiências de natureza formal (erros de data, falhas na digitação, instrução processual inadequada etc.) também apurou a ocorrência de sucessivas prorrogações contratuais por prazos curtos indicando a falta de planejamento.

Diante dessas fragilidades, a Auditoria Interna recomendou os seguintes procedimentos: a) Revisão mais cautelosa de documentos antes da assinatura definitiva; b) Observância à ordem cronológica durante a instrução processual; c) Melhor acompanhamento de prazos e previsão de recursos de modo a evitar sucessivas prorrogações dos contratos. Além dessas recomendações a AUDIN também sugeriu que a Administração monitorasse tentativas da contratada anterior em pleitear junto ao Instituto ressarcimento pecuniário a título de reequilíbrio econômico e financeiro.

Em síntese, relativamente às metas estabelecidas no PAINT de 2016, pode-se afirmar que a AUDIN, apesar de sua limitada capacidade laboral, conseguiu cumprir à programação de trabalho prevista, à exceção das ações de capacitação, prejudicadas pela escassez de recursos e de tempo disponível. Assim, no tocante aos três segmentos de atuação, a saber: a) orientação, acompanhamento do gestor; b) planejamento e realização de procedimentos de auditoria; e c) participação dos servidores da Unidade em programas de capacitação e treinamento; o desempenho da Unidade pode ser expresso da seguinte maneira:

<i>Metas e Ações Programadas no PAINT</i>	<i>Resultado das Ações Executadas</i>
Orientação e monitoramento da gestão	Cumprida integralmente
Planejamento e execução de auditorias	Cumprida integralmente de acordo com o quantitativo de ações previstas no PAINT
Treinamento e capacitação	Cumprimento parcial (80%) em razão da escassez de recursos (1 curso e 2 seminários).

Cabe destacar ainda o cumprimento integral da Determinação constante do Item 1.7.1 do Anexo ao Acórdão nº 12.168/2016 – TCU – 2ª Câmara, de 16/11/2016, por meio do encaminhamento do Ofício nº 284/2016-PRESI/Ipea, de 21/12/2016, à Secretária de Controle Externo da Administração do Estado do Tribunal de Contas da União – TCU.

Presentes as considerações retro mencionadas, em especial aquelas pertinentes às ferramentas de acompanhamento da execução orçamentária-financeira, contratual e na gestão de despesas de deslocamentos, pode-se afirmar que a Administração do Ipea vem amadurecendo em seus processos de gestão e aperfeiçoamento de seus ambientes de controle.

Por conseguinte, cabe ainda destacar que a partir de 2017, com a criação da Corregedoria e em decorrência da implantação de uma área de gestão de risco no Instituto, espera-se que tais iniciativas venham a reforçar o processo de governança do Ipea, corroborando ainda mais para o alcance dos objetivos da AUDIN voltados para a melhoria da organização.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No decorrer do exercício de 2016, as atividades correccionais se concentraram principalmente em atender às recomendações contidas no Relatório de Inspeção Gerencial de 27/10/2015, da Corregedoria da Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República-COREG/CISET/SG-PR, em especial aquelas relacionadas ao

levantamento de casos suspeitos de servidores do Instituto exercendo gerência ou figurando como gerente em empresas privadas.

Foram instituídos, desde o segundo semestre/2015 diversos grupos de trabalho para fins de levantamento de eventuais casos com servidores figurando como sócios-gerentes ou administradores em Contratos ou Estatutos Sociais de empresas privadas no Cadastro Nacional de Empresas – CNE, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com vistas a propor medidas de regularização. A seguir, relação de atos instituindo procedimentos apuratórios e corretivos, ainda em andamento:

- constituição do grupos de trabalho, mediante Portarias Ipea nº 144, de 07/07/2015; nº 217, de 09/09/2015 e nº 309/2015, cujo relatório final foi entregue em 22/12/2016 – parte dos processos arquivados, parte submetidos à Procuradoria Federal (PROFE) e parte à Comissão de Ética;
- criação de novo grupo de trabalho, por meio da Portaria Ipea nº 370 de 13/10/2016, para exame do lote analisado pela PROFE/IPEA (contendo 13 processos), cuja orientação foi para adoção de nova avaliação, atualmente se encontra na fase de diligências. No caso dos processos submetidos ao Comitê de Ética em 2016, os casos ainda se encontram sob análise daquele colegiado;
- publicação da Portaria Ipea nº 138, de 13/05/2016, instituindo Comissão de Sindicância Investigativa para apuração de fatos, após a constatação de que alguns levantamentos realizados a partir de 2009 não foram realizados ou foram descontinuados, tendo concluído pela instauração de Procedimento Disciplinar para apurar a omissão injustificada de integrantes designados naqueles levantamentos;
- edição da Portaria Ipea nº 394, de 1º/11/2016, instaurando Comissão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD após manifestação da PROFE/IPEA, em relação à sindicância investigativa de que trata a Portaria Ipea nº 138/2016, ainda em andamento;

Em relação à apuração de outras situações fora do âmbito do Relatório de Inspeção Correcional da COREG/CISET/SG-PR, a Administração do Ipea também adotou providências de caráter apuratório, a saber:

- edição da Portaria Ipea nº 370 de 13/10/2016, instituindo grupo de trabalho para exame de novas situações e aquelas não prescritas de casos de descumprimento de legislação, por recomendação da PROFE, para exame dos seguintes processos (Processos Ipea nº 03010.0000542008-18, nº 03010.000063/2008-09, nº 03010.000065/2008-90, nº 03010.000067/2008-89, nº 03010.000071/2008-47, nº 03010.000073/2008-36, nº 03010.000077/2008-14, nº 03010.000086/2008-13, nº 03010.000093/2008-15, nº 03010.000095/2008-04, nº 03010.000106/2008-48, nº 03010.000111/2008-51 e nº 03012.000253/2015-27);
- publicação da Portaria Ipea nº 359, de 05/10/2016, prorrogar o prazo da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 315, de 31/08/2016, destinada a apuração de fatos relacionados aos Processos Ipea nºs 03018.000075/2015-84 e 03018.000088/2015-53, ainda em andamento;
- edição da Portaria Ipea nº 447, de recondução da Comissão de Sindicância Investigativa, conforme DOU nº 245 de 22/12/2016, prorrogando os trabalhos apuratórios de que trata a Portaria Ipea nº 330, de 28/12/2015, ainda em andamento.

A partir da edição do Decreto nº 8.923, de 30/11/2016, o Ipea passou a dispor de uma unidade própria de correição, o que resultará na melhoria significativa da gestão dos processos de natureza disciplinar conduzidos no âmbito da Casa. Inclusive em relação à

aderência ao registro de informações de que trata a Portaria CGU nº 1.043/2007, embora já se proceda à inserção de dados no Sistema de Processos Disciplinares – CGUPAD, durante a implementação dessa nova Unidade Seccional no Ipea, previsto para o primeiro semestre deste ano, serão cadastrados novos servidores no referido sistema.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Ciente da importância da adoção de uma sistemática de gestão de riscos e da instituição de controles internos com vistas à sua mitigação, o Ipea vem se dedicando a discussões no aperfeiçoamento de suas estruturas de governança. Nesse contexto, destaca-se o aperfeiçoamento de sua estrutura normativa, além da constituição de colegiados tais como o Comitê de Tecnologia da Informação (Portaria nº 373, de 23/12/2009), o Comitê de Gestão do Conhecimento e Inovação do Ipea (Portaria nº 386, de 13/10/2010), o Comitê Técnico de Gestão de Pessoas – CTGPES (Portaria nº 40, de 06/02/2013), o Comitê Técnico de Suporte ao Planejamento Estratégico (Portaria nº 70, de 07/05/2014) e o Sistema de Integridade do Ipea (Portaria nº 319, de 16/12/2015).

Ainda, em atendimento às recomendações contidas no Relatório Anual de Contas Ciset nº 13/2015, de setembro de 2015 e conforme a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 001/2016, o Ipea publicou em **14 de dezembro de 2016, a Portaria nº 443**, que institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ipea, estabelece procedimentos e critérios para a implementação da gestão de riscos, controles internos e de governança no Instituto e dá outras providências.

Composição dos Colegiados:

I - Comitê de Governança, Riscos e Controle, de caráter deliberativo e composto pela Alta Administração, constituída pelo Presidente e pelos diretores do IPEA, a quem caberá a aprovação da política de gestão de riscos, controles internos e governança com vistas à consecução dos objetivos do Instituto, em especial os previstos no Planejamento Estratégico do IPEA; e

II - Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles, de caráter executivo, a quem competirá assegurar a implementação das diretrizes e medidas aprovadas pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle e outras iniciativas pertinentes, e terá a seguinte composição:

- a) Chefe de Gabinete do Ipea;
- b) Chefe da Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisa - ASPLA;
- c) Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DIDES; e
- d) Gerente de Riscos.

Funcionamento do Colegiado:

A política será elaborada, discutida, aprovada, revisada e avaliada pelo menos uma vez ao ano.

Os membros do Comitê de Governança, Riscos e Controle e os integrantes do Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles, em seus afastamentos e impedimentos, serão representados por seus respectivos substitutos legais.

Os membros mencionados nos itens I e II da “Composição do Colegiado” ficam impedidos de integrar comissões apuratórias de processos administrativos no âmbito do IPEA.

Compete ao Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles:

I - Elaborar e submeter à aprovação do Comitê de Governança, Riscos e Controles, política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

II - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos, propondo a institucionalização de estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos e estabelecendo procedimentos com vistas a realização do disposto no item I;

III - avaliar e propor ao Comitê de Governança, Riscos e Controles, a qualquer tempo por iniciativa de qualquer de seus membros, a revisão da política de gestão de riscos sempre que identificado novo risco;

IV - promover o desenvolvimento contínuo e a integração dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

V - estabelecer limites de exposição a riscos globais do Ipea, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade a partir de sugestão do Gerente de Risco;

VI - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão; e

VII - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

Compete ao Gerente de Riscos:

I - Prestar suporte técnico, consultivo e operacional ao Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles, auxiliando-a na supervisão do mapeamento e da avaliação dos riscos chave que podem comprometer a prestação de serviços das unidades e subunidades do Ipea;

II - auxiliar no desdobramento do Apetite por Risco em exposições-alvo para cada unidade ou subunidade do Ipea, orientando os gestores no desenvolvimento e na aplicação de métodos e processos para identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos;

III - monitorar o risco e seu comportamento ao longo do tempo, avaliando se as medidas de resposta adotadas foram efetivas e se resultam na manutenção do risco em níveis adequados;

IV - consolidar informações e atualizar regularmente o perfil de risco, elaborando relatórios periódicos ou *ad-hoc*, conforme requerido pela o Comitê de Governança ou pela Alta Administração;

V - acompanhar junto às unidades e subunidades do Ipea as recomendações e orientações emanadas Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles, da Auditoria Interna e dos demais órgãos externos de Controle, consolidando as informações e documentos demandados por estes, sempre que necessário.

Compete à Ouvidoria, Auditoria Interna e Procuradoria Federal:

As competências são estabelecidas, no âmbito do Ipea, pelo Decreto nº 7.142 de 29 de março de 2010, que, entre outras providências, aprova o Estatuto Ipea.

Compete à Comissão de Ética do Ipea, a Corregedoria, bem como as Assessorias Técnica e de Imprensa e Comunicação:

I - apresentar ao Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles propostas de sua autoria ou sugerida por qualquer servidor ou colaborador do Ipea, com vistas à melhoria do modelo de estrutura de governança, da transparência, das práticas de controles internos e da gestão de riscos do Ipea; e

II - prestar apoio de caráter consultivo e participar das reuniões do Grupo Executivo de Gestão de Riscos e Controles, quando solicitada a sua presença;

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de acesso do cidadão

Ouvidoria do Ipea

Criada em 12 de maio de 2004, a Ouvidoria do Ipea se estabelece como instância de promoção e defesa de direitos, e de participação e controle social da res publica, atuando na mediação das relações entre cidadãos e o núcleo gestor do Instituto.

Para fins de encaminhamento de elogios, denúncias, solicitações diversas, reclamações e sugestões, os cidadãos fazem uso dos seguintes canais de comunicação disponibilizados pela Ouvidoria:

- Internet, por meio de formulário eletrônico disponível em: www.ipea.gov.br/ouvidoria.
- Telefone, por meio dos números (61) 2026-5555 e (21) 3515-8621.
- Atendimento presencial, entre 9h e 18h, nos seguintes endereços:

Brasília – DF	Rio de Janeiro – RJ
SBS Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 18º andar – salas 1811 a 1813 CEP: 70076-900	Av. Presidente Antonio Carlos 51, 10º andar – sala 1001 CEP: 20020-010

Após analisadas, as manifestações recebidas são respondidas pelo Ouvidor do Ipea, que, por sua vez, pode solicitar o auxílio de outras unidades do Instituto, preservando a identidade dos manifestantes sempre que assim lhe for solicitado ou quando julgar necessário. Mesmo nos casos de recebimento de manifestações improcedentes, a Ouvidoria atua no sentido de orientar os demandantes quanto aos canais mais adequados para a submissão de suas manifestações. Assim, sob a égide dos princípios constitucionais da administração pública, a Ouvidoria busca atender seus demandantes de maneira célere, objetiva e imparcial, com qualidade e transparência.

A Constituição de 1988 inaugura nova dimensão na relação entre Estado e sociedade ao instituir um Estado Democrático de Direito, que tem na cidadania um dos seus fundamentos, e ao conferir a titularidade do poder constituinte ao povo. Assim, voltando seu foco para os cidadãos e em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, a Ouvidoria do Ipea publica, no final de 2013, a Carta de Serviços ao

Cidadão, que traz, de forma clara e precisa, informações sobre os serviços que presta e formas de acesso, além dos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Ainda, ao prestar contas de sua ação à sociedade por meio da publicação do relatório anual de atividades, contribui para o controle social da res publica e, ao mesmo tempo, cumpre os requisitos de transparência da administração pública. A Carta de Serviços ao Cidadão da Ouvidoria do Ipea está disponível em: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria/images/stories/2017/CARTA/carta%20de%20servicos%20ao%20cidadao_2017.pdf.

Em 2016, a Ouvidoria do Ipea recebeu 213 manifestações entre solicitações, reclamações, sugestões, elogios e denúncias. Os gráficos 1 e 2 apresentam, respectivamente, a distribuição do que foi recebido pela Ouvidoria por categorias de manifestações e de assuntos.

GRÁFICO 1

Categorias de Manifestações

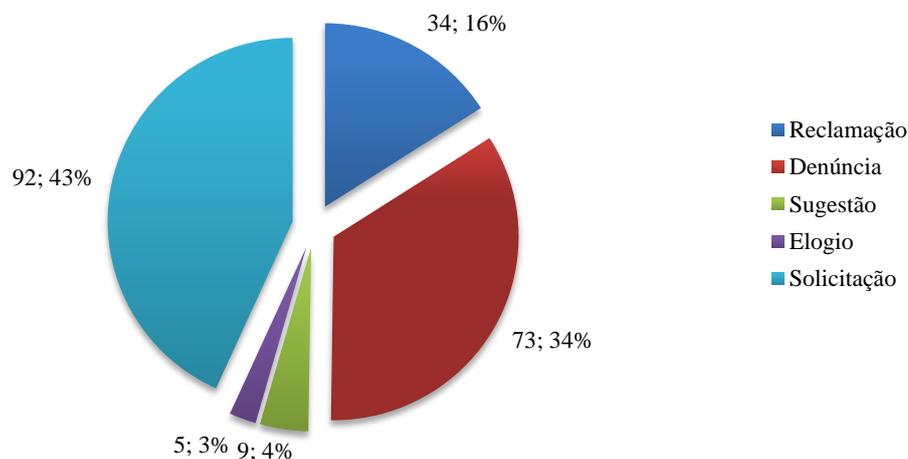
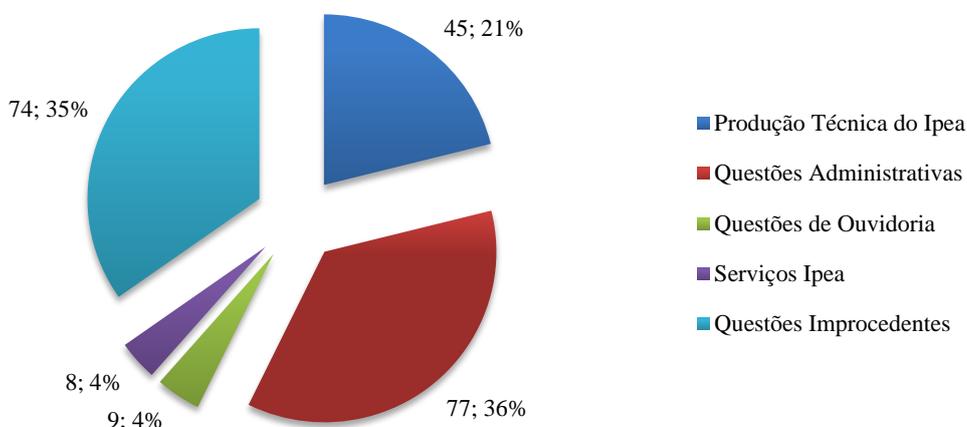
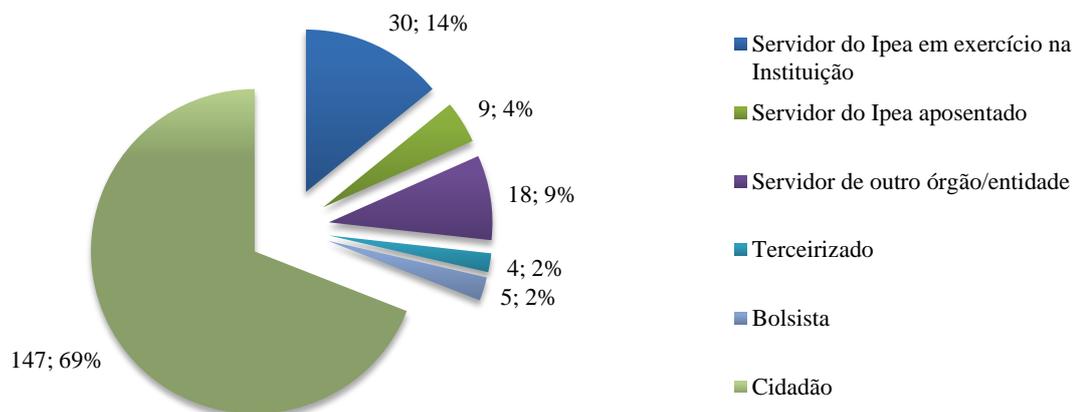


GRÁFICO 2
Categorias de Assuntos



A análise do gráfico 3 permite constatar a importância da Ouvidoria do Ipea enquanto instância de participação social. A distribuição das manifestações recebidas segundo categorias de demandantes indica que grande parte das demandas recebidas proveio de cidadãos sem qualquer vínculo laboral com a Instituição.

GRÁFICO 3
Categorias de Demandantes



Serviço de Informações ao Cidadão

Ao regulamentar o acesso a informações previsto no inciso II do § 3º do art. 37 da Constituição Federal, a Lei de Acesso à Informação⁶ (LAI) contribui, de maneira efetiva, para a consolidação do processo de democratização do Brasil ao garantir a qualquer cidadão, como

⁶ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

regra geral, o acesso a informações produzidas ou custodiadas por órgãos e entidades públicos. Subverte-se, pois, a lógica até então vigente: o acesso passa a ser regra, e o sigilo, exceção.

Nesse contexto, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) foi criado, no âmbito do Ipea, nos termos do que dispõe o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, com os propósitos de atender e orientar o público quanto ao acesso à informação, de informar sobre a tramitação de documentos nas unidades, e de receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Assim, no âmbito do SIC/LAI são estabelecidos os seguintes canais para a comunicação com o cidadão:

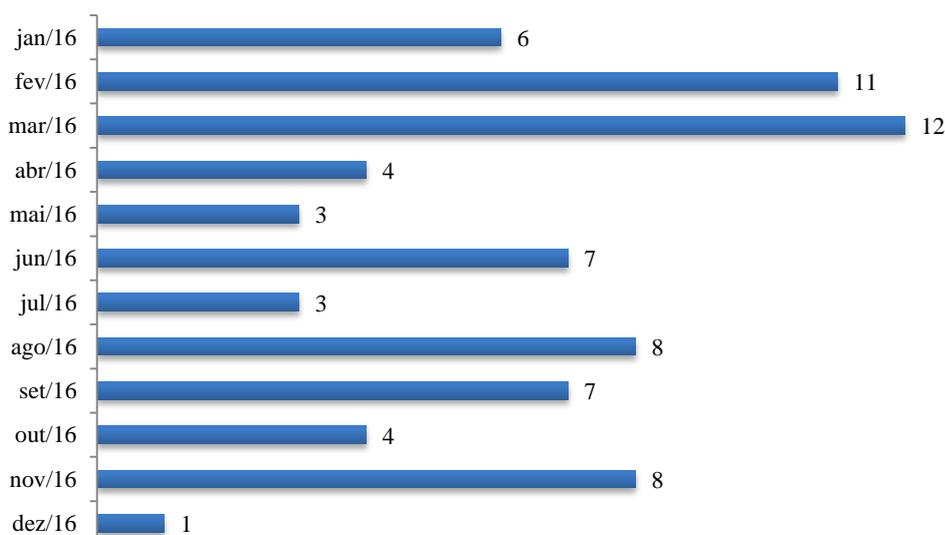
- Internet, por meio do sistema e-SIC, disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.
- Telefone, por meio dos números (61) 2026-5656 e (21) 3515-8337.
- Atendimento presencial nos seguintes endereços:

Brasília – DF	Rio de Janeiro – RJ
SBS Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES – Protocolo CEP: 70076-900 Horário de atendimento: 8h às 18h	Av. Presidente Antonio Carlos 51, 13º andar CEP: 20020-010 Horário de atendimento: 10h às 17h

Em 2016, foram recebidos e tratados, pelo SIC Ipea, 74 pedidos de acesso à informação, com uma média mensal de 6,2 pedidos, conforme distribuição mensal apresentada no gráfico 4.

GRÁFICO 4

Quantidade de pedidos de acesso à informação, registrados por mês



Além dos pedidos supramencionados, o SIC Ipea recebeu, em 2016, outros 28 pedidos de acesso à informação não relacionados ao Ipea, redirecionados, portanto aos SIC dos

respectivos órgãos e entidades responsáveis por trata-los. A tabela 1 apresenta o redirecionamento de pedidos em 2016.

TABELA 1

Redirecionamento de pedidos de acesso a outros órgãos e entidades em 2016

Órgão/Entidade	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	1	-	-	2	1	-	-	1	-	2	1	-
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Ministério da Educação	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ministério da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento Agrário	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-
Secretaria de Previdência Social – Ministério da Fazenda	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Total	3	2	0	2	3	2	0	2	1	3	5	5

As tabelas 2 e 3 apresentam, respectivamente, informações sobre as características dos pedidos de acesso e os principais temas das solicitações:

TABELA 2

Características dos pedidos de acesso à informação

Total de perguntas	111
Perguntas por pedido	1,5
Total de solicitantes	69
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	3
Solicitantes com um único pedido	65

TABELA 3

Principais temas das solicitações

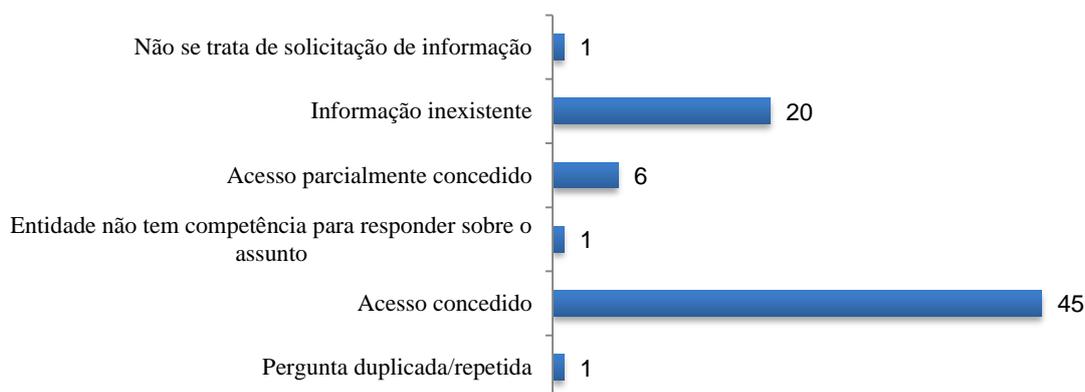
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Pessoa, família e sociedade - Pessoa	37	50,0
Pessoa, família e sociedade - Comunidade e sociedade	4	5,4
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Planejamento urbano	3	4,1
Transportes e trânsito - Transporte rodoviário	3	4,1
Economia e Finanças - Economia	2	2,7
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Serviços Urbanos	2	2,7
Pessoa, família e sociedade - Família	2	2,7
Pessoa, família e sociedade - Previdência social	2	2,7
Pessoa, família e sociedade - Proteção e defesa do cidadão	2	2,7
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Urbanismo	1	1,4

O tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação foi de 6,3 dias. Do total de pedidos recebidos em 2016, 98,65% foram respondidos dentro do prazo de 20 dias estabelecido no art. 11 § 1º da Lei nº 12.527/2011. Um único pedido de acesso (1,35% do total de pedidos) demandou o uso do instituto da prorrogação por mais 10 dias, tal como previsto no § 2º do aludido artigo legal, em razão do grande volume de informações demandadas.

O gráfico 5 apresenta a distribuição dos tipos de resposta concedida tendo em vista pedidos de acesso recebidos.

GRÁFICO 5

Pedidos de acesso à informação por tipo de resposta concedida



Em 2016, 94,2% dos pedidos de acesso à informação provieram de pessoas físicas e 5,8% de pessoas jurídicas de 14 unidades da Federação e, também, do exterior. As tabelas 4 a 6 apresentam informações sobre o perfil dos demandantes, categoria pessoa física.

TABELA 4

Distribuição por Gênero

Gênero	%
Masculino	52,3
Feminino	35,4
Não Informado	12,3
Total	100,0

TABELA 5

Distribuição por Escolaridade

Escolaridade	%
Pós-graduação	16,9
Não Informado	13,9
Mestrado/ Doutorado	27,7
Ensino Médio	12,3
Ensino Superior	29,2
Total	100,0

TABELA 6

Distribuição por Profissão

Profissão	%
Estudante	26,2
Não Informado	18,5
Servidor público federal	13,9
Servidor público estadual	10,8
Pesquisador	9,2
Outra	4,6
Professor	4,6
Empregado - setor privado	3,1
Empresário/ empreendedor	3,1
Jornalista	3,1
Total	100,0

A Tabela 7 apresenta informações sobre o perfil dos demandantes, categoria pessoa jurídica:

TABELA 7

Distribuição por tipo de pessoa física

Tipo	%
Empresa - PME	25,0

Tipo	%
Não informado	25,0
Organização não Governamental	25,0
Sindicato / Conselho profissional	25,0
Total	100,0

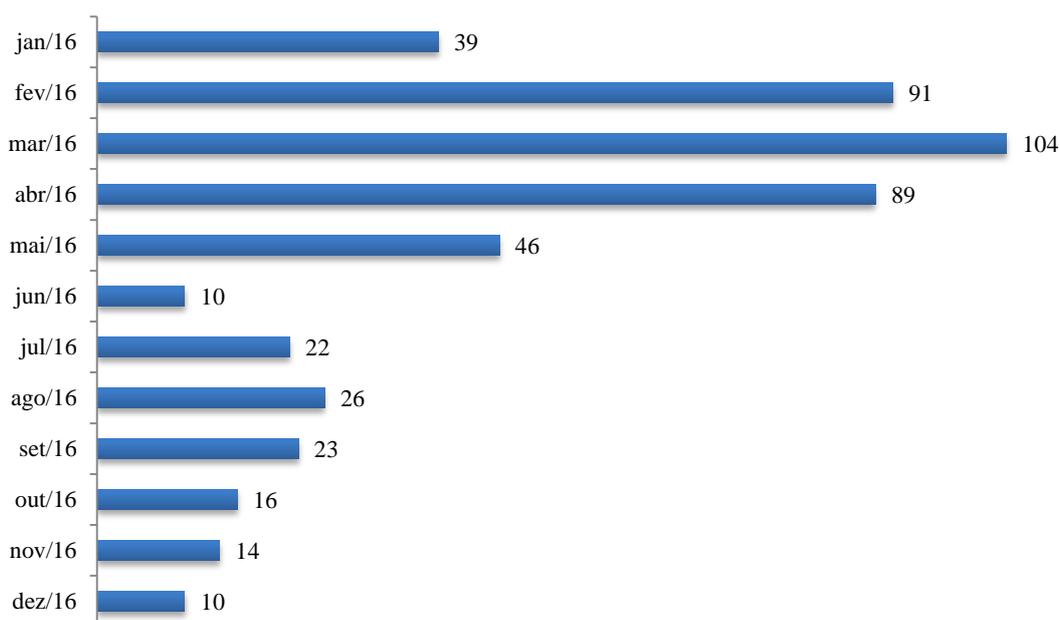
Por fim, em 2016 dois recursos foram dirigidos à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão (2,7% dos pedidos de acesso), tendo ambos sido indeferidos. No período, não foram interpostos recursos à autoridade máxima da entidade, à Controladoria-Geral da União e à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Fale Conosco

O Fale Conosco é um canal destinado ao atendimento rotineiro a cidadãos em busca de informações sobre o Instituto e suas atividades. Em 2016, o Fale Conosco recebeu 490 solicitações, conforme distribuição mensal apresentada no gráfico 6.

GRÁFICO 6

Distribuição mensal de pedidos encaminhados ao Fale Conosco



Aferição do grau e satisfação dos cidadãos-usuários

Desde 2007, a Ouvidoria do Ipea tem realizado, segundo periodicidade anual, a pesquisa de satisfação junto aos que demandaram seus serviços. Essa pesquisa tem se traduzido em importante instrumento para a identificação de pontos fortes e fracos, subsidiando ações com vistas à sua efetividade. As tabelas 8 a 10 apresentam os resultados da pesquisa de satisfação entre os anos de 2007 e 2015⁷.

⁷ A Pesquisa de Satisfação referente ao ano de 2016 encontra-se em andamento e seus resultados deverão ser disponibilizados ainda no primeiro quadrimestre de 2017.

TABELA 8

Pesquisa de Satisfação - qualidade do atendimento (em %)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Excelente	64,7	36,7	49,0	56,9	49,0	36,0	47,0	66,7	56,0
Boa	23,5	51,7	37,3	33,8	33,0	39,0	31,0	22,2	24,0
Regular	5,9	5,0	3,9	3,1	14,0	3,0	11,0	5,6	4,0
Ruim	-	3,3	7,8	6,2	2,0	11,0	7,0	5,5	8,9
Péssima	5,9	3,4	2,0	-	2,0	11,0	4,0	-	8,0
Total	100,0								

TABELA 9

Pesquisa de Satisfação – tempo de resposta (em %)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Curto	82,4	45,0	58,0	58,5	37,2	22,6	35,6	50,0	32,0
Normal	17,6	35,0	36,0	38,5	58,1	53,2	48,9	44,4	60,0
Demorado	-	20,0	6,0	3,0	4,7	24,2	15,6	5,6	8,0
Total	100,0								

TABELA 10

Pesquisa de Satisfação – intenção de recorrer novamente à Ouvidoria (em %)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sim	88,2	95,0	90,2	96,9	86,0	74,2	82,2	100,0	96,0
Talvez	-	-	-	-	11,6	12,9	8,9	-	4,0
Não	11,8	5,0	9,8	3,1	2,3	12,9	8,9	-	
Total	100,0								

Em relação ao atendimento prestado diretamente ao cidadão pelo Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a aferição da satisfação dos cidadãos se dá por meio de pesquisa que, em 2016 apresentou os seguintes resultados (tabelas 11 a 15):

TABELA 11

A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?

Grau de concordância	%
Discordo totalmente	-
Discordo	10
Concordo	14
Concordo totalmente	76

TABELA 12

A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Grau de concordância	%
Discordo totalmente	-

Grau de concordância	%
Discordo	-
Concordo	10
Concordo totalmente	90

TABELA 13

A justificativa para a entrega parcial da informação foi satisfatória?

Grau de concordância	%
Discordo totalmente	-
Discordo	25
Concordo	50
Concordo totalmente	25

TABELA 14

A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?

Grau de concordância	%
Discordo totalmente	-
Discordo	-
Concordo	100
Concordo totalmente	-

TABELA 15

A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?

Grau de concordância	%
Discordo totalmente	-
Discordo	-
Concordo	-
Concordo totalmente	100

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

- www.ipea.gov.br/acessoainformacao: reúne e divulga, de forma espontânea, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que são de interesse coletivo ou geral, com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).
- www.ipea.gov.br/ouvidoria: sítio da Ouvidoria do Ipea na internet, que corresponde ao principal canal para a comunicação com servidores e colaboradores do Instituto e com a sociedade em geral. Por meio desse espaço, manifestantes podem encaminhar demandas ao Ouvidor e ter acesso a informações sobre a Ouvidoria do Ipea, seja por intermédio da Carta de Serviços ao Cidadão, seja por meio dos relatórios sobre sua atuação.
- www.ipea.gov.br/: sítio institucional do Ipea, na internet.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações (Brasília e Rio de Janeiro)

Para garantir à acessibilidade nas dependências e dar cumprimento às legislações pertinentes, o Ipea incluiu no Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS um projeto com ações sobre acessibilidade. O objetivo é adoção e construção de ambientes para assegurar a completa mobilidade dos usuários com necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

Com a implementação do projeto, convidamos engenheiros da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIZ para uma visitar as instalações e listar as exigências, providências necessárias para promoção da acessibilidade no Instituto. Várias orientações e sugestões foram feitas pelos engenheiros com a devida observância as normas vigentes.

Importa dizer que, foram realizadas em alguns andares reformas para adaptação, porém, devido à falta de recursos financeiros até o momento não podemos concluir toda reforma exigida nos andares. O Ipea quer contratar uma empresa para elaboração do projeto executivo com a finalidade de realizar obras de acessibilidades tais como: sinalização, sanitários acessíveis, piso tátil e direcional e etc., nas dependências do Instituto.

Ademais, os gestores do PLS vêm fazendo os ajustes necessários nos ambientes do Instituto para garantir a completa acessibilidade, ou seja, a plena inclusão de pessoas com deficiência.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Desempenho financeiro no exercício

Vinculação Pagamento		Font e SOF	JAN/2016	FEV/2016	MAR/2016	ABR/2016	MAI/2016	JUN/2016	JUL/2016	AGO/2016	SET/2016	OUT/2016	NOV/2016	DEZ/2016	Total
308	CONTRIBUCAO PREVIDENCIA FECHADA	0100	987,27	987,27	987,27	987,27	987,27	987,27	1.044,98	1.126,71	1.126,71	1.126,71	2.253,42	1.126,71	13.728,86
309	PESSOAL REQUISITADO	0100	36.185,66	46.691,50	46.691,50	46.691,50	46.691,50	46.691,50	46.691,50	23.801,20	(37.010,39)	27.989,61	27.989,61	46.226,11	405.330,80
310	PAGAMENTO PESSOAL	0100	15.722.138,99	15.068.487,74	15.166.278,98	13.170.337,44	6.705.593,59	6.919.787,63	5.264.703,69	5.459.576,00	5.434.244,67	5.471.739,81	10.097.231,05	11.109.247,51	115.589.367,10
		0156					284.333,62	1.756.205,63	1.122.640,80	1.143.246,17	2.202.199,70	10.214.886,73	11.478.669,84	7.678.205,85	35.880.388,34
		0169				2.023.539,53	8.128.493,94	14.087.491,15	8.763.504,24	9.162.927,72	8.105.686,34	72.898,41	0,00	0,00	50.344.541,33
400	CUSTEIO/INVESTIM ENTO	0100	800.000,00	3.550.000,00	5.250.000,00	5.000.000,00	3.600.000,00	3.600.000,00	3.600.000,00	3.900.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00	4.000.000,00	750.000,00	42.450.000,00
412	PAGAMENTO DE CARTAO DE CREDITO	0100		2.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	12.000,00
422	AUXILIO FUNERAL - CUSTEIO	0100	24.972,45	0,00	8.918,57	10.484,64	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	54.474,00	198.849,66
505	PROJETOS EXTERNOS CONTRAPARTIDA	0148							243.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.000,00
		2100							57.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.000,00
510	CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXILIOS	0100	464.811,49	475.134,13	432.784,59	422.258,17	438.983,56	429.451,76	415.298,60	414.407,00	412.917,51	410.573,27	365.194,95	414.356,04	5.096.171,07
Total			17.049.095,86	19.143.300,64	20.905.660,91	20.674.298,55	19.255.083,48	26.843.614,94	19.513.883,81	20.108.084,80	20.369.164,54	20.399.214,54	25.975.338,87	20.053.636,22	250.290.377,16

Sobre o “Desempenho financeiro do exercício”, informamos que, apesar da crise fiscal com reflexos na Arrecadação, o fluxo financeiro para o IPEA foi regular, possibilitando o pagamento rigorosamente regular das obrigações assumidas pelo Órgão.

Não houve dificuldade e a programação financeira elaborada pelo IPEA foi prontamente atendida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A regularidade aqui apontada, teve reflexo positivo na conta de Restos a Pagar, haja vista a redução do valor desta conta no comparativo com o Exercício passado, o que mostra uma gestão adequada aos princípios da Lei Orçamentária Anual e aos Decretos de Programação Financeira do Exercício.

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

1 – O Ipea adotou a partir de 2010 os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente as NBC T 16.9 e 16.10 para realização da depreciação, amortização e exaustão apuradas pelo Sistema de Controle Patrimonial e contabilizadas no SIAFI de acordo com o cronograma estabelecido no calendário de fechamento de mês da Secretaria do Tesouro Nacional.

2 - O Ipea utiliza como parâmetro para registro contábil da depreciação e amortização o relatório mensal enviado pelo Setor de Patrimônio, sendo o registro realizado no SIAFI em consonância com as informações contidas na Macrofunção 02.03.30 da STN assim como na tabela nela contida para estimar a vida útil do ativo.

3 – O órgão optou por utilização de cota lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem patrimonial estipulado pelas normas vigentes e as taxas definidas conforme especificado na Macrofunção já mencionada.

4 – Para avaliação dos bens patrimoniais foi utilizado busca no mercado dos valores, esta metodologia é uma definição realizada pelo órgão para se achar o valor real do bem.

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Sobre Custos de Serviços e Produtos a Unidade Jurisdicionada, ainda, não dispõe de Sistema corporativo institucional, que possibilite demonstrar a eficiência e eficácia dos procedimentos de aquisições do âmbito da mesma.

Esperamos em futuro próximo ter um Sistema corporativo que possa demonstrar claramente como anda os nossos de aquisições com a demonstração de que a UJ está otimizando os recursos que lhes são alocados na Lei Orçamentária Anual.

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

BALANÇO FINANCEIRO – TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	61201 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 07/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	963.597,78	3.233.331,81	Despesas Orçamentárias	342.221.250,39	332.112.601,17
Ordinárias	737.631,65	394.728,13	Ordinárias	233.233.684,06	212.790.767,55
Vinculadas	266.842,42	2.858.324,46	Vinculadas	108.987.566,33	119.321.833,62
Operação de Crédito		1.883.850,73	Educação	9.230,40	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	266.842,42	974.473,73	Seguridade Social (Exosto RGPS)	107.402.225,59	102.324.789,07
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-40.876,29	-19.720,78	Operação de Crédito	171.198,37	16.915.908,45
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.093.331,97	24.160,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	311.580,00	56.976,10
Transferências Financeiras Recebidas	363.211.155,22	338.028.320,49	Transferências Financeiras Concedidas	14.238.233,99	11.924.526,84
Resultantes da Execução Orçamentária	345.226.530,26	330.530.545,12	Resultantes da Execução Orçamentária	9.073.795,14	6.909.946,53
Repasso Recebido	336.195.120,16	323.946.860,14	Repasso Concedido	42.385,04	326.261,55
Sub-repasso Recebido	9.031.410,10	6.583.684,98	Sub-repasso Concedido	9.031.410,10	6.583.684,98
Independentes da Execução Orçamentária	17.984.624,96	7.497.775,37	Independentes da Execução Orçamentária	5.164.498,85	5.014.580,31
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	17.934.299,14	7.391.575,37	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.302.566,02	2.736.001,45
Demais Transferências Recebidas	36.000,00	106.200,00	Demais Transferências Concedidas	126.235,16	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	14.325,82		Movimento de Saldos Patrimoniais	735.697,67	2.278.578,86
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recabimentos Extraorçamentários	11.924.006,82	15.134.549,54	Despesas Extraorçamentárias	15.258.414,21	15.458.482,87
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	384.756,70	5.520.658,59	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.138.155,86	1.801.842,90
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.922.474,69	9.198.375,15	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.235.601,05	12.961.355,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	616.775,43	413.989,76	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	711.796,68	413.989,76
Outros Recabimentos Extraorçamentários	-	1.526,04	Outros Pagamentos Extraorçamentários	172.660,62	281.294,40
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.503,68	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	904,44	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		22,36	Demais Pagamentos	171.956,18	281.294,40
Saldo do Exercício Anterior	990.444,71	4.089.853,75	Saldo para o Exercício Seguinte	5.371.245,34	990.444,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	990.444,71	4.089.853,75	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.371.245,34	990.444,71
TOTAL	377.089.204,53	360.486.055,53	TOTAL	377.089.204,53	360.486.055,53

Fonte: <file:///C:/Users/t828989/Documents/Esritório%20de%20Projetos/Relatório%20de%20Gestão/BALANÇO%20FINANCEIRO%20-%20EXERCÍCIO%20DE%202016.pdf>

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 07/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 61201 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA \$ CORRENTES	274.353,00	274.353,00	963.597,78	689.204,78
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	123.525,77	123.525,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	17.389,26	17.389,26
Valores Mobiliários	-	-	106.136,51	106.136,51
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	274.353,00	274.353,00	10.188,63	-264.204,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	31.393,00	31.393,00	10.188,63	-21.204,37
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	243.000,00	243.000,00	-	-243.000,00
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	829.883,38	829.883,38
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	829.883,38	829.883,38
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITA \$ DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	61201 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	274.393,00	274.393,00	963.597,78	689.204,78
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	123.525,77	123.525,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	17.389,26	17.389,26
Valores Mobiliários	-	-	106.136,51	106.136,51
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	274.393,00	274.393,00	10.188,63	-264.204,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	31.393,00	31.393,00	10.188,63	-21.204,37
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	243.000,00	243.000,00	-	-243.000,00
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	829.883,38	829.883,38
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	829.883,38	829.883,38
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
07/03/2017

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 61201 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITA \$	274.393,00	274.393,00	963.597,78	689.204,78
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	274.393,00	274.393,00	963.597,78	689.204,78
DÉFICIT	-	-	341.257.652,61	341.257.652,61
TOTAL	274.393,00	274.393,00	342.221.250,39	341.946.857,39
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE \$	329.282.490,00	342.147.155,00	338.729.217,96	331.228.340,72	330.879.584,02	3.417.937,04
Pessoal e Encargos Sociais	278.767.824,00	289.844.217,00	283.225.093,98	283.144.667,58	283.144.667,58	6.619.123,02
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50.514.666,00	52.302.938,00	55.504.123,98	48.083.673,14	47.734.916,44	-3.201.185,98
DESPESA DE CAPITAL	5.214.630,00	4.485.630,00	3.492.032,43	70.434,98	34.434,98	993.597,57
Investimentos	5.214.630,00	4.485.630,00	3.492.032,43	70.434,98	34.434,98	993.597,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DA DESPESA \$	334.497.120,00	346.632.785,00	342.221.250,39	331.298.775,70	330.914.019,00	4.411.534,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	61201 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	334.497.120,00	346.632.785,00	342.221.250,39	331.298.775,70	330.914.019,00	4.411.534,61
TOTAL	334.497.120,00	346.632.785,00	342.221.250,39	331.298.775,70	330.914.019,00	4.411.534,61

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	247.617,24	8.995.581,74	7.995.357,75	7.995.357,75	1.004.604,61	243.236,62
Pessoal e Encargos Sociais	-	36.956,09	-	-	36.956,09	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	247.617,24	8.958.625,65	7.995.357,75	7.995.357,75	967.648,52	243.236,62
DESPESAS DE CAPITAL	83.558,71	202.793,41	240.243,30	240.243,30	46.108,82	-
Investimentos	83.558,71	202.793,41	240.243,30	240.243,30	46.108,82	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	331.175,95	9.198.375,15	8.235.601,05	8.235.601,05	1.050.713,43	243.236,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	5.219.042,56	5.196.524,75	22.517,81	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	10.000,00	-	10.000,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	5.209.042,56	5.196.524,75	12.517,81	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	975.318,36	941.631,11	33.687,25	-
Investimentos	-	975.318,36	941.631,11	33.687,25	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	6.194.360,92	6.138.155,86	56.205,06	-0,00

Fonte: <file:///C:/Users/t828989/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/ECJX1QAB/BALANÇO%20ORÇAMENTÁRIO%20-%20EXERCÍCIO%20DE%202016.pdf>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
07/03/2017

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	61201 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	53.918.085,01	51.996.021,69	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.918.085,01	51.996.021,69

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	5.371.245,94	990.444,71	PASSIVO FINANCEIRO	11.551.206,98	15.810.576,68
ATIVO PERMANENTE	48.546.839,07	51.005.576,98	PASSIVO PERMANENTE	233.516,30	72.483.984,52
SALDO PATRIMONIAL		36.298.539,51	SALDO PATRIMONIAL	42.133.361,73	

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	12.414.064,25	10.282.643,42	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	33.243.177,24	33.382.826,05
Execução dos Atos Potenciais Ativos	12.414.064,25	10.282.643,42	Execução dos Atos Potenciais Passivos	33.243.177,24	33.382.826,05
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	609.477,53	698.945,31	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	11.804.586,72	9.583.696,11	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	6.200.000,00	7.456.164,99
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	27.043.177,24	25.926.661,06
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	12.414.064,25	10.282.643,42	TOTAL	33.243.177,24	33.382.826,05

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.130.915,64
Recursos Vinculados	950.954,60
Seguridade Social (Exceto RGPS)	5.553,33
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	945.401,27
TOTAL	-6.179.961,04

Fonte:

<file:///C:/Users/t828989/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/ECJX1QAB/BALANÇO%20PATRIMONIAL%20-%20EXERCÍCIO%20DE%202016.pdf>

NOTAS EXPLICATIVAS

1 – Ativo Circulante:

- A conta 1.1.1.1.0.00.00 – Caixa e Equivalentes de Caixa, o Ipea finalizou o 4º Trimestre com um saldo de aplicações e rendimentos na conta única referentes a disponibilidades de recursos vinculados;
- A conta 1.1.3.1.1.00.00 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e Outros créditos, essa conta compreende as antecipações concedidas a pessoal, incluindo adiantamento a fornecedores, ao final do 4º Trimestre o saldo de R\$ 2.852.959,85 foi ajustado de modo a refletir os adiantamentos da Folha de Pagamento de Dezembro;
- A conta 1.1.5.1.1.00.00 – Mercadorias para Venda ou revenda, em dezembro de 2016 apresenta um saldo de R\$ 509.608,00, essa conta refere-se a receita com publicações editadas (venda de livros, incorporação e outros); e
- A conta 1.2.1.1.00.00 – Créditos a Longo Prazo, essa conta compreende a inscrição em Dívida Ativa Não Tributária da empresa Microtec Sistemas Indústria e Comércio S/A e do ex-servidor Wagner Ignácio Ribeiro, ao final de cada mês, os valores são atualizados com base no Sistema de Atualização de Débito do TCU.

1.1 – Ativo Realizável a Longo Prazo

- A conta 1.2.3.1.1.00.00 – essa conta compreende parte do Imobilizado da entidade, no 4º Trimestre apresentou um saldo de R\$ 19.027.109,26, valor que representa em sua maior parte investimento em equipamentos de informática, as transferências oriunda de desfazimento apresentou um valor de R\$ 253.298,06; e
- A conta 1.2.3.2.1.00.00 - Essa conta também é parte do Imobilizado e representa ao imóveis da entidade registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUNET, o valor de R\$ 1.023.591,79 refere-se a Estudos e Projetos da Sede do Ipea.

2 – Passivo

- A conta 2.1.1.1.1.00.00, Pessoal a Pagar refere-se aos valores de provisões de 1/3 e adiantamento de férias dos servidores; ao final do 4º Trimestre apresenta um saldo de R\$ 235.516,30; e
- A conta 2.1.3.1.1.00.00, essa conta compreende os valores com fornecedores de faturas apropriadas de matérias e prestação de serviços a serem pagas no exercício seguinte.

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.018	373	27	32
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.018	373	27	32
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão*	1.018	328	04	27**
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	41	23	02
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	04	-	02
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	13	04	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.018	386	31	42

Fonte: Sistema SIAPE/SRH IPEA de 31/12/2016.

* Incluídos na contagem os servidores afastados/licença e excluídos os 81 servidores cedidos.

**Não incluso na contagem 32 aposentados.

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira e sem vínculo com a administração.

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	143	230
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	143	230
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	131	197
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	10	31
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	02
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	08	05
4. Total de Servidores (1+2+3)	151	235

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UCP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	109	102	64	56

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.1. Cargos Natureza Especial	--	--	--	--
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	--	102	64	56
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	81	54	47
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	05	03	02
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	--	04	--	-
1.2.4. Sem Vínculo	--	08	05	06
1.2.5. Aposentados	--	04	02	01
2. Funções Gratificadas	20	19	03	03
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	19	03	03
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	--	--	--
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	--	--	--	--
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	129	121	67	59

Fonte: Sistema SIAPE/SRH IPEA de 31/12/2016.

Análise Crítica

1. A análise dos dados apresentados dos aspectos que interferem diretamente na força de trabalho deve dispor sobre as seguintes questões, entre outras que a UPC entender relevantes:

1.1 A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade:

Conforme o artigo 3º do Decreto nº 8.923, de 30 de novembro de 2016, o Ipea tem como competências:

I - promover e realizar pesquisas destinadas ao conhecimento dos processos econômicos, sociais e de gestão pública brasileira;

II - analisar e diagnosticar os problemas estruturais e conjunturais da economia e da sociedade brasileira;

III - realizar estudos prospectivos de médio e longo prazo;

IV - disponibilizar sistemas de informação e disseminar conhecimentos atinentes às suas áreas de competência, inclusive por meio de atividades de capacitação; [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.923, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

V - fomentar e incentivar a pesquisa sócio-econômica aplicada e o estudo e gestão das políticas públicas e de organizações públicas, visando o desenvolvimento brasileiro sustentável; e

VI - realizar atividades de pesquisa, planejamento econômico e assessoria técnica ao Governo federal, a fim de contribuir para a avaliação e o monitoramento de políticas públicas e programas governamentais nas áreas de sua competência. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.923, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

Nesse contexto, torna-se fundamental dotar a Fundação de condições que possam viabilizar o exercício de tais atribuições. Como uma das condições necessárias, cita-se a questão de seus recursos humanos. Após a edição da Lei nº 11.890/2008, - cuja Seção VIII (arts. 102 a 134) foi dedicada à criação do Plano de Carreira e Cargos do Ipea -, este Instituto

experimentou uma melhora significativa em seu cenário de médio e longo prazo, considerando que até aquela ocasião (agosto/2008 – data de edição da Medida Provisória nº 440/2008), o Ipea sequer dispunha de um plano de carreira estruturado e estabelecido em lei.

Após essa iniciativa, o quadro atual do Ipea passou a dispor de uma carreira própria – a Carreira de Planejamento e Pesquisa, composta pelo cargo efetivo de Técnico de Planejamento e Pesquisa - TP, juntamente com um conjunto de cargos de suporte à atividade finalística da Fundação – que é a de realização de pesquisas econômicas e sociais e à avaliação de ações governamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas.

Conforme as tabelas anteriores, o quantitativo de servidores ocupantes do cargo de TP, voltados à área finalística do órgão, correspondem a 60,88% do total geral do quadro e os servidores da parte corporativa, 39,11%, sendo que 34,43% desses servidores estão em cargos de nível superior e 65,56% estão em cargo de nível médio.

Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Venciment os e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	72.507.284	4.008.278	11.039.347	1.938.408	500.913	4.019.031	185.552	454.897	521.691	95.175.402
	2015	85.236.141	3.794.519	11.237.195	2.518.311	2.060.461	3.642.945	210.689	112.661	514.500	109.327.422
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										
	2014										

Fonte: SIAPE

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Um dos riscos detectados é a perda de pessoal em decorrência de aposentadoria, principalmente os servidores de nível intermediário. Todos os concursos autorizados foram para o preenchimento de vagas de nível superior. A cada ano, o número dessa categoria de servidores está diminuindo ou adquirindo direito à aposentadoria, conforme quadro abaixo com o total de servidores com direito a abono de permanência, e a reposição por meio do

concurso público, não acontece por falta de autorização por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os pedidos de vacância para o exercício em cargos acumuláveis também preocupa o Ipea, já que muitos servidores trocam este órgão por outros com melhores e mais bem remuneradas carreiras, a exemplo do Senado, TCU e Banco Central.

O maior risco identificado na gestão de pessoa é a carreira de um cargo só, Lei nº 11.890/2008. Os cargos do Ipea encontram-se isolados e não fazem parte de uma carreira estruturada. Dessa forma, na existência de concurso para os demais cargos de nível superior e intermediário do Ipea, diferentes do cargo de Técnico de Planejamento e Pesquisa, é “trampolim” para outros órgãos mais bem aparelhados.

Quadro – Demonstrativo de Servidores por Diretoria/Cargo com Abono de Permanência

Cargo	PRESI	OUVID	PROFE	AUDIT	ASCOM	ASPLA	ASTECC	DIDES	DIEST	DIMAC	DINTE	DIRUR	DISET	DISOC	Cedidos	Total
1. Nível médio	3	-	-	-	7	-	-	30	-	-	1	-	2	1	19	63
AA - Auxiliar Administrativo	1	-	-	-	2	-	-	6	-	-	1	-	1	-	6	17
AM - Auxiliar de Manutenção	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
AT - Auxiliar Técnico	-	-	-	-	3	-	-	15	-	-	-	-	1	-	9	28
AX - Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	1	-	-	6	-	-	-	-	-	1	2	10
MT - Motorista	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
SE - Secretária	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	5
2. Nível superior	3	-	-	-	1	-	-	5	2	1	4	1	2	3	10	32
MD - Médico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AS - Assessor Especializado	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
AN - Analista de Sistemas	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	3	6
TD - Técnico de Desenvolvimento e Administração	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	6
TP - Técnico de Planejamento e Pesquisa	1	-	-	-	-	-	-	1	2	1	3	1	2	3	4	18
Total	6	-	-	-	8	-	-	35	2	1	5	1	4	4	29	95

Posição de 31 de Dezembro de 2016 – Relatório Gerencial

Quadro – Variação do quantitativo de servidores do Ipea entre 01/01/2004 e 31/12/2016

Cargos de Servidores / Exercícios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analista de Sistemas	28	28	27	27	26	35	32	33	32	29	27	22	18
Assessor Especializado	5	13	13	12	11	9	9	9	9	9	9	8	8
Auxiliar Administrativo	53	52	52	52	52	51	49	49	47	44	40	32	26
Auxiliar de Manutenção	6	5	5	5	5	5	5	4	4	4	3	3	3
Auxiliar de Serviços Gerais	55	54	53	52	51	50	49	48	49	48	45	44	41
Auxiliar Técnico	104	104	103	103	101	97	97	90	90	80	71	61	54
Secretária	23	22	22	22	22	21	19	18	17	13	13	10	9
Téc. de Desenvolvimento e Administrativo	20	31	31	30	30	42	40	35	34	32	30	29	28
Téc. Especializado	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Total de Servidores Administrativos	295	310	307	304	299	311	301	286	282	259	238	209	187
Técnico de Planejamento e Pesquisa	234	232	230	224	221	289	284	273	259	250	237	228	221
Total Geral de Servidores	529	542	537	528	520	600	585	559	541	509	475	437	408

Fonte: Tabela elaborada a partir de levantamento de dados SRH

*Os números são referentes ao quantitativo de servidores do Ipea no início de cada exercício, incluindo os servidores cedidos.

Quadro – Quantitativo de servidores do Ipea cedidos a outros órgãos em 31/12/2016

Cargos de Servidores / Exercícios	2016
Auxiliar Administrativo	09
Auxiliar de Manutenção	02
Auxiliar de Serviços Gerais	11
Auxiliar Técnico	21
Motorista	01
Secretária	04
Analista de Sistemas	06
Assessor Especializado	02
Téc. de Desenvolvimento e Administrativo	03
Téc. Especializado	0
Técnico de Planejamento e Pesquisa	22
Total Geral de Servidores	81

Fonte: Tabela elaborada a partir de levantamento de dados

Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – APOIO ADMINISTRATIVO – IPEA-RJ

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipea						
UG/Gestão: 113602/11302						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de Serviço de auxílio e assistência, na área administrativa, necessários ao funcionamento das diferentes unidades organizacionais do IPEA-RJ.	NOSSA RH - CNPJ: 86.915.591/0001-79	06/09/2015	-	Para os cargos de Assistente Administrativo I a IV - Nível Médio; Para o cargo de Assistente Administrativo V - Nível Superior.	Em 31/12/2016 o IPEA contava com o apoio de: - 07 Assist. Adm. I; - 06 Assist. Adm. II, - 13 Assist. Adm. III; - 06 Assist. Adm. IV e nenhum Assist. Adm. V; totalizando 29 colaboradores.
Base: Relatório Gerencial de 31/12/2016						

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – APOIO ADMINISTRATIVO – IPEA-BSB

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipea						
UG/Gestão: 113601/11302						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de Serviço de Auxiliar de Escritório, Assistente Administrativo, Auxiliar de Eventos e Organizador de Eventos, a serem realizados de modo contínuo, necessários ao funcionamento das diferentes unidades organizacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em Brasília-DF	PLANSUL - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 78.533.312/0001-58	13/02/2013	12/02/2017	Para os cargos Auxiliar de Escritório e Auxiliar de Eventos - Nível Médio; Para o cargo de Assistente Administrativo e Organizador de Eventos - Nível Superior.	Em 31/12/2016 o IPEA contava com o apoio de: - 83 Assistentes Administrativo; - 08 Organizadores de Evento; - 19 Auxiliares de Escritório e nenhum Auxiliar de Evento; totalizando 110 colaboradores.
Base: Relatório Gerencial de 31/12/2016						

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipea						
UG/Gestão: 113601/11302						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de agente de integração, público ou privado, visando oferecer oportunidade de estágio curricular, não obrigatório, mediante a assinatura de Termo de Compromisso, para estudantes que estejam regularmente matriculados e que venham frequentando, efetivamente, cursos de educação superior ou ensino médio, na modalidade de educação curricular ou especial, vinculados à estrutura do ensino público e	Centro de Integração o Empreza Escola - CIEE - CNPJ: 61.600.839/0001-55	18/06/2012	11/01/2017	Para as vagas de nível médio é selecionado estudantes a partir do 2º (segundo) ano; já para as vagas nível superior é selecionado estudantes a partir do 5º (quinto) Semestre, cujo curso tenha duração de 10 semestres e do 4º (quarto) Semestre, para os cursos com duração de 8 (oito)	Em 31/12/2016 o Ipea contava com 9 estagiários nível médio e 54 estagiários nível superior, totalizando 63 estagiários.

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipea						
UG/Gestão: 113601/11302						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contrata da (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	particular, oficiais ou reconhecidos.				semestres.	
Base: Relatório Gerencial de 31/12/2016						

GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

A gestão do patrimônio imobiliário do Ipea esta a cargo da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, a instituição possui duas projeções sem construção localizados na SQS 116 BL – H com área de 982,67m² e na SQS 212 BL I com área de 902,81m², ambas estão registradas no 1º Cartório de Registro de Imóveis, e contabilizadas no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET e no SIAFI, em 2016 foram emitidas certidões de ônus e elaborado uma Ficha Resumo do Imóvel com atualização do valor de mercado pela empresa Aval Engenharia, visitas periódicas são realizadas por servidores e não se constatou risco iminente de invasão apesar do terreno não apresentar identificação.

A sede administrativa em Brasília esta localizada no ED. BNDES que fica no Setor Bancário Sul, o Ipea atualmente ocupa todos os andares, exceto o 17º que esta com a CEPAL. Essas acomodações se dão por meio de Contrato de Comodato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social com base legal no artigo 25, caput da lei 8.666 e ato de autorização por meio de Decisão de Diretoria nº 806/2014 do BNDES; o edifício por ser antigo acaba gerando um aumento das despesas de manutenção. Alguns andares, recentemente passaram por reformas o que reforça essa teoria e outros ainda estão em estudos, porém, entre os Dirigentes da entidade existe um estudo em adquirir futuramente uma sede própria em terreno a ser cedido pela SPU/MP ou até concretizar a compra do prédio que atualmente exerce suas atividades.

A gestão dos imóveis localizados no Rio de Janeiro está especificada no tópico “Imóveis Locados de Terceiros”. Recentemente foi cedido pela SPU/MP o Edifício Darcy Vargas para acomodar seus servidores, mas em face seu estado de conservação não foi possível sua utilização; para tal, seria preciso uma ampla reforma que impactará no orçamento da entidade.

Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

O IPEA não tem frota própria e desde então, sua frota é terceirizada, em 2016 a instituição firmou contrato com a COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASÍLIA LTDA (TÁXI COBRÁS) mediante Voucher Eletrônico para atender seus servidores, colaboradores e estagiários, bem como também foram celebrados contratos com as Empresas FAST AUTOMOTIVE E TURISMO EPP e FLAST FLEET GESTÃO DE

FROTAS LTDA – EPP para atender o Presidente, sendo o primeiro disponibilizando veículo e motorista e o segundo, fornecendo combustível.

Na sede administrativa no Rio de Janeiro, o mesmo sistema foi adotado por meio de contrato firmado com a empresa CENTRAL COOP RIO DE JANEIRO – COOPERATIVA CENTRAL DE TÁXI, mediante Voucher Eletrônico para atender aos servidores e colaboradores ali lotados.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

A gestão do patrimônio imobiliário do Ipea esta a cargo da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, a instituição possui duas projeções sem construção localizados na SQS 116 BL – H com área de 982,67m² e na SQS 212 BL I com área de 902,81m², ambas estão registradas no 1º Cartório de Registro de Imóveis, e contabilizadas no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET e no SIAFI, em 2016 foram emitidas certidões de ônus e elaborado uma Ficha Resumo do Imóvel com atualização do valor de mercado pela empresa Aval Engenharia, visitas periódicas são realizadas por servidores e não se constatou risco iminente de invasão apesar do terreno não apresentar identificação.

A sede administrativa em Brasília esta localizada no ED. BNDES que fica no Setor Bancário Sul, o Ipea atualmente ocupa todos os andares, exceto o 17º que esta com a CEPAL. Essas acomodações se dão por meio de Contrato de Comodato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social com base legal no artigo 25, caput da lei 8.666 e ato de autorização por meio de Decisão de Diretoria nº 806/2014 do BNDES; o edifício por ser antigo acaba gerando um aumento das despesas de manutenção, alguns andares recentemente passaram por reformas, o que reforça essa teoria e outros ainda estão em estudos, porém, entre os Dirigentes da entidade existe um estudo em adquirir futuramente uma sede própria em terreno a ser cedido pela SPU/MP ou até concretizar a compra do prédio que atualmente exerce suas atividades.

A gestão dos imóveis localizados no Rio de Janeiro esta especificado no tópico “Imóvel Locado de Terceiros”, recentemente foi cedido pela SPU/MP o Edifício Darcy Vargas para acomodar seus servidores, mas em face seu estado de conservação não foi possível sua utilização; para tal, seria preciso uma ampla reforma que impactará no orçamento da entidade.

Informações sobre imóveis locados de terceiros no Rio de Janeiro

Empresa	CPF/CNPJ	Gestão 2016 - Meses												Total
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
CARLAYLE WILSON e OUTROS - 10° PAV. - VIGÊNCIA CONTRATO NOVO: 01/11/2015 a 31/10/2016														
10° PAVIMENTO	005760937-34	33.926,97	33.926,97	33.926,97	33.926,97	33.926,97	33.926,97	33.926,97	33.926,97	33.926,97	33.926,97			339.269,70
CONDOMINIO	339036 - Pessoa Física	9.816,51	9.816,51	9.816,51	9.816,51	11.211,30	11.483,72	11.483,72	11.474,32	11.483,72	11.483,72			107.886,54
IPTU				2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30		
DARF e Taxa de Incêndio						1.637,90	802,76	1.745,13	157,11	549,34	549,34		549,34	5.990,92
LUIZ ORLANDO GRACA 13° PAV. - VIGÊNCIA: 01/08/2014 a 31/07/2017														
13° PAVIMENTO	028338597-91	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	311.438,52
CONDOMINIO	339036 - Pessoa Física	9.814,61	9.814,61	9.814,61	9.814,61	11.211,30	11.813,42	11.481,82	11.474,32	11.481,82	11.481,82	11.481,82	11.481,82	131.166,58
IPTU				2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	
DARF e Taxa de Incêndio							3.296,05	1.274,27						4.570,32
FRANCISCO PEDRO VASCONCELOS DO VALLE 14° PAV. - VIGÊNCIA: 01/08/2014 a 31/07/2017														
14° PAVIMENTO	028861707-04	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	25.953,21	311.438,52
CONDOMINIO	339036 - Pessoa Física	9.814,61	9.814,61	9.814,61	9.814,61	11.211,30	11.813,42	11.481,82	11.474,32	11.481,82	11.481,82	11.481,82	11.481,82	131.166,58
TAXAS E IMPOSTOS				2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	
DARF e Taxa de Incêndio							3.296,05	1.274,27						4.570,32
FCS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA 15° PAV. - VIGÊNCIA CONTRATO NOVO: 01/08/2015 a 31/07/2018														
15° PAVIMENTO	74107566/0001-53	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	390.000,00
CONDOMINIO	339039 - Pessoa Jurídica	9.807,11	9.807,11	9.807,11	9.807,11	11.211,30	11.805,92	11.474,32	11.474,32	11.474,32	11.474,32	11.474,32	11.474,32	131.091,58
IPTU				2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	2.515,30	
DARF e Taxa de Incêndio							3.296,05	1.274,27						4.570,32
JAA - IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA 16° E 17° PAV. - VIGÊNCIA CONTRATO NOVO: 01/08/2015 a 31/07/2018														
16° E 17° PAVIMENTOS	09434932/0001-17	73.525,00	73.525,00	73.525,00	73.525,00	73.525,00	73.525,00	73.525,00	63.981,46	63.981,46	63.981,46	63.981,46	63.981,46	834.582,30
CONDOMINIO	339039 - Pessoa Jurídica	19.633,02	19.633,02	19.633,02	19.633,02	22.422,60	23.631,24	22.967,44	22.948,64	22.967,44	22.967,44	22.967,44	22.967,44	262.371,76
IPTU				5.030,60	5.030,60	5.030,60	5.030,60	5.030,60	5.030,60	5.030,60	5.030,60	5.030,60	5.030,60	
DARF e Taxa de Incêndio							6.592,10	2.548,54						9.140,64
Total Geral Estimado		250.744,25	265.836,05	265.836,05	265.836,05	275.855,89	294.780,92	283.955,79	266.409,68	266.845,11	266.845,11	218.369,78	205.793,28	3.127.107,96

Obs.:

1. Todos os imóveis locados se localizam no Edifício Presidente Wilson, sito à Av. Presidente Antonio Carlos, 51 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.
2. O valor do contrato do 10º andar não sofreu o reajuste previsto em contrato para vigor a partir de novembro/2015, devido à negociação com os proprietários do imóvel. O contrato foi extinto em 31/10/2016, com a devolução do imóvel aos proprietários.
3. O valor do contrato do 13º andar não sofreu o reajuste previsto em contrato para vigor a partir de agosto/2016, devido à negociação com os proprietários do imóvel.
4. O valor do contrato do 14º andar não sofreu o reajuste previsto em contrato para vigor a partir de agosto/2016, devido à negociação com os proprietários do imóvel.
5. O valor do contrato do 15º andar não sofreu o reajuste previsto em contrato para vigor a partir de agosto/2016, devido à negociação com o proprietário do imóvel.
6. O valor do contrato do 16º e 17º andares sofreu redução a partir do mês de agosto/2016, devido à negociação com o proprietário do imóvel.

Análise Crítica da Necessidade

10º andar: acomodava o auditório do Ipea, com capacidade para cerca de 100 pessoas, utilizado pelo corpo de pesquisadores para realização de seminários internos e externos e oficinas diversas, e também para divulgação, junto à imprensa, de publicações como a Carta de Conjuntura e outras, tendo como público alvo tanto usuários internos como externos. O andar acomodava ainda equipes de pesquisadores, bolsistas, estagiários, pesquisadores-visitantes e funcionários dos contratos de terceirização (empresas de limpeza, vigilância e apoio administrativo). Com a extinção do contrato e devolução do imóvel aos proprietários a partir de novembro/2016, o auditório foi realocado no 16º andar e a força de trabalho foi redistribuída para outros andares e salas no ed. De Paoli. Também houve redução em alguns contratos de terceirização.

13º andar: acomoda as dependências destinadas à Administração do Ipea -RJ, constituídas pela Coordenação de Administração (COADM) e os setores que lhe são subordinados (Serviço de Administração de Contratos e Convênios – SEACC; Núcleo de Protocolo e Telefonia – NUPTE; Núcleo de Reprografia – NUREP; Serviço de Gestão de Pessoas – SEGEP; Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEEOF) e ainda o Serviço de Informática – SEINF. Também está instalado no 13º andar o servidor de rede – equipamento de grandes dimensões, que faz a conexão da rede de computadores do Ipea -RJ, a qual está conectada ainda com a rede de computadores do Ipea em Brasília – e o depósito para guarda de materiais (almoxarifado).

14º andar: acomoda as equipes de pesquisadores, constituídas por Técnicos de Planejamento e Pesquisa, bolsistas do PNPd, estagiários e pesquisador-visitante, além de alguns funcionários dos contratos de terceirização (empresas de limpeza e apoio administrativo), a sala de reunião que existia no andar foi eliminada para reacomodar técnicos do 10º andar.

15º andar: acomoda equipes de pesquisadores constituídas por Técnicos de Planejamento e Pesquisa, bolsistas do PNPd, estagiários e pesquisadores-visitantes, bem como a equipe de pesquisadores do Grupo de Análises e Previsões (GAP), responsável pela elaboração da Carta de Conjuntura e do boletim Conjuntura em Foco.

16º andar: acomoda as instalações destinadas à Presidência do Ipea e a seus Assessores, e também é onde se encontra instalada a Biblioteca, aberta a usuários internos e externos. O andar conta ainda com salas de reuniões de trabalho, equipadas com aparelhos de videoconferência e outros recursos, e ainda salas destinadas a depósitos e arquivos de

documentos. Com a extinção do contrato de locação do 10º andar a partir de novembro/2016, o auditório, com capacidade para 100 pessoas, foi realocado no 16º andar.

17º andar: acomoda equipes de pesquisadores constituídas por Técnicos de Planejamento e Pesquisa, bolsistas, estagiários e pesquisadores-visitantes, bem como funcionários dos contratos de terceirização (empresas de limpeza e apoio administrativo). O 17º andar também dispõe de salas destinadas a depósitos e arquivos de documentos, e ainda de sala de reuniões de trabalho internas e com visitantes, equipada com aparelho de videoconferência e outros recursos.

Instalações no De Paoli, imóvel do Patrimônio da União: acomoda a equipe do Serviço Editorial, composta por servidores e pessoal do contrato de terceirização administrativa, além do pessoal terceirizado dos contratos de vigilância e limpeza. As dependências do De Paoli também possuem um servidor de rede, para uso do Serviço Editorial, além de salas de depósitos de material e arquivos. Com a entrega do 10º andar pesquisadores da DIEST – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, foram realocados para este Edifício.

Despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado, se assumidos pela UPC locatária ou deduzidos do valor da locação:

1. Em todos os andares locados, houve troca de equipamentos de ar condicionado do tipo SELF CONTAINED, por máquinas novas e com maior eficiência energética. Foram substituídas 13 equipamentos, de um total de 33 (trinta e três). Estes gastos foram de responsabilidade integral dos proprietários.
2. Com a extinção do contrato de locação do 10º andar, foi necessário fazer reparos e reformas, para devolução do imóvel ao proprietário, conforme disposições contratuais. Os gastos envolveram pintura de paredes e teto, retirada de divisórias, reposição de persianas danificadas e/ou ausentes e colocação de piso (carpete), e foram realizadas mediante ressarcimento aos proprietários.
3. Com a extinção do contrato de locação do 10º andar, foi necessário fazer adaptações no 16º andar, para acomodar o auditório, com capacidade para 100 pessoas, a biblioteca, salas de reuniões e sala destinada à presidência do Ipea. Os gastos envolveram troca de divisórias, para adequação do novo layout, e colocação de piso (carpete), e foram realizadas com recursos orçamentários do Ipea, sem dedução do valor da locação.

Gastos com a devolução do imóvel do 10º andar

Serviço de conserto de forro e colocação de grelhas de ar condicionado do imóvel do 10º andar	2.100,00
Serviço de lixamento, emassamento e pintura de toda a extensão do teto do imóvel do 10º andar	10.500,00
Serviço de retirada de carpete velho e colocação de carpete novo	26.530,00
Serviço de fornecimento e instalação de 05 jogos de persianas	3.168,00
Serviço de retirada e descarte de entulho de obra	450,00
TOTAL	42.748,00

Gastos com reforma de layout do imóvel do 16º andar

Serviço de retirada de divisórias antigas e instalação de novas divisórias, com novo layout	27.772,98
Serviço de retirada de carpete velho e colocação de carpete novo	46.824,00
Serviço de fornecimento e instalação de 05 jogos de cortinas para o auditório	5.800,00
TOTAL	80.396,98

Reduções contratuais decorrentes da devolução do imóvel do 10º andar

Objeto	Valor mensal sem redução (R\$)	Valor mensal com redução (R\$)	Diferença Mensal (R\$)	Diferença Anual (R\$)
Serviços de manutenção de ar condicionado (redução de cinco equipamentos)	9.197,03	8.100,00	1.097,03	13.164,36
Serviço de limpeza (supressão de um posto de servente)	25.927,67	22.679,77	3.247,90	38.974,80
Serviço de reprografia (supressão de uma impressora de rede).	15.166,33	14.277,99	888,34	10.660,08
TOTAIS	50.291,03	45.057,76	5.233,27	62.799,24

Fontes de consulta:

Processos de locação de imóveis: 03011.000.129/2006-81, 03011.000.037/2011-68, 03011.000.041/2011-26, 03011.000.066/2012-19

Processo de serviço de fornecimento e instalação de 05 jogos de persianas para o 10º andar: 03011.000.17/2016-00

Processo de serviço de retirada e instalação de divisórias no 16º andar: 03011.000.029/2016-26

Processo de serviço de retirada e instalação de carpete no 16º andar: 03011.000.030/2016-51

Processo de serviço de fornecimento e instalação de 05 jogos de cortinas em tecido com blackout para o auditório do 16º andar: 03011.000.038/2016-31

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Através da portaria nº 117, de 10 de maio de 2016, o presidente do Ipea estabeleceu o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do instituto para o biênio 2016/2017, que está disponível na Internet em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/20170215_plano-diretor-ti-10029.pdf.

Como consta na introdução do plano, o “**Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI** do Ipea, período 2016 – 2017, tem o objetivo de alinhar os recursos e investimentos de Tecnologia da Informação aos objetivos estratégicos do Ipea e do Governo Federal, apresentando ações e projetos orientados para o alcance dos resultados institucionais e que ampliam o valor agregado pela tecnologia aos produtos e serviços oferecidos pela instituição à sociedade”.

“O presente plano reflete um grande foco na integração de pessoas, processos e sistemas, apresentando uma visão estendida da tecnologia, ou seja, para além da unidade administrativa especificamente responsável pela gestão de TIC do Ipea, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – CGTIC.”

“Os objetivos estratégicos do Ipea e do Governo Federal estão apresentados em diferentes planos. Os objetivos estratégicos do Ipea para o período 2014 a 2023 estão delineados em seu planejamento estratégico institucional. Anualmente, a instituição elabora seu Plano de Trabalho que detalha projetos e produtos que contribuirão para o alcance dos objetivos estratégicos.”

“Por outro lado, a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, apresentou em 2015 a Estratégia de Governança Digital – EGD da Administração Pública Federal para o período 2016 – 2019 (SISP, 2015). Seu propósito é “orientar e integrar as iniciativas relativas à governança digital na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, contribuindo para aumentar a efetividade da geração de benefícios para a sociedade brasileira por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social” (STI, 2015).”

“Desta forma, o processo de elaboração deste PDTI teve como ponto de partida os planos citados e se desenvolveu através de reuniões com todas as diretorias do instituto, ao longo do último trimestre de 2015 e articuladas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação. Em seguida, o plano foi debatido e revisado no âmbito do Comitê de Tecnologia da Informação e submetido ao Presidente da casa, para aprovação.”

“O horizonte de tempo deste plano compreende o biênio 2016 – 2017 e sua execução será acompanhada pelo Comitê de TI, podendo ser revisado para se adaptar às eventuais mudanças nos cenários interno e externo à instituição.”

Por sua vez, o alinhamento do PDTI 2016-2017 ao plano estratégico institucional e à Estratégia de Governança Digital, estão evidenciados através de tópicos específicos constantes do próprio PDTI e reproduzidos a seguir.

Contribuições dos projetos do PDTI 2016-2017 à Estratégia do Ipea 2014-2023

Apresentamos a seguir os objetivos estratégicos do Ipea e os projetos do PDTI 2016-2017 que contribuem para cada objetivo. Observem que, entre os oito objetivos estratégicos, apenas para o objetivo estratégico finalístico 2 – “Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo” – não há projeto deste PDTI que contribua.

OBJETIVOS FINALÍSTICOS E PROJETOS DESTES PDTI CONTRIBUIDORES

1. AVALIAR E PROPOR POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

Mapa das Organizações da Sociedade Civil: aprimoramento, novas funcionalidades e integração de bases

2. FORMULAR ESTUDOS PROSPECTIVOS PARA ORIENTAR ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

(Sem projetos do PDTI 2016-2017 relacionados.)

3. ASSESSORAR O ESTADO NA MELHORIA DA QUALIDADE DE SUAS DECISÕES

COBRADI: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2011-2013 e 2014-2015).

Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

Integração e Reforma do Ipeadata e demais bases públicas de dados

Mapa das Organizações da Sociedade Civil: aprimoramento, novas funcionalidades e integração de bases

4. CONTRIBUIR PARA A QUALIFICAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO QUANTO AOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E DA AÇÃO DO ESTADO

COBRADI: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2011-2013 e 2014-2015).

Construção e desenvolvimento de um sistema público de informações relativas à estrutura e o desempenho do Sistema de Justiça no Brasil (IPEAJUS)

Mapa das Organizações da Sociedade Civil: aprimoramento, novas funcionalidades e integração de bases

Tabela 1 - Objetivos estratégicos finalísticos do Ipea 2014-2023 e projetos do PDTI 2016-2017 contribuintes. Fonte: IpeaProjetos.

Contribuições dos projetos do PDTI 2016-2017 à Estratégia de Governança Digital 2016-2019

Apresentamos a seguir os objetivos estratégicos da Estratégia de Governança Digital e os projetos do PDTI 2016-2017 que contribuem para cada objetivo. Consideramos que todos os projetos do PDTI contribuem, em maior ou menor grau, para todos os dez objetivos estratégicos da EGD.

Eixos e Objetivos Estratégicos da EGD 2016-2019:↓	Projetos do PDTI Ipea 2016-2017:→										Total					
	Ipea Gestão	Integração do Conhecimento	Ipea Móvel	Ipea Tecnologia	Reorganização da TIC no Ipea	Modernização da infraestrutura	Tecnologia em Pesquisa	Processo Eletrônico Nacional (PEN)	Sistema de Avaliação de Desempenho	IpeaData		Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	Mapa das Organizações da Sociedade Civil	Ipeajus	COBRADI	Indicadores do processo legislativo
Eixo: Acesso à informação																
OE.01 - Fomentar a		1	1							1	1	1	1	1	1	8

Projetos do PDTI Ipea 2016-2017:→																
Eixos e Objetivos Estratégicos da EGD 2016-2019:↓	Ipea Gestão	Integração do Conhecimento	Ipea Móvel	Ipea Tecnologia	Reorganização da TIC no Ipea	Modernização da infraestrutura	Tecnologia em Pesquisa	Processo Eletrônico Nacional (PEN)	Sistema de Avaliação de Desempenho	IpeaData	Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	Mapa das Organizações da Sociedade Civil	IpeaJus	COBRADI	Indicadores do processo legislativo	Total
disponibilização e o uso de dados abertos.																
OE.02 - Ampliar o uso de TIC para promover a transparência e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos.	1	1	1				1	1		1	1	1	1	1	1	11
OE.03 - Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão.						1										1
Eixo: Prestação de serviços																
OE.04 - Expandir e inovar a prestação de serviços digitais.			1	1		1	1			1	1	1	1			8
OE.05 - Melhorar a governança e a gestão por meio do uso da tecnologia	1		1	1				1	1							5
OE.06 - Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais.		1	1							1	1	1				5
OE.07 - Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.	1	1			1	1		1	1							6
Eixo: Participação social																
OE.08 - Fomentar a colaboração no ciclo de políticas públicas.		1	1													2
OE.09 - Ampliar e incentivar a participação social na criação e melhoria dos serviços públicos.											1	1	1			3
OE.10 - Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade. (STI, 2015)		1	1									1				3
Total:	3	6	7	2	1	3	2	3	2	4	5	6	4	2	2	

Tabela 2 - Matriz de contribuições dos projetos do PDTI 2016-2017 à Estratégia de Governança Digital 2016-2019.

Descrição atividades do Comitê Gestor de TI

Em 13 de maio de 2016, através da Portaria nº 139, o Presidente do Ipea, em cumprimento do disposto no art. 9º do decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, resolveu, em seu art. 1º, “atribuir ao Colegiado de Diretores do Ipea a responsabilidade para deliberar sobre os assuntos relativos à Governança Digital da instituição.”.

Formado pelo Chefe de Gabinete, pelos titulares das diretorias e pelo titular da CGTIC, o Colegiado de Diretores do Ipea assume o papel de Comitê de Governança Digital, sendo do tipo estratégico, ou seja, segundo o COBIT versão 4.1, o Comitê do tipo estratégico assegura que a governança de TI seja devidamente considerada como parte da governança corporativa, aconselha sobre o direcionamento estratégico e analisa os principais investimentos (objetivo de controle PO4.2).

Destacamos também que, por consequência do artigo 10 do Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, o Colegiado de Diretores do Ipea tem natureza deliberativa em relação ao PDTI e ao PSIC, pois a autoridade máxima pode não aprovar um PDTI ou PSIC proposto pelo CGD, mas não pode aprovar um PDTI ou PSIC não proposto pelo CGD.

Por sua vez, o Ipea manteve seu Comitê de Tecnologia da Informação - CTI do Ipea, instituído pela portaria nº 373, de 23 de dezembro de 2009 e formado por delegados (representantes) titulares e suplentes de todas as unidades administrativas superiores da casa. O CTI é de natureza consultiva. Assim, por exemplo, o PDTI é elaborado pelo CTI, mas submetido ao Colegiado de Diretores e aprovado pela autoridade máxima da instituição.

Assim, a partir de 13 de maio de 2016, o Ipea passou a contar com duas instâncias colegiadas de governança da Tecnologia da Informação: o CTI e o Colegiado de Diretores. Durante o ano de 2016 foram realizadas diversas reuniões desses colegiados, em que foram priorizadas e acompanhadas as ações planejadas no PDTI 2016-2017, como detalhamos a seguir:

1) CTI: Reunião ordinária de 4 de maio de 2016

- a) Data e hora de realização: 04/05/2016, das 14h00 às 17h00;
- b) Local: Sala de reuniões do 16º andar em Brasília e videoconferência para sala de reuniões do 17º andar no Rio de Janeiro;
- c) Pauta:
 1. Aprovação da ata da reunião anterior realizada nos dias 15 e 18 de dezembro de 2015;
 2. Submissão para aprovação pelo comitê do texto final do PDTI 2016-2017 e correspondente aos projetos já aprovados pelo comitê em dezembro de 2015 e constantes do anexo da ata da reunião anterior;
 3. Esclarecimentos quanto à necessidade de instituição do Comitê de Governança Digital composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Ipea em função da necessidade de que seus integrantes sejam titulares de cargo DAS-5 ou superior, tal como dispõe o parágrafo único do art. 9º do decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016, que “Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.”;
 4. Necessidade de “prévia manifestação favorável” da Diretoria Colegiada para a edição do PDTI, tal como dispõe o art. 10 do citado decreto; e
 5. Acompanhamento das ações de tecnologia de 2016.

- 2) CTI: Reunião extraordinária de 11 de novembro de 2016
- Data e hora de realização: 11/11/2016, das 14h00 às 17h00;
 - Local: Sala de Reunião do 7º andar em Brasília e sala do 17º andar do IPEA Rio de Janeiro;
 - Pauta:
 - Alterações ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ipea 2016-2017 de despesas que serão financiadas pela disponibilidade orçamentária de investimentos para 2016.
- 3) CTI: Reunião ordinária de 2 de dezembro de 2016
- Data e hora de realização: 02/12/2016, das 14h00 às 17h00;
 - Local: Auditório do 11º andar em Brasília e videoconferência para sala de reuniões do 16º andar no Rio de Janeiro;
 - Pauta:
 - Nova composição do Comitê de TI;
 - Cenário atual de baixa capacidade em TI do Ipea;
 - Proposta de novas ações para aumento da capacidade em TI do Ipea;
 - Andamento dos projetos do “Orçamento Especial de Investimentos de 2016 do PDTI 2016-2017”, aprovado em reunião extraordinária do CTI em 11/11/2016; e
 - Andamento dos projetos do Plano Diretor de TI 2016-2017.
- 4) CTI: Reunião extraordinária de 19 de dezembro de 2016
- Data e hora de realização: 19/12/2016, das 16h00 às 17h00;
 - Local: Auditório do 11º andar em Brasília e videoconferência para sala de reuniões do 16º andar no Rio de Janeiro;
 - Pauta:
 - Entrega de relatório circunstanciado de acessibilidade digital do Ipea ao Ministério Público Federal, referente ao ano de 2016, previsto no art. 120 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e de “plano de trabalho para cada ambiente digital que não esteja em conformidade com as diretrizes de acessibilidade”, conforme Ofício Circular nº 781/2016-MP encaminhado em 22/11/2016 pelo Secretário de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (CGTIC) do Ipea.

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC

Sistema	Objetivos	Manutenção	Responsáveis	Principais Riscos e Medidas de Mitigação
Portal do Ipea	Consolidar e divulgar toda a produção (boletim, carta de conjuntura, livro, nota técnicas, radar, revista, relatório, texto para discussão) do Ipea, inclusive os eventos técnicos realizados, por meio da internet e ao vivo.	Própria (sem desembolso financeiro)	Maria Regina Alvarez, ASCOM (área de negócio) Fernando José Brustolin, CGTIC (técnico)	Plataforma tecnológica desatualizada; arquitetura da informação não pode ser melhorada com tecnologia atual. Será iniciado processo para contratação de serviços para a construção de um novo Portal com tecnologia atual.

Sistema	Objetivos	Manutenção	Responsáveis	Principais Riscos e Medidas de Mitigação
Ipeadata <u>(nova versão em desenvolvimento até dez./2017)</u>	Disponibilizar dados financeiros, econômicos demográficos e sociais, distribuídos em séries temporais.	Própria Orçamento 2016/2017: R\$ 300.000,00	Lucas Ferreira Mation, ASTEC e Erivelton Pires Guedes, ASTEC (área de negócio) Fernando José Brustolin, CGTIC (técnico)	Plataforma tecnológica da aplicação de acesso público encontra-se desatualizada. Desenvolvimento de nova versão em andamento.
SCB - Sistema de cadastro de bolsistas e SISBOLSA	Receber informação e manifestação de interesse de pessoas físicas para participar de programas e projetos de pesquisas por meio de concessão de bolsas de estudos.	Própria (sem desembolso financeiro)	Herivelto Pereira Andrade, CGCAP (área de negócio) Fernando José Brustolin, CGTIC (técnico)	Equipe insuficiente para manter, evoluir ou reconstruir aplicações que compõe o sistema. Sistema priorizado para reconstrução por Fábrica de Software a ser contratada (processo em andamento).
Ipea Projetos	Gerir e acompanhar o plano de trabalho institucional, seus recursos, prazos e produtos.	Própria (sem desembolso financeiro)	Fábio Schiavinatto, ASPLA (área de negócio) Fernando José Brustolin, CGTIC (técnico)	Equipe insuficiente para manter e evoluir a aplicação de maneira adequada. Manutenção passará a ser prestada por Fábrica de Software a ser contratada (processo em andamento).
Mapa das organizações da sociedade civil <u>(nova versão em desenvolvimento)</u>	Apresentar dados relativos às organizações da sociedade civil no Brasil, a partir de base de dados do governo federal em plataforma georeferenciada.	Própria Orçamento 2016/2017: R\$ 1.000.000,00	Felix Garcia Lopez, DIRUR	Utilização de tecnologia diversa daquela conhecida pela equipe própria; perda de conhecimento devido à rotatividade dos pesquisadores e auxiliares de pesquisa externos que contribuem com o desenvolvimento da solução. Nova versão sendo desenvolvida em plataforma tecnológica conhecida pela equipe própria.
e-Pedidos	Registro e acompanhamento de solicitações de serviços administrativos, incluindo serviços de Pessoal, Tecnologia da Informação, Patrimônio, Transporte, Manutenção Predial, Limpeza.	Própria (sem desembolso financeiro)	Fernando José Brustolin, CGTIC	Tecnologia obsoleta; equipe insuficiente para manter e evoluir a aplicação de maneira adequada. Manutenção passará a ser prestada por Fábrica de Software a ser contratada (processo em andamento); substituir por solução de mercado no longo prazo.
Processo Eletrônico	Utiliza o Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRF4 para atender às disposições do Processo	Do fabricante (sem desembolso financeiro)	Herivelto Pereira Andrade, CGCAP (área de negócio) Fernando José	Fabricante deixar de manter ou evoluir o sistema. Sem medidas para mitigar

Sistema	Objetivos	Manutenção	Responsáveis	Principais Riscos e Medidas de Mitigação
	Eletrônico Nacional - PEN.		Brustolin, CGTIC (técnico)	o risco, pois consideramos baixo o risco do TRF4 deixar de manter o sistema em médio prazo, além da tecnologia utilizada nas aplicações ser de domínio da equipe própria.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

Título: Mestrado Profissional Em Economia – Área De Concentração Economia E Gestão Do Setor Público

Instituição: UnB - Universidade de Brasília

Local: Brasília

Período de realização: 18/09/2014 a 18/09/2016

Carga horária: 450 horas

Total de participantes: 3

Título: Microsoft C#

Instituição: Hepta Novintec

Local: Brasília

Período de realização: 04/04/2016 a 15/04/2016

Carga horária: 40 horas

Total de participantes: 3

Título: Curso de Sistema Eletrônico de Informações-SEI

Instituição: IPEA

Local: Brasília

Período de realização: 19/05/2016 ou 16/08/2016

Carga horária: 8 horas

Total de participantes: 3

Título: Sistema Eletrônico de Informações - SEI! ADMINISTRAR

Instituição: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

Local: Brasília

Período de realização: 13/05/2016

Carga horária: 8

Total de participantes: 1

Título: Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR

Instituição: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

Local: Brasília

Período de realização: 23/08/2016 a 12/09/2016 (à distância)

Carga horária: 20

Total de participantes: 1

Título: INTRODUCTION TO CLOUD INFRASTRUCTURE TECHNOLOGIES

Instituição: THE LINUX FOUNDATION

Local: Brasília

Período de realização: 14/06/2016 a 15/07/2016 (à distância)

Carga horária: 40 horas

Total de participantes: 1

Título: PBX IP ASTERISK

Instituição: CLOUD CAMPUS TREINAMENTOS EM TECNOLOGIA LTDA

Local: Brasília

Período de realização: 16/07/2016 a 14/08/2016 (à distância)

Carga horária: 20 horas

Total de participantes: 1

Título: SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Instituição: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

Local: Brasília

Período de realização: 17/05/2016 a 13/06/2016 (à distância)

Carga horária: 30 horas

Total de participantes: 1

Título: Workshop de Contratações de TI

Instituição: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

Local: Brasília

Período de realização: 12/09/2016

Carga horária: 4

Total de participantes: 6

Título: Workshop para Líderes de Projeto com práticas do Processo de Entrega de Soluções – PES

Instituição: Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP / ENAP

Local: Brasília

Período de realização: 30/11/2016 a 01/12/2017

Carga horária: 8 horas

Total de participantes: 3

Título: Gartner Symposium/IT Expo 2016

Instituição: Gartner

Local: São Paulo

Período de realização: 24 a 27/10/2016

Carga horária: 32

Total de participantes: 1

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Quadro geral de força de trabalho da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC e Serviço de Informática - SEINF:

As categorias apresentadas na primeira coluna correspondem às categorias solicitadas pelo TCU, a saber:

- A – Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade
- B – Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade
- C – Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades
- D – Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades
- E – Estagiários
- T – Terceirizados

	Cargo/função	Brasília	Rio de janeiro	Total
A	Analista de sistemas (AS)	8	0	8
C	Analista em TI (ATI – requisitado do MPOG)	1	0	1
B	Técnico Planejamento e Pesquisa (TPP)	2	2	4
B	Analista Especializado (AE)	0	1	1
B	Auxiliar Técnico (AT)	3	0	3
B	Auxiliar Administrativo (AA)	1	0	1
B	Auxiliar de Serviços Gerais (AX)	1	0	1
B	Motorista (MT)	1	0	1
E	Estagiário (EST)	7	2	9
T	Terceirizados (Apoio Administrativo)	2	0	2
	Total	26	5	31

Quadro por categoria:

Categoria	Total	%
A – Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	8	26%
B – Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	11	36%
C – Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	1	3%
E – Estagiários	9	29%
T – Terceirizados (Apoio Administrativo)	2	6%
Total Geral	31	

Observamos que os servidores efetivos da carreira de TI da unidade (Analistas de Sistemas do Ipea) representam apenas 26% da força total de trabalho da CGTIC. A grande maioria dos colaboradores são de servidores do Ipea, remanejados de outras áreas, e de estagiários, o que sinaliza a necessidade urgente de recomposição desse quadro profissional.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

O Ipea dispõe do aplicativo **e-pedidos**, desenvolvido internamente, que é o canal principal de atendimento das demandas por serviços de TI. É um aplicativo web por meio do qual os usuários internos do Ipea solicitam correção de problemas, instalação de equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e/ou acesso ao portfólio de serviços de TI.

O aplicativo permite o acompanhamento da requisição do usuário e solicita que o mesmo avalie a qualidade do serviço que lhe foi prestado pela central de atendimento ao usuário – CAU.

A CAU é a área responsável pela operação do **e-pedidos**, faz a gestão dos incidentes e dos problemas reportados pelos usuários, em primeiro nível. Os problemas não solucionados nesta instância são repassados às áreas especializadas da CGTIC.

Os incidentes em redes computacionais são tratados pela Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes – ETIR, instituída pela portaria nº 139, de 10 de maio 2011. Essa equipe, quando identifica ou lhe é reportada incidente nas instalações da rede Ipea, faz o confinamento do ambiente sob risco (estação de trabalho, notebook ou servidor de rede etc.) para preservá-lo e realizar auditoria nos componentes envolvidos. Confirmado um potencial problema, ele é relatado ao CTIR Gov., Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal – APF.

Os processos de desenvolvimento de serviços e soluções de TIC são suportados por ambientes separados para o desenvolvimento e homologação de soluções, antes das mesmas entrarem em operação, num terceiro ambiente, de produção. O processo de requisição de mudanças também é controlado com o apoio do e-pedidos.

O monitoramento da disponibilidade e desempenho dos serviços em produção na rede Ipea é realizado, em grande parte, com a utilização de software livre e gratuito, como Cacti, Nagios, NTOP, AWStats, OCS, LightSquid, Zoneminder e Amavis-stats, entre outros, que permitem o monitoramento, a partir de uma sala de operações, dos links de comunicação de dados, do nível de utilização de processadores e memória de servidores de rede, da capacidade de armazenamento de dados centralizados, do tráfego entre os ativos de rede da intranet, do nível de desempenho de aplicações, de sistemas de gerenciamento de banco de dados, de correio eletrônico e do portal corporativo do Ipea.

Quando esses serviços atingem níveis críticos que possam comprometer a qualidade desses indicadores são gerados alertas aos técnicos da área para que tomem providências de correção e/ou mitigação dos riscos envolvidos. Esses alertas podem ser em forma de e-mails e de avisos sonoros ou visuais reproduzidos nos televisores da sala de operações.

A gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, contratados de terceiros pelo Ipea é feita exclusivamente por servidores do seu quadro, e segue as orientações do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

O PDTI 2016-2017 tem abrangência de dois anos. Assim, o orçamento dos projetos apresentados a seguir se refere aos dois anos do período do plano e não apenas ao ano de 2016.

Destacamos que o alinhamento dos projetos com o Planejamento Estratégico Institucional é informado nos quadros apresentados no tópico “a” do presente relatório.

Por sua vez, os resultados esperados dos projetos do PDTI 2016-2017 são apresentadas a seguir, após o quadro abaixo, a partir dos delineamentos dos projetos expressos no PDTI 2016-2017.

Atividades e Projetos	Orçamento 2016-2017 (R\$)	Execução 2016 (R\$) ¹
Atividades	R\$ 5.711.880,00	R\$ 1.291.901,47

¹ Considerando valores empenhados, mesmo que ainda não liquidados.

Atividades e Projetos	Orçamento 2016-2017 (R\$)	Execução 2016 (R\$) ¹
Comunicação de dados	R\$ 1.637.600,00	R\$ 785.613,00
Infraestrutura de TIC (manutenção)	R\$ 268.000,00	
Portal Ipea (manutenção)	R\$ 175.000,00	R\$ 175.000,00
Serviço de atendimento ao usuário de TIC (Brasília e Rio de Janeiro)	R\$ 1.000.000,00	
Serviço de suporte 24x7 à infraestrutura de TIC	R\$ 600.000,00	
Serviços de impressão	R\$ 1.000.000,00	R\$ 170.073,56
Sistema de almoxarifado, patrimônio, compras e contratos - ASI WEB (manutenção)	R\$ 528.000,00	R\$ 9.004,91
Sistema de Biblioteca SophiA - PRIMASOFT (Manutenção)	R\$ 23.280,00	R\$ 8.240,00
Software CAD	R\$ 0,00	R\$ 7.110,00
Softwares de Editoração	R\$ 480.000,00	R\$ 136.860,00
Projetos	R\$ 11.568.534,02	R\$ 4.179.486,10
COBRADI	R\$ 306.549,10	R\$ 0,00
Desalojados de Barragens (DISOC)	R\$ 63.839,20	R\$ 63.839,20
Integração do Conhecimento	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00
Ipea Data	R\$ 300.000,00	R\$ 123.502,31
Ipea Data Lab.	R\$ 1.012.600,00	R\$ 736.312,37
Ipea Gestão	R\$ 1.450.000,00	R\$ 0,00
Ipea Jus	R\$ 217.155,16	R\$ 92.564,52
Ipea Móvel	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
Ipea Tecnologia	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
Mapa das OSC's	R\$ 1.000.000,00	R\$ 589.709,92
Modernização da infraestrutura de TIC	R\$ 2.751.475,56	R\$ 1.031.492,24
Novo Portal (ASCOM)	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
Portal do Desenvolvimento Territorial	R\$ 172.800,00	R\$ 274.282,03
Processo Eletrônico Nacional	R\$ 500.000,00	R\$ 58.227,16
Reorganização da TIC no Ipea	R\$ 281.715,00	R\$ 5.115,00
Sistema de Avaliação de Desempenho de Pessoas	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
Sistema de Controle de Acesso no Ipea Rio de Janeiro	R\$ 400.400,00	R\$ 0,00
Tecnologia em Pesquisa	R\$ 392.000,00	R\$ 134.901,36
Vigilância Brasília	R\$ 1.070.000,00	R\$ 1.069.540,00
Total Geral	R\$ 17.280.414,02	R\$ 5.471.387,57

Ipea Gestão: visão integrada da gestão do Ipea

Objetivo: Dar transparência e uma visão integrada sobre a gestão do Ipea e prover agilidade e eficiência à consulta de informações sobre a gestão da instituição à presidência e a todos os diretores, coordenadores, demais gerentes e todos os servidores do Ipea. Com informações gerenciais atualizadas e facilmente disponíveis, devemos obter ganhos na tomada de decisões, na alocação dos recursos e, principalmente, no alcance dos objetivos estratégicos.

O escopo da solução preliminarmente identificado está ilustrado a seguir.



Figura 1 - Escopo preliminar do Ipea Gestão.

Como o Ipea integra os diversos “sistemas estruturadores” que organizam as atividades auxiliares da Administração Pública Federal – APF², ele está sujeito às determinações dos órgãos centrais desses sistemas que, por sua vez, determinam a utilização de determinados sistemas de informação, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI³, o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP⁴, o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE, “que está sendo desenvolvido em substituição ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, o SIAPE”⁵, entre outros.

Assim, o Ipea Gestão deve também atender à necessidade de integração com os diversos sistemas de informação citados. Além desses sistemas, podem haver outros, de instituições com as quais o Ipea tenha relacionamento, e com os quais seja importante a integração com o Ipea Gestão. Por exemplo, recentemente o Ipea tem necessitado de informações do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁶. Assim, o escopo do Ipea Gestão pode ser representado de forma ampliada, envolvendo essas diversas integrações, como representado na figura a seguir.

² Como estabelece o artigo 30 do Decreto Lei 200 de 25/02/1967 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm#art30). Os diversos sistemas estruturadores (organizações, não softwares) são enumerados no Decreto 6.712 de 24/12/2008 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6712.htm).

³ <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>

⁴ <https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/>

⁵ <https://servicosdoservidor.planejamento.gov.br/web/portal-publico-sigepe/portal-do-servidor-apresentacao>

⁶ <http://www.abc.gov.br/sigap/>

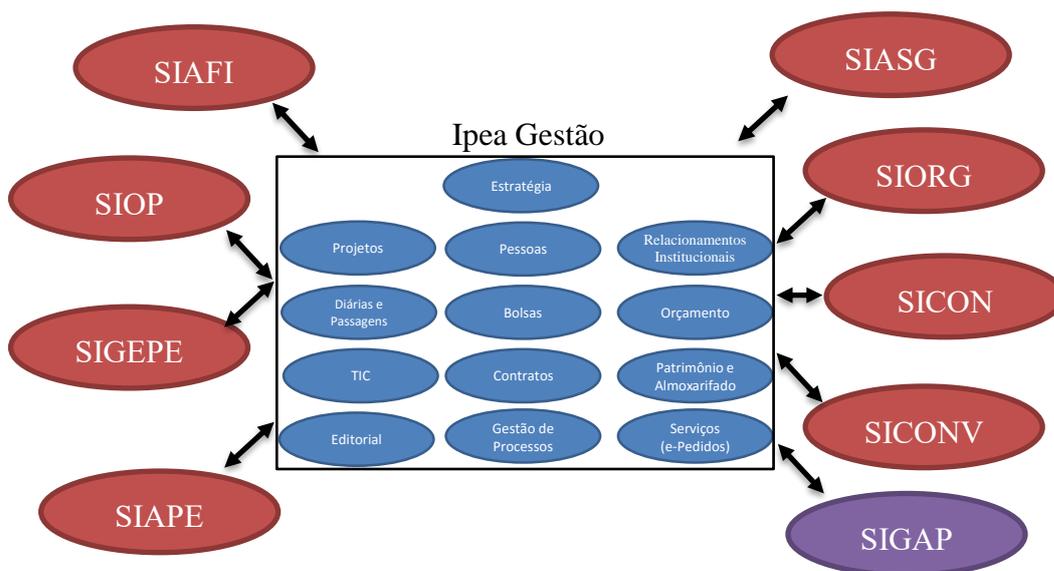


Figura 2 - Escopo ampliado do Ipea Gestão, envolvendo as integrações com os sistemas de informação do Governo Federal.

Integração do Conhecimento

Objetivo: Facilitar a busca e utilização, pelos públicos interno e externo, do conhecimento produzido pelo Ipea, criando soluções inovadoras e integradas. Realizar a efetiva gestão da informação, eliminando duplicidades e retrabalho e minimizando perda de conhecimento. Implantar a “arquitetura da informação” que “consiste no design de ambientes informacionais compartilhados e resistentes à entropia, que vem a ser o estado de desordem natural de qualquer sistema, na ausência de uma força organizadora”. Reduzir o esforço e o custo de se manter a atual estrutura tecnológica.

Ipea Móvel

Objetivo: Ampliar a divulgação e o consumo do conteúdo produzido pelo Ipea, em função do aumento do uso de dispositivos móveis para acesso à internet. Permitir a colaboração, especialmente o compartilhamento de arquivos, entre colaboradores da instituição e profissionais externos, como pesquisadores associados ou servidores públicos de outros órgãos participantes de projetos em parceria. Ampliar o acesso pelos colaboradores do Ipea aos recursos tecnológicos da instituição quando em deslocamentos, reuniões externas ou em trabalho remoto.

Ipea Tecnologia

Objetivo: Ampliar a adoção de tecnologias e o consequente impacto na produtividade e na inovação na gestão e na produção de estudos e pesquisas.

Reorganização da TIC no Ipea

Objetivo: Aumentar a capacidade em manutenção, desenvolvimento e integração de sistemas. Garantir o alinhamento, em busca de sinergias, entre a equipe central de TIC, representada pela CGTIC, e as equipes de TIC distribuídas em outras unidades do Ipea. Garantir o

alinhamento estratégico dos esforços em projetos da TIC Estendida (TIC Central e TIC Distribuída).

Modernização da infraestrutura de TIC e integração dos sistemas de comunicação de dados, voz e imagem

Objetivo: Aumentar a disponibilidade, segurança, mobilidade e integração dos serviços de tecnologia da informação e comunicação de dados, voz e imagem do Ipea, bem como prover o suporte a novos serviços.

Podemos entender o projeto em dois aspectos. No aspecto geral, o projeto envolve investimentos na melhoria da capacidade e segurança da infraestrutura de TIC, incluindo a migração para datacenter mais seguro, a implantação de serviços redundantes usando as estruturas do Ipea Brasília, do Ipea Rio e da SOF, a redundância de links de Internet e investimentos em nobreaks e sistemas de backup. Em seu aspecto especial, será realizada a integração das redes de telefonia e de comunicação de dados, ampliando a capacidade da comunicação de voz, atualmente muito restrita, e possibilitando novos serviços.

Tecnologia em Pesquisa

Objetivo: O objetivo do projeto é garantir disponibilidade, uso, atualização e inovação das ferramentas de análise de dados quantitativos e qualitativos, necessárias aos estudos e pesquisas realizados pela instituição através das seguintes ações; entre outras:

- Manutenção dos servidores compartilhados SAS/STATA/R e solução dos conflitos de concorrência;
- Estabelecimento de um canal de comunicação da comunidade de usuários dos servidores compartilhados;
- Terminal Bloomberg no Ipea Rio de Janeiro (DIEST, DIMAC) (R\$96.000/ano);
- Atualização do EVIEWS da versão 7 para a versão 9. No PDTI anterior, a DIMAC solicitou a renovação, porém com redução do número de licenças de 20 para 10. Para a DIEST, a aquisição desse software não é prioritária e nem urgente.
- Aquisição de Toolboxes MATLAB (core já adquirido) (DIMAC) ou de alternativas, inclusive livres, de bibliotecas em linguagem Python e Julia. Possivelmente, a alternativa em Python (<http://scipy.org/>) é a melhor, segundo a DIMAC.
- Novos usos do NVivo e Atlas TI (sem mais despesas).
- Ainda não foi esclarecido com a DINTE se continuará a necessitar das assinaturas das bases de dados CEIC Data e FDI Markets, mencionadas no PDTI anterior (2015).
- Ainda não foi esclarecido com a ASTEC se continua a necessitar dos softwares MatLab e Revolution R Enterprise, mencionadas no PDTI anterior (2015).

Processo Eletrônico Nacional

Objetivo: Implantação no Ipea de uma solução de processo eletrônico que permita o trâmite de documentos digitais entre as unidades da instituição e entre o Ipea e outros órgãos e que seja aderente aos padrões adotados pelo projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN) que “é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública para a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico.” (Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/MPOG, 2015)

Sistema de Avaliação de Desempenho

Objetivo: “Mapear e propor melhorias nos processos de gestão de desempenho e de gestão por competências do Ipea, bem como elaborar os documentos necessários para a contratação, em conformidade com a legislação vigente, de sistema informatizado para suportar esses processos, de forma integrada.” (Neto, 2016)

Ipea Data: integração e reforma do Ipeadata e demais bases públicas de dados

Objetivo: “Permitir a integração de diversas bases de dados, em diversos formatos, disponíveis no Ipea.” (Guedes, 2015)

Portal do Desenvolvimento Territorial

Objetivo: “A pesquisa tem o intuito de realizar diversas avaliações de políticas públicas de cunho territorial. O tema central do trabalho situa-se entre o desenvolvimento regional e urbano, entendido aqui no seu sentido mais amplo, que envolve a perspectiva regional, metropolitana, urbana e as diversas relações e interações que se dão no território; as políticas públicas e a ação estatal; e as (novas) tecnologias de informação e comunicação.” (Costa, 2016)

Mapa das Organizações da Sociedade Civil – OSC’s: aprimoramento, novas funcionalidades e integração de bases

Objetivo: Este projeto tem o objetivo de “Levar adiante cooperação com a Secretaria Geral da Presidência da República para aprimorar e consolidar o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (hospedado e gerido pelo Ipea). Este MAPA será utilizado como uma das fontes oficiais de divulgação das atividades desenvolvidas entre OSC’s e governo federal, com previsão na lei 13019/2014.” (Lopes Junior, 2016)

Ipea Jus: Construção e desenvolvimento de um sistema público de informações relativas à estrutura e o desempenho do Sistema de Justiça no Brasil

Objetivo: O IpeaJus tem como objetivo construção, desenvolvimento e manutenção de um serviço interno de produção de informações sobre o Sistema de Justiça no Brasil – baseado em métodos de “raspagem” de dados semiestruturados e processamento de textos. O serviço tem como foco principal, o processamento de informações relativas aos poderes Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e Advocacia. As tecnologias desenvolvidas no âmbito do projeto devem ser utilizadas também em outras fontes de informação – incluindo órgãos do poder executivo e do legislativo. Este serviço de informações tem como objetivo primordial subsidiar projetos de pesquisa em todas as diretorias do IPEA. O seu desenvolvimento é essencialmente direcionado pelas demandas da atividade finalística – seja pesquisa ou planejamento. As bases resultantes deste serviço poderão – a critério da direção do IPEA - ser publicados, no âmbito dos bancos de plataformas dados já existentes no IPEA.

COBRADI: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

Objetivo: “Identificar e descrever as ações da Cobradi; configurar o perfil da cooperação brasileira nos continentes e países segundo setores, temas e ações; e compilar os dispêndios anuais do governo federal a partir de método desenvolvido no Ipea.” (Lima, 2016).

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Desde agosto de 2013, com o término do contrato de prestação de serviços técnicos continuados para a manutenção da infraestrutura do ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o Ipea não possui dependência de empresas terceirizadas na prestação de serviços de TI.

Uma parte dos serviços prestados pela empresa contratada continuou sendo prestada pela sua reduzida equipe, a exemplo dos serviços de atendimento e suporte ao usuário e de sustentação da infraestrutura de TI. Isso foi possível através da adoção de medidas como a capacitação de servidores, a melhoria de processos com ganhos de eficiência, a redistribuição de pessoal entre as equipes e a adoção de soluções tecnológicas, especialmente em virtualização e no monitoramento da infraestrutura, com a utilização preferencial de soluções abertas disponíveis no portal de software público do governo federal.

Porém, o atendimento às demandas de serviços de desenvolvimento de sistemas foram reduzidos drasticamente no período, especialmente pela carência de pessoal.

Desde 2013, a carência de pessoal próprio se agravou significativamente, com diversas aposentadorias e requisições e sem a aprovação pelo Ministério do Planejamento de diversas solicitações formais da instituição para a realização de concurso público. Nesse novo cenário de quadro próprio de pessoal extremamente reduzido, mesmo os serviços de atendimento e suporte ao usuário e de sustentação da infraestrutura de TI estão altamente comprometidos e a contratação dos mesmos é uma prioridade.

Assim, ao longo de 2016 foi realizado o planejamento da contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e mensuração de software, utilizando a técnica de Análise de Pontos de Função – APF. Para se evitar a dependência tecnológica foram tomados os cuidados necessários e seguidas as orientações vigentes, como: 1) a divisão do objeto em lotes, possibilitando a contratação de mais de uma empresa para a prestação dos serviços; 2) o estabelecimento de um processo de desenvolvimento de software que possibilite a transição da prestação de serviços para outros fornecedores ou para equipe própria; 3) a execução do serviço de forma não-presencial, evitando a dependência de pessoas que, por estarem presentes na instituição, deixem de executar o processo de software, sem realizar a devida documentação ou concentrando em si o domínio de nichos de conhecimento, por exemplo. As contratações citadas serão efetivadas em 2017.

Adicionalmente, em 2017, será realizado o planejamento da contratação de empresas especializadas no atendimento e suporte ao usuário de TI e de sustentação da infraestrutura de TI. Também buscaremos evitar a dependência de fornecedor, possibilitando a transição para outros fornecedores. Para tanto, tomaremos cuidados semelhantes aos mencionados e seguiremos as orientações vigentes.

No entanto, em nosso entendimento, a medida mais importante para se evitar a dependência de fornecedores é manutenção de um quadro próprio apropriado. Entretanto, como mencionamos, o Ministério do Planejamento tem negado diversas solicitações formais da instituição para a realização de concurso público para a área de TI.

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

PLANILHA - INFORMAÇÕES DA CGCAP/DIDES/Ipea
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO (Ipea - 113601 e 113602)

ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	INFORMAÇÕES / RESPOSTAS
1. Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade.	Criar regras de racionalização de gastos e processos no Ipea, buscando consolidar, organizar, aprimorar, sistematizar e estabelecer boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica.
2. Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).	O Ipea não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas participa de eventos (cursos, palestras, workshop e seminários) junto a outros órgãos para treinamento, capacitação e melhor aproveitamento dos recursos naturais.
3. Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.	O Ipea elaborou um processo interno de recolhimento, separação, armazenamento e descarte correto dos seguintes resíduos recicláveis descartados: papel A4, papel misto, papel reciclado, papelão, plásticos, vidro, copos descartáveis, pilhas e baterias e lâmpadas fluorescentes para a destinação correta. Foi estruturado o espaço para a Coleta Seletiva Solidária, porém, faltam ajustes para finalização da obra e início de seu efetivo funcionamento.
4. Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.	Os contratos já existentes do Instituto foram revisados e nas contratações novas já foram incluídos parâmetros estabelecidos de sustentabilidade. Houve um aprimoramento dos processos de compras e contratações, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável.
5. Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	O Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS do Ipea (Brasília e no Rio de Janeiro) foi instituído desde dezembro de 2014 e aprovado em 23 de fevereiro de 2015, seguindo as regras estabelecidas em normas legais.
6. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012.	Foram constituídas as comissões gestoras em Brasília e Rio de Janeiro e publicada as portarias na intranet do Instituto. Segue endereço publicação: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/150318_portaria_n188.pdf http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/150318_portaria_n189.pdf

ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	INFORMAÇÕES / RESPOSTAS
7. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012.	<p>O Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS do Ipea (Brasília e no Rio de Janeiro) foi formalizado em 11 (onze) projetos e, para cada projeto foram criadas ações com objetivos, detalhes da implementação, unidades/áreas responsáveis, metas a serem alcançadas, prazo de implementação e resultados esperados.</p> <p>Vale ressaltar que, as ações são acompanhadas e monitoradas mensalmente e registradas no relatório trimestral da Diretoria de Desenvolvimento Institucional – Dides.</p>
8. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012).	<p>O Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS do Ipea (Brasília e no Rio de Janeiro) está disponível nos seguinte endereços abaixo:</p> <p><u>Portal Ipea:</u> http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24554&catid=2&Itemid=5</p> <p><u>Portal COMPRASNET</u> http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/plano-de-gestao-logistica-sustentavel-%E2%80%93pls-do-instituto-de-pesquisa-economica-aplicada-%E2%80%93ipea.pdf</p>
9. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).	<p>Os resultados referentes ao projeto “Água, esgoto e energia elétrica” são inseridos até o 15ª dia útil de cada mês no SisPes, em cumprimento ao Art. 2, da Portaria nº 23, de fevereiro de 2015.</p> <p>Vale ressaltar a divulgação dos resultados alcançados pelo PLS do Ipea, na intranet do Instituto, tais como: consumo de copos descartáveis e papel A4.</p> <p>Foi elaborado um relatório pelo grupo de gestores do PLS Ipea, demonstrando os resultados alcançados de 2015 que, posteriormente será encaminhado à CISAP/MPOG.</p>
10. Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.	<p>O Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS do Ipea (Brasília e no Rio de Janeiro) foi bem estruturado, seguindo as normas legais, todavia, existem limitações orçamentárias impedindo a continuidade de algumas ações previstas.</p> <p>O grupo de gestores do PLS cumpre um de seus papéis que é sensibilizar os servidores, colaboradores, terceirizados (comunidade Ipea) sobre a importância da racionalização de gastos e processos, e além disso, realiza o monitoramento das ações.</p> <p>Devido à falta de orçamento não foi possível finalizar o ambiente do bicicletário (instalação de compressor/ calibrador e pintura da arte final) além de outras reformas básicas e adaptações de acessibilidade nas dependências do Instituto.</p>

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em relação às deliberações emanadas pelo do Tribunal de Contas da União para cumprimento desta UPC, cabe destacar que foi expedida uma única determinação, decorrente do julgamento de contas anuais do exercício de 2014.

Trata-se da Determinação constante do Item 1.7.1 do Acórdão nº 12.168/2016 – TCU/2ª Câmara, Sessão de 16/11/2016, relativo ao julgamento do Processo TC nº 027.633/2015-2 (Prestação de Contas do Ipea referente ao exercício de 2014), cujo atendimento ocorreu por meio do encaminhamento ao Tribunal do Ofício nº 284/2016/PRESI/IPEA, de 21/12/2016, acompanhado de plano de providências para cumprimento de recomendações da Secretaria de Controle Interno – Ciset/SG-PR de que trata o Relatório de Auditoria de Gestão nº 13/2015 e de esclarecimentos complementares acerca dessa matéria.

Por oportuno, cabe ainda ressaltar que inexistem providências de exercícios anteriores deste Instituto perante o TCU, pendentes de atendimento.

Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Não foram feitas recomendações pelo Órgão de Controle Interno (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU) no exercício de referência.

DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Com relação a esse tópico, os pagamentos de serviços e bens adquiridos pela instituição são realizados dentro da ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, porém, podem ocorrer por vezes algumas excepcionalidades e por força maior gerar atrasos no pagamento de fornecedores. O IPEA em 2016 obteve recursos financeiros repassados pelo órgão competente com mais prontidão que possibilitaram atender a seus compromissos dentro do cronograma que a lei 8.666 estabelece em seu artigo 5º, mesmo com a conjuntura macroeconômica que o país está vivendo, a Unidade Prestadora de Contas busca adequar toda e qualquer atividade ao estabelecido nas leis e normas vigentes.

INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A desoneração da folha de pagamento é uma medida do Governo Federal para alavancar a produção e consiste na mudança da base de cálculo e das alíquotas para o custo previdenciário da mão de obra nos contratos administrativos firmados com a Administração Pública Federal. Com relação a esse questionamento, temos a informar que, o Ipea procedeu no exercício à revisão dos contratos (firmados e vigentes) no intuito de atender ao estabelecido pelo artigo 7º, da lei 12.546/2011 e artigo 2º, do decreto 7.828/2012; para tanto

não tendo encontrado a necessidade de adequar seus contratos à nova realidade da Lei e também ao ressarcimento de valores pagos a maior em relação aos contratos já encerrados.

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 15 de março de 2017.

LEÔNIDAS PIRES NETO

CPF – 296.226.201-59

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, relativos ao pessoal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 15 de março de 2017.

LEÔNIDAS PIRES NETO

CPF – 296.226.201-59

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 15 de março de 2017.

CARLOS ROBERTO PAIVA DA SILVA

CPF – 027.748.282-87

Coordenador de orçamento e Finanças

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UPC)		Código da UG	
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea		113601	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, 15 de março de 2017	Data	15/03/2017
Contador Responsável	LUIZ GUILHERME FERREIRA DEUD	CRC nº	013767/O-4

Declaração Sobre Conformidade dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

A atual estrutura o Serviço de Contabilidade, subordinada à Coordenação Geral de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento (CGPGO), é responsável pelos registros de Conformidade Contábil das Unidades Gestoras: 110639, 113601, 113602, 113603, 113605 e 113606, a certificação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada observando o calendário de fechamento (CONFECMES) elaborado pela

Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Para sua efetivação utiliza-se como ferramenta de apoio o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público – MCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade, as demonstrações contábeis, a Conformidade de Registro de Gestão, o Plano de Contas da União, o Manual SIAFI (02.03.14 e 02.03.15) e os demais mecanismos que possam subsidiar os processos de análise.

1 – A Conformidade de Registro é realizada por servidores, designados por Portaria do Presidente da entidade e registrado no ROL DOS RESPONSÁVEIS, a certificação é feita observando os prazos descritos no Manual SIAFI (02.03.14), por meio da análise de documentos fiscais e demais processos, para seguir uma dinâmica e por recomendação da auditoria, foi criado um checklist para facilitar os procedimentos.

2 – A Setorial Contábil do IPEA é formada por dois servidores (sendo somente um contador e com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC), uma colaboradora (Bacharel em Ciências Contábeis), no registro de Conformidade Contábil assim como na Conformidade de Registro de Gestão há observância com relação à segregação de funções de modo que não haja conflitos nas atividades exercidas, informo ainda que, no Serviço de Contabilidade há substituto formalmente designado por meio de Portaria, no entanto, por este não possuir certificado específico da área, fica impossibilitado de proceder a Conformidade Contábil.

3 – O IPEA sempre buscou atender as recomendações dos órgãos superiores e dessa forma sanar os apontamentos de modo que seu balanço reflita a realidade da sua gestão, no Encerramento do Exercício de 2016 com o apoio da Setorial Contábil do Ministério do Planejamento conseguimos finalizar os trabalhos sem restrições no Balanço Geral da União – BGU, ao longo do exercício poucas foram as ocorrências recebidas.

4 - Principais Restrições em 2016

Restrições Contábeis	Classificação / N° de meses de ocorrência	
	Alerta	Ressalva
697 - Saldo Invertido – Classe 6	-	1
642 - Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativ.Imobiliz.	-	1
737 – Utilização Inadequada de Eventos/Situação CPR 299	-	1
608 – Saldo Invertido Ativo Circulante	-	1